

Alina Cristina Ferreira Saraiva

Castelos Medievais de Penela e Sabugal: Surgimento e Funcionalidades. Proposta de uma Aplicação Didática

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Ensino de História e Geografia do 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário sob orientação da Doutora Ana Isabel Sampaio e da Doutora Adélia Nunes apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

2015



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

Castelos Medievais de Penela e Sabugal: Surgimento e Funcionalidades. Proposta de uma Aplicação Didática

Ficha Técnica

| | |
|-----------------------------------|---|
| <i>Tipo de trabalho</i> | Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Ensino de História e Geografia do 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. |
| <i>Autor/a</i> | Alina Cristina Ferreira Saraiva |
| <i>Orientador/a</i> | Ana Isabel Sampaio Ribeiro Adélia Nobre Nunes |
| Jurí | Presidente: Doutor Albano Augusto Figueiredo Rodrigues Vogais: 1.Doutora Fátima Velez de Castro 2.Doutor: Saúl António Gomes 3.Doutora: Adélia de Jesus Nobre Nunes |
| <i>Área Científica</i> | História |
| <i>Ano de apresentação</i> | 2015 |
| Data da defesa: | 29-10-2015 |
| Classificação: | 15 Valores |



Agradecimentos

Em primeiro lugar um agradecimento aos meus pais, pelo apoio e força que demonstraram. Sem eles nada destes últimos cinco anos teria acontecido.

Agora, este trabalho só foi possível graças ao apoio, leituras e críticas feitas pelas orientadoras. Doutora Adélia Nobre Nunes e Doutora Ana Isabel Sampaio Ribeiro um muito obrigada.

Um obrigada ao posto de turismo de Penela e Sabugal pelos dados que me facultaram para que pudesse fazer uma análise turística.

Aos colegas, companheiros e amigos do núcleo de estágio. Foi boa a camaradagem, a partilha, o trabalho conjunto. Não esquecendo claro as orientadoras de escola, Maria da Luz e Sara Trindade. Bem-haja por tudo.

Aos meus tradutores André e Fátima, um muitíssimo obrigada. Obrigada ainda ao Joaquim Patriarca que se disponibilizou na elaboração dos mapas e à Ana pelas incansáveis leituras.

Por fim, mas não por último aos meus amigos, que me ouviram, me aconselharam, se disponibilizaram para a leitura de caça ao erro e, claro, me levantaram a moral sempre que me aproximava do desespero.

Resumo

O presente trabalho é o culminar do ano letivo de 2014/2015. Consiste, por isso, no relatório da prática pedagógica supervisionada no Colégio São Teotónio de Coimbra, mas também no desenvolvimento de uma temática científica.

O desenvolvimento científico centra-se no surgimento dos castelos até às funções que atualmente lhes são atribuídas. Para tal, será tratado de forma breve a evolução castelar distinguindo assim a evolução arquitetónica.

Uma vez que são construções bem distintas, os castelos de Penela e do Sabugal foram os casos concretos que moveram a redação científica deste trabalho. Assim, colocar-se-á frente a frente dois concelhos distintos geográfica e historicamente.

A construção de castelos teve a sua evolução ao longo dos tempos e de construções rudimentares evoluiu-se para outras arquitetonicamente mais ricas; exemplo disso são as duas fortalezas aludidas. Porém, para se detalhar cada um deles, é necessário olhar a sua localização, o papel que o terreno teve na construção dos dois locais, pois as edificações aproveitam as elevações no terreno para se erguerem nos pontos mais altos.

Como as estruturas dizem respeito a momentos históricos distintos, com cerca de dois séculos a separá-las, o seu propósito e arquitetura também difere. Enquanto em Penela a fortaleza tinha como principal objetivo auxiliar Coimbra, no Sabugal esta funcionava como um reforço à defesa de possíveis investidas leonesas.

O papel que os castelos medievais desempenharam na sua época foi deveras importante no âmbito da defesa do território cristão/ português. No entanto, eram necessários homens para defender e, para tal foi necessário promover o povoamento junto dos mesmos levando os monarcas à doação de cartas de foral.

Desde a construção destes castelos até à atualidade alguns séculos passaram, o que deixa afirmar que as funções dos mesmos também se alteraram estando agora ligadas à cultura. Para se chegar a este momento, diversas obras foram levadas a cabo em cada castelo, dando-lhe uma configuração nem sempre original. Mesmo sendo infraestruturas ligadas ao turismo, estes, em Penela e no Sabugal, demonstram uma tendência decrescente no número de visitantes.

Diante desta temática apresenta-se, em forma de clube de atividade, a aplicação didática que um docente pode promover mediante os seus alunos de 3º ciclo, pois é importante

que eles contactem com o que é a história local, ao mesmo tempo que estimulam a sua criatividade e espírito crítico.

Palavras-chave: Castelo, Penela, Sabugal, Turismo, Aplicação Didática, História Local

Abstract

This paper is the result of the work developed throughout the school year of 2014/2015. Therefore, it consists in the report of the supervised pedagogical practice in Colégio São Teotónio de Coimbra (private school), but also in the development of a scientific theme.

The scientific development is focused on the emergence of castles up to the functions that are currently attributed to them. In order to do so, the evolution of castles will be briefly examined, thus distinguishing the architectural evolution.

Considering that they are quite distinctive constructions, the castles of Penela and Sabugal were the specific cases that led to the writing of this paper. Hence, two distinctive municipalities both geographically and historically will be opposed.

The construction of castles had its evolution throughout time and from rudimentary buildings there was an evolution to architecturally richer constructions, as the two previously mentioned castles are a good example of. However, to individually characterise each one of them, it is necessary to pay close attention to their location, the role the land itself had in the construction of each building, considering the constructions took advantage of the ground elevations to rise in higher places.

As the structures refer to distinctive historical moments, about two centuries apart, its purpose and architecture are also different. While in Penela the fortress had as its main goal to help Coimbra, in Sabugal it worked as a defensive reinforcement to the possible attacks from the Leonese forces.

The role medieval castles played at that time was indeed important in the context of defending the Christian/Portuguese territory. However, men were required to defend them and, in order to do so, it was necessary to promote settlements near these structures, leading monarchs to grant charters.

Several centuries went by from the construction of these castles to our days; therefore one can state that their functions also changed and are now related to culture. In order to get to this

point, several repairing works took place in each one of these castles, giving them a global aspect that sometimes differs from the original. Although these structures are connected to the tourism industry, these two castles – Penela and Sabugal – have had less and less visitors throughout the years.

Considering this theme, it is presented, in a club activity method, the didactic application that a teacher can promote bearing in mind his/her years 7/8/9 students (12 to 14 years old), as it is important for them to get in touch with local history, while stimulating their own creativity and critical thinking.

Key-words: Castle, Penela, Sabugal, Tourism, Didactic Application, Local History.

Índice de Mapas

| | |
|---|----|
| <u>Mapa I</u> - Rede de Castelos portugueses, 1350-1450 Linha de castelos que segue de Almeida, passa pelo Rio Mondego, Extremadura e termina em Lisboa | 30 |
| <u>Mapa II</u> : Localização do concelho de Penela e Sabugal | 32 |
| <u>Mapa III</u> : Mapa Hipsométrico do concelho de Penela..... | 37 |
| <u>Mapa IV</u> : Mapa Hipsométrico do concelho do Sabugal..... | 37 |

Índice de Gráficos

| | |
|--|----|
| <u>Gráfico 1</u> : Gráfico Termopluviométrico da Estação de Coimbra..... | 40 |
| <u>Gráfico 2</u> : Gráfico Termopluviométrico da Estação da Guarda | 41 |
| <u>Gráfico 3</u> : Evolução do Nº de Visitantes (2011-2013) em Penela e Sabugal..... | 69 |
| <u>Gráfico 4</u> : Nacionalidade dos visitantes, em %, no período 2011 a 2013 – Sabugal..... | 72 |
| <u>Gráfico 5</u> : Nacionalidade dos visitantes, em %, no período 2011-2013 – Penela..... | 72 |
| <u>Gráfico 6</u> : Sazonalidade dos visitantes, 2011 -2013 – Sabugal..... | 74 |
| <u>Gráfico 7</u> : Sazonalidade dos visitantes, 2011-2013 – Penela..... | 74 |

Índice de Figuras

| | |
|--|----|
| <u>Figura 1</u> : Castelo de Penela | 23 |
| <u>Figura 2</u> : Castelo do Sabugal..... | 23 |
| <u>Figura 3</u> : - Aproveitamento do escarpado para construção da muralha Castelo de Penela | 39 |
| <u>Figura 4</u> : Dupla cintura de muralha no castelo do Sabugal | 39 |

Índice

| | |
|---|-----|
| Resumo..... | 4 |
| 1. Nota Introdutória | 10 |
| 1.1. Justificação | 10 |
| 1.2. Objetivos | 12 |
| 1.3. Estrutura do trabalho..... | 13 |
| 1.4. Metodologia | 13 |
| 2. Caracterização do desenvolvimento do estágio pedagógico..... | 15 |
| 2.1. Apresentação do colégio..... | 15 |
| 2.2. Caracterização da turma | 16 |
| 2.3. As atividades | 17 |
| 2.4. Reflexão..... | 21 |
| 3. O Aparecimento Estratégico dos Castelos Portugueses | 23 |
| 4. Localização Geográfica dos concelhos de Penela e Sabugal..... | 32 |
| 5. O papel do terreno na construção estratégica dos castelos de Penela e Sabugal..... | 34 |
| 6. O castelo de Penela e Sabugal | 42 |
| 6.1. Inserção do castelo de Penela e Sabugal no espaço político | 46 |
| 6.2. As funções do castelo medieval | 49 |
| 6.3. As funções do castelo atualmente – Cultura | 56 |
| 7. A evolução das visitas aos castelos de Penela e Sabugal (2011-2013)..... | 64 |
| 8. Proposta de uma Aplicação Didática – Clube de Atividade | 77 |
| 9. Conclusão | 87 |
| Bibliografia | 91 |
| Anexos..... | 96 |
| Anexo I - Horário do núcleo de estágio..... | 97 |
| Anexo II – Plano Individual de Formação | 98 |
| Anexo III - Calendário das aulas a lecionar..... | 102 |
| Anexo IV - Planificação de História | 103 |
| Anexo V - Planificação de Geografia | 107 |
| Anexo VI - Critérios de Correção de História..... | 113 |
| Anexo VII - Matriz do teste de História | 117 |
| Anexo VIII - Dia dos Direitos Humanos no Colégio São Teotónio | 120 |
| Anexo IX - Exposição da Viagem de Estudo a Ganfei | 121 |
| Anexo X - Dia da Liberdade no Colégio | 122 |
| Anexo XI - Dia da Europa no Colégio..... | 123 |
| Anexo XII - Desenhos do Clube de Atividade “Vem Descobrir o P@trimónio” | 124 |

| | |
|--|-----|
| Anexo XIII -Carta Geológica de Penela | 125 |
| Anexo XIV - Parte da Carta Geológica do Sabugal - 21 – A e | 126 |
| respetiva legenda (Digitalização). | 126 |
| Anexo XV - Torre de Menagem de Penela | 127 |
| Anexo XVI - Torre de Menagem do Sabugal | 128 |
| Anexo XVII – A linha defensiva do Mondego | 129 |
| Anexo XVIII – Territórios de Ribacôa..... | 130 |
| Anexo XIX – Castelos da Raia | 131 |
| Anexo XX - Igreja de São Miguel em Penela..... | 132 |
| Anexo XXI - Penela Presépio..... | 133 |
| Anexo XXII – Guião do Clube de Atividade..... | 134 |
| Anexo XXIII - <i>Guião de Visita de Estudo</i> | 137 |
| Anexo XXIV – Exemplo de Folheto Informativo | 139 |

1. Nota Introdutória

1.1. Justificação

O trabalho que aqui se apresenta foi desenvolvido no âmbito do Mestrado em Ensino de História e Geografia do 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. No ano letivo de 2014/2015 foi realizado um estágio pedagógico no Colégio São Teotónio de Coimbra pelo seguinte núcleo de estágio: Alina Saraiva, Pedro Martins e Sílvia Oliveira.

A orientação do mesmo ficou a cargo da professora Maria da Luz Campos na disciplina de Geografia e da professora Sara Trindade na disciplina de História como orientadoras de escola e Doutora Adélia Nunes a Geografia e Doutora Ana Isabel Sampaio a História como orientadoras de Faculdade.

Além do estágio pedagógico foi também desenvolvida uma componente científica que se prende com o tema “Castelos medievais de Penela e Sabugal: Surgimento e funcionalidades. Proposta de uma aplicação didática”. A escolha deste tema teve em conta a interdisciplinaridade que pode ser conseguida quando o mesmo conteúdo se trata em duas áreas científicas diferentes, a História e a Geografia. Tal pode ser conseguido quando se equaciona num só trabalho a componente geográfica e histórica, bem como aquando do desenvolvimento da aplicação didática, pois em âmbito de clube de atividade é possível levar os alunos a tratar conhecimentos que são transversais às duas disciplinas.

Tendo em conta as metas curriculares em vigor o tema abrange conteúdos do 7º ano de escolaridade no âmbito da disciplina de História quando se fala na construção de castelos e na formação de concelhos como se verifica nos seguintes descritores:

2. Compreender as relações entre o clima de insegurança e o predomínio de uma economia ruralizada na Alta Idade Média com a organização da sociedade medieval

1. Relacionar as invasões bárbaras do século V e a nova vaga de invasões entre o século VIII e o século X com o clima de insegurança e a recessão económica verificada.

3. Justificar o reforço do poder dos grandes senhores (proprietários e líderes militares ou religiosos) perante a incapacidade régia em garantir a defesa das populações.

Já em âmbito da disciplina de Geografia podemos encontrar o tema subjacente também no 7º ano de escolaridade nos seguintes descritores:

- 1. Compreender diferentes formas de relevo através da análise de mapas e da construção de perfis topográficos*
- 2. Interpretar mapas topográficos, identificando os principais elementos que os constituem.*
- 3. Interpretar mapas hipsométricos, descrevendo as diferentes formas de relevo.*

E no 8º ano de escolaridade no seguintes:

- 2. Compreender a crescente importância do turismo em Portugal*
- 3. Descrever a evolução da entrada de turistas em Portugal, assim como a sua proveniência, através da interpretação de dados estatísticos.*
- 4. Relacionar o destino preferencial dos turistas com a oferta turística em Portugal.*
- 5. Explicar o potencial turístico de Portugal relacionando-o com o de outros destinos turísticos.*

Saliente-se que embora o núcleo de estágio não tenha lecionado Geografia no 8º ano o tema do turismo foi abordado no 9º ano para cumprir o programa inacabado do ano anterior. Como a aplicação didática não foi colocada em prática, o que aqui se apresentará será apenas uma proposta, por conseguinte tentou-se equilibrar os temas de História com Geografia na melhor medida possível.

Para além disso, outro motivo da escolha deve-se ao gosto pela história medieval mais concretamente na que se debruça sobre os castelos, o seu surgimento e o seu papel no repovoamento daquele que viria a ser Portugal. Posto isto, não se pode colocar em segundo plano o querer entender quando e em que contexto surgiram os castelos, nomeadamente o castelo de Penela e Sabugal.

Uma vez que pretendi tratar um tema respeitante a castelos e sendo esta uma área bidisciplinar não poderia deixar de lado as funcionalidades que um castelo tinha na sua época bem como as que detém atualmente, ou seja, o que pretendo é explicar a evolução das funcionalidades castelares dando a conhecer a evolução e intervenções levadas a cabo já na década de noventa com o intuito de tornar o castelo atrativo a turistas.

Outro dos motivos da escolha deste tema prende-se com o facto de, se hoje o turismo surge como um importante mecanismo de desenvolvimento de uma região, como é que este se comporta quando se olha a uma escala regional e rural?

A escolha do concelho de Penela e Sabugal surgiu porque são dois concelhos bem distintos, as suas características físicas em tudo diferem e o seu contexto igualmente, pois enquanto o primeiro se situa perto de um centro urbano litoral (Coimbra) o segundo situa-se no interior, uma área em regressão populacional. Apesar destas diferenças entre concelhos eles têm algo em comum, ambos são rurais. São portanto municípios com uma geografia distinta e com uma história também ela distinta, pois os respetivos castelos surgem em épocas bem diferentes. Enquanto o primeiro surge em âmbito de reconquista o segundo surge já num clima de necessidade de definir e defender fronteiras portuguesas de Leonesas.

1.2. Objetivos

Ao ter em atenção os motivos que levaram à escolha do presente tema foi imperativo delinear questões-chave, bem como, objetivos. Assim, afiguram-se como questões-chave as seguintes:

Porquê a construção de castelos?

Qual a interferência da Geografia na construção dos castelos?

Qual o contexto onde estes se inserem?

Qual o papel que os castelos desempenham para a população?

Qual a importância dos castelos no povoamento das localidades?

Quais as funcionalidades castelares atualmente?

Qual o comportamento do turismo nos últimos anos?

Por sua vez os objetivos específicos são os seguintes:

Compreender como surgiram os castelos, concretamente o de Penela e Sabugal;

Perceber a inserção dos mesmos no território português;

Explicar a importância que os castelos assumiram para a população local;

Compreender o povoamento das respetivas localidades à luz dos seus castelos;

Entender o papel que os forais tiveram no povoamento a par com os castelos;

Comparar a localização destes castelos com recurso à caracterização física da área de implantação;

Descrever o relevo (recorrendo à geologia) e o clima das respetivas áreas;

Entender o papel do relevo na construção dos Castelos;

Compreender as funcionalidades de cada Castelo na época medieval;

Compreender as funcionalidades de cada Castelo atualmente;

Perceber as intervenções realizadas em cada Castelo;

Analisar turisticamente cada Castelo;

Perceber o papel do turismo na manutenção dos Castelos;

Compreender a importância que cada Castelo tem para a terra;

Propor uma aplicação didática para o desenvolvimento teórico;

1.3. Estrutura do trabalho

Uma vez apresentadas as linhas orientadoras do trabalho importa explicar a estrutura do mesmo. Desta forma, pretende-se clarear um pouco mais o que irá encontrar nos capítulos seguintes. Assim sendo, no seguimento deste subcapítulo está presente a metodologia.

Passando ao capítulo seguinte o leitor pode encontrar o relatório de atividades desenvolvido ao longo do ano letivo no Colégio São Teotónio. Este capítulo será também ele dividido em subcapítulos. O primeiro deter-se-á na apresentação do Colégio, seguido da caracterização da turma com quem mais o núcleo de estágio contactou. Posteriormente segue-se com as atividades realizadas ao longo do ano pelo núcleo e não só. Aqui será explicado de forma detalhada o que se foi realizando ao longo do ano. Finalmente, será feita uma reflexão na primeira pessoa onde se tenta transmitir como foi a evolução da estagiária durante o período de estágio.

Dado por completado o relatório de atividades entra-se então na temática científica onde conteúdos históricos e geográficos se cruzam de forma a atingir os objetivos já mencionados.

Por fim, será então apresentada a aplicação didática, no caso uma proposta, que os docentes podem implementar com os seus alunos a fim de promoverem a história local.

1.4. Metodologia

Após o capítulo referente ao trabalho desenvolvido no colégio durante o ano letivo de 2014/2015 entrar-se-á na temática científica já falada nos subcapítulos anteriores.

Desta forma, para se conseguir chegar aos objetivos indicados anteriormente seguiu-se uma metodologia baseada na pesquisa bibliográfica de estudos sobre castelos e de *sites* pertinentes, devidamente mencionados na bibliografia. Para a caracterização física foi recolhido do Plano Diretor Municipal de Penela e a Carta Geológica do Sabugal. Procedeu-se ainda à realização de cartografia dos mencionados concelhos.

Ainda no âmbito da caracterização física procedeu-se à recolha de dados de precipitação e temperatura no *site* “Instituto Português do Mar e da Atmosfera” para a Estação de Coimbra e Guarda com vista à elaboração de um gráfico termopluiométrico para cada estação para se poder realizar uma caracterização muito breve do clima de cada local.

De salientar que os castelos são historicamente distintos e a comparação entre ambos não foi ponto fácil de encontrar, todavia procedeu-se a essa tentativa e em alguns momentos do trabalho, nomeadamente na caracterização física, na construção de cada um que, apesar de ser em contextos diferentes a finalidade acabou por ser a mesma – a defesa do território.

Essa distinção passa também pela fisionomia dos castelos, uma vez que, a sua construção é separada por quase dois séculos. Ainda assim, quando olhamos para o espaço político de cada um, ambos funcionam como barreiras ao inimigo, apesar das diferentes cronologias.

Saliente-se que no capítulo que respeita ao povoamento, a intenção era abordar um pouco mais as principais linhas de cada foral, porém, a informação disponível acerca do foral de Penela é escassa pelo que não houve possibilidade de documentar os dois forais (Penela e Sabugal) da mesma forma.

No seguimento é ainda abordado as obras que foram feitas, em cada castelo, ao longo do tempo com vista a introduzir-lhes a finalidade cultural e recreativa que atualmente têm, para tal, o *site* da Direção Geral de Monumentos foi o primordial.

Posteriormente são abordados eventos turísticos que ao longo do ano se podem visitar no interior de cada castelo.

Além de tudo isto foi feita uma análise turística de cada castelo, para isso procedeu-se à recolha de dados junto dos respetivos Postos de Turismo. De salientar que em virtude de, para o concelho de Penela, apenas se ter conseguido dados de 2011 a 2013 a análise que é feita abrange, nos dois concelhos, o mesmo espaço de tempo para permitir uma melhor comparação, pois no caso do Sabugal existiam dados anteriores.

Após a recolha dos dados prosseguiu-se com a elaboração de gráficos que mostram a evolução do turismo em cada localidade, bem como a nacionalidade e sazonalidade dos visitantes. Para se conseguir corroborar o comportamento verificado nos gráficos procedeu-se à consulta de relatórios de turismo elaborados pelo Turismo de Portugal, bem como, ao Plano Estratégico Nacional de Turismo.

Quando à aplicação didática a estratégia escolhida foi defender a dinamização de um clube de atividade que promova a pesquisa bibliográfica, o tratamento da informação recolhida, a análise crítica dos locais, nomeadamente dos locais onde estão implantados os castelos. Portanto, requer-se que os alunos, após a pesquisa e contato com os locais, consigam aplicar o seu conhecimento.

Esta aplicação didática afigura-se como uma proposta, pois é um projeto que se adequa ao clube de atividade que existe no Colégio São Teotónio “Vem descobrir o P@trimónio” sob orientação das docentes de História e Geografia, Sara Trindade e Maria da Luz Campos.

2. Caracterização do desenvolvimento do estágio pedagógico

2.1. Apresentação do colégio

No ano letivo de 2014/2015 foi realizado o estágio pedagógico no Colégio de São Teotónio, colégio que está situado na Rua do Brasil da cidade de Coimbra, no âmbito do 2º ano de Mestrado em Ensino de História e Geografia do 3º Ciclo e Ensino Secundário.

Fazendo uma breve apresentação do Colégio deve-se referir que este foi fundado em 1963 e, desde o início da sua atividade, afirma-se como um espaço de formação e crescimento humano, científico e cristão, capaz de educar, integralmente, como escola, de forma absolutamente única. Tendo como horizonte de atuação um ideário de Escola Católica, o Colégio assenta a sua proposta educativa em valores e critérios claramente definidos e a sua missão traduz a forma específica de educar: “Colégio de São Teotónio, o humanismo cristão, um projeto educativo, uma escola plural”¹.

Quando se olha para os níveis de ensino ministrados, o Colégio acolhe alunos desde a Creche, Jardim-de-Infância, 1º, 2º e 3º Ciclo, Ensino Secundário e Ensino Profissional (Teatro). Importa mencionar que até ao 3º Ciclo está-se perante um regime escolar público e, o secundário assume um regime escolar privado. Sublinhe-se que, paralelamente, o Colégio é também escola de música, proporcionando aos alunos que assim o entendam um ensino

¹ In: <http://www.steotonio.pt/site/index.php>

“artístico especializado da música, seguindo os planos e programas oficiais, reconhecidos pelo Ministério da Educação e Ciência”².

Além da mencionada oferta formativa que o Colégio apresenta, o mesmo dispõe também de uma residência de estudantes (masculina e feminina) para os alunos que assim o necessitarem. Além do alojamento proporcionado os alunos têm acompanhamento e orientação no seu estudo pós horário escolar.

Em horário escolar propriamente dito o colégio assegura acompanhamento aos seus alunos com diversas salas de estudo que permitem aos mesmos esclarecer as suas dúvidas. Com este período é chegado o momento de mencionar as boas condições que o colégio apresenta para o desenvolvimento das atividades letivas. Assim sendo, importa clarificar que cada sala de aula tem um computador, um projetor e um quadro interativo para que os docentes possam tornar as suas aulas mais interativas sempre que o desejarem. A par destes equipamentos cada sala detém um quadro negro (3º ciclo) e quadro branco (secundário) a que os docentes podem recorrer sempre que necessário.

Atentando no equipamento interativo diga-se que os computadores estão funcionais e com programas adequados a possíveis materiais que os professores entendam mostrar, como vídeos, jogos interativos, pois são mecanismos que exigem programas específicos. Saliente-se que o acesso à internet é também uma constante nos computadores de sala de aula, salvo pontuais problemas técnicos. Este acesso é claramente importante que exista uma vez que atualmente a internet é uma ferramenta muito relevante no ensino.

Embora o número elevado de alunos por turma torne o espaço das salas de aula mais condensado, pois cada aluno tem direito à sua secretária, continua a ser possível modificar o espaço para atividades que possam envolver mobilidade de equipamentos, bem como, a circulação por parte do docente.

2.2. Caracterização da turma

As turmas a que o núcleo de estágio deu aulas foram, uma turma de 7º ano de História e Geografia, uma de 8º ano de História e uma de 9º ano de Geografia. De todas aquela com que a estagiária teve mais contato foi com a de 7º ano num total de vinte aulas lecionadas repartidas pelas duas áreas.

² In: <http://www.steotonio.pt/site/index.php/emst/apresentacao>

Desta forma procede-se então à caracterização da mesma. Sendo uma turma de ensino regular esta é constituída por treze alunos e 14 alunas, é uma turma onde a maioria dos alunos tem 12 anos (22 alunos) a outra minoria reparte-se por 3 alunos com 13 anos e 2 alunos com 14 anos.

Quanto ao estatuto socioprofissional dos pais, na sua esmagadora maioria os alunos têm os dois progenitores empregados, seja por conta própria ou de outrem. As habilitações académicas variam entre o 2º ciclo de estudos e o mestrado, sendo que o grau académico de licenciatura é o que mais de denota.

Dos 27 alunos que compõem esta turma de 7º ano a nacionalidade portuguesa predomina havendo apenas um aluno com nacionalidade angolana. Também desses 27 apenas 2 alunos são residentes no colégio.

No âmbito de aproveitamento pode afirma-se que não é uma turma muito interativa com os professores pelo que foi necessário que os mesmos tentassem retirar o melhor de cada um com a implementação de estratégias variadas. É uma turma pouco participativa e com algumas dificuldades.

2.3. As atividades

As funções dos estagiários no Colégio de São Teotónio foram iniciadas na penúltima semana de Setembro de 2014. Neste momento a primeira atividade que o estagiário levou a cabo foi a elaboração do Plano Individual de Formação (PIF), com o conhecimento das orientadoras de escola, para posteriormente ser entregue às orientadoras da Faculdade. Esse PIF pode ser consultado no anexo II e contempla o que a estagiária e o núcleo de estágio se propunha a fazer durante o ano letivo.

Logo no dia 24 de Setembro de 2014 assistiu-se a uma palestra dinamizada pela Psicóloga do Colégio que consistia no seguinte tema: “Como rentabilizar a prática dos métodos e técnicas de Estudo dos Alunos”. Nessa mesma palestra foi alertado aos professores a necessidade de orientar os alunos, de conhecer o desenvolvimento das crianças para poder guiá-los da melhor maneira possível, a necessidade que o professor tem de conhecer bem os seus alunos, de interagir com eles para que os possa contextualizar e consequentemente percebê-los conseguindo extrair sempre o melhor deles. Desta forma os estagiários apreenderam informações pertinentes para auxílio ao estudo dos alunos.

Além do mencionado a palestra também demonstrou como deve ser a organização do espaço de estudo, a planificação do mesmo e como se preparar para os testes. Neste sentido o

papel do professor passa por incentivar os alunos a melhorar o seu espaço de estudo, bem como o próprio passando-lhe as melhores técnicas e ajudando o aluno a perceber qual o método mais adequado a si. Em conclusão, reteve-se que o professor deve sempre transmitir reforço positivo ao seu aluno.

Avançando no ano letivo foram várias as atividades desenvolvidas. O núcleo de estágio assistiu às aulas lecionadas pelas orientadoras nas turmas a que estava afeto, 7º ano de História e Geografia, 8º ano de História e 9º ano de Geografia, cujo horário respetivo se encontra no anexo I. Destas aulas os estagiários retiravam alguns apontamentos que ajudariam a enfrentar situações nas suas aulas futuras. Além do mais, a observação permitia que os estagiários pudessem perceber como um professor deve funcionar em sala de aula.

A prática letiva por parte do núcleo de estágio incidiu nestas três turmas. As aulas ministradas pela estagiária Alina perfizeram um total de 38 aulas de 45 minutos divididas em 20 aulas de Geografia, 8 no 7º ano e 12 no 9º ano e 18 aulas de História, 12 no 7º ano e 6 no 8º ano. O calendário de aulas a lecionar pode ser consultado no anexo III. Para cada aula que teria de lecionar a estagiária realizava uma planificação a curto prazo. Nessa planificação constava, de forma explícita, o ano de escolaridade a que correspondia, o domínio e o subdomínio a tratar, a turma, o número da aula, bem como o tempo da mesma, o dia da leção e o sumário. Estes tópicos eram apresentados no cabeçalho. Seguidamente era esquematizada a aula que iria dar através da elaboração de um esquema concetual.

No seguimento eram apresentadas as questões-chave da aula, os pré-requisitos, o que se supunha que o aluno devia saber, os conceitos que o aluno devia reter nessa aula, as metas de aprendizagem e os objetivos específicos de cada aula que funcionava como um esmiuçar das metas. Ainda na planificação, e logo a seguir aos objetivos específicos eram discriminadas as estratégias/ atividades que o professor previa dinamizar na aula respetiva. Aqui é o local onde a planificação é mais desenvolvida, procurando desta forma programar a aula da melhor maneira. Finalmente, são mencionados os materiais e recursos necessários à execução da aula e a bibliografia utilizada na sua preparação. No fim havia ainda espaço para uma reflexão crítica sobre a aula, espaço que deveria ser preenchido após a conclusão da mesma.

Através desta planificação o estagiário tinha uma linha de continuidade da aula. Inicialmente, fazer planificações revelou-se uma tarefa complicada no sentido de gerir o tempo em aula porém, com a ajuda das respetivas orientadoras e com o passar do tempo foi mais fácil de fazer.

As estratégias utilizadas era o campo mais moroso de realizar, uma vez que era necessário adaptá-las às turmas onde se iria lecionar. Assim, foi aí que a melhoria mais se fez sentir, pois com o avançar do tempo e o conhecimento das turmas já era mais inteligível pensar em estratégias de ensino-aprendizagem e adequá-las aos alunos.

Este modelo de planificação pode ser vista através de dois exemplos, um de História e outro de Geografia presentes nos anexos IV e V respetivamente. O modelo de planificação é semelhante nas duas áreas mudando apenas os conteúdos.

Ainda em âmbito de trabalho letivo o núcleo de estágio cooperou com as respetivas orientadoras no sentido de realizar testes de avaliação, além disso, procedeu-se à realização dos critérios de avaliação de ambas as disciplinas (ver a título de exemplo o anexo VI). Saliente-se que esses critérios tinham algumas questões já atribuídas pelas orientadoras. Na disciplina de história do 7º ano, a estagiária assumiu a aula de resolução do teste e a correção do mesmo na totalidade de alunos. A matriz do mencionado, realizada pela Professora Sara Trindade, pode ser consultada no anexo VII. Desta forma, a estagiária pode colaborar na avaliação dos alunos dando o seu parecer sobre os mesmos à orientadora. Na disciplina de Geografia o núcleo de estágio procedeu à correção de testes de Geografia de 7º ano, ou seja, os testes foram repartidos pelos três elementos e corrigidos.

O momento de avaliação dos alunos é, por si só, um momento complexo e as primeiras correções de testes feitas pelos estagiários suscitaram muitas dúvidas, pois era necessário ser rigoroso. Continuando a ser uma tarefa difícil, na reta final do estágio, era algo que era feito de uma forma mais assertiva e autónoma.

O Colégio de São Teotónio contempla na sua política a realização de questões-aula como o intuito de que os alunos tenham um trabalho continuado, nesse sentido o núcleo de estágio procedeu à correção das mesmas, de turmas que lecionava, bem como, de turmas a que não assumia.

Paralelamente, a estagiária assumiu em conjunto com a estagiária Sílvia Oliveira o apoio de História, constituído por alunos de 8º ano e 9º ano optando por lecionar de forma alternada. Num segundo momento, os alunos foram divididos de acordo com o seu ano de escolaridade e a estagiária Alina assumiu o apoio ao 9º ano onde de seis alunos apenas dois compareciam e de forma intermitente, ou seja, quinzenalmente. Na preparação do apoio a estagiária procedia à elaboração de um resumo da matéria para poder orientar os alunos na elaboração do seu

próprio resumo, uma vez que esta era a estratégia imposta pela diretora de turma. Neste âmbito e, com recurso ao diálogo vertical, os alunos deveriam realizar o próprio resumo.

No âmbito de reuniões a estagiária assistiu a reuniões de avaliação intercalar onde foi discutido o ponto de situação em que o aluno se encontrava para posteriormente se avisar os encarregados de educação, bem como, assistiu a reuniões de avaliação de final de período. Reuniões essas que estão preparadas com as notas previamente lançadas e onde se faz uma confirmação das notas por parte dos professores.

No Colégio realizaram-se ainda as Olimpíadas de Economia, cuja vigilância ficou a cargo do núcleo de estágio.

No que diz respeito à participação e dinamização de atividades extracurriculares, no dia 10 de Dezembro comemorou-se o Dia dos Direitos Humanos, no contexto desta iniciativa o núcleo de estágio decidiu sensibilizar a comunidade escolar para este dia, assim, foi pedido aos alunos que escrevessem duas frases sobre os direitos humanos ainda antes da data. Depois de recolhidas foram selecionadas aquelas que melhor se ajustavam, passadas a computador pelo núcleo, recortadas e coladas em papel de cor que posteriormente foi enrolado em forma de canudo. Esses canudos foram deixados no bar e na cantina do colégio para que alunos e encarregados de educação pudessem retirar. A acompanhar esses canudos foram colocados dois cartazes alusivos (anexo VIII).

No dia 19 e 20 de Fevereiro de 2015 o Colégio de São Teotónio levou a cabo uma viagem de Estudo a Ganfei, que passou por diversas localidades nortenhas. Nessa viagem foram todos os alunos do 7º ano, quatro professores do Colégio e o núcleo de estágio de História e Geografia.

No seguimento da viagem o núcleo de estágio procedeu à seleção de fotografias da mesma para preparar uma exposição e assinalar os dois dias. Após a seleção de fotografias procedeu-se à montagem, em papel de cenário, da exposição, resultando numa espécie de roteiro, desde a saída, à passagem pelos locais visitados terminando na chegada. No anexo IX pode-se observar o resultado final da exposição.

Outra atividade levada a cabo pelo núcleo de estágio inseriu-se no âmbito das comemorações da liberdade (25 de abril). Para assinalar este dia o núcleo fez cravos, recorrendo ao trabalho manual e a cada um juntou uma frase alusiva ao dia. Esses mesmos cravos foram, uma vez mais, colocados no bar e na cantina do colégio com vista a que alunos e professores a eles tivessem acesso. No anexo X pode ser confirmado o resultado final desta atividade.

Já no dia 9 de Maio assinalou-se o dia da Europa. Foram previamente preparados cartões, pelo núcleo, com informações sobre cada país da União Europeia, informações que davam a conhecer o nome e a bandeira do país, sua capital, o número de habitantes e uma curiosidade sobre cada um. No anexo XI pode ver-se um exemplo de um cartão. Esses cartões foram dispostos ao longo de um dos pisos do colégio com a colaboração dos alunos presentes no clube de atividade “Vem Descobrir o P@trimónio”.

O clube mencionado anteriormente foi assumido pelas estagiárias Alina Saraiva e Sílvia Oliveira e consistia numa atividade extracurricular que era dada às sextas-feiras. Nesse clube, num primeiro momento, os alunos criaram um blogue cujo título era o nome do clube. Esse blogue foi construído ao longo das sessões com informações sobre diversos monumentos de Coimbra, bem como sugestões de visita para leitores e pode ser consultado na seguinte hiperligação: <http://vemdescobrirpatrimonio.blogspot.pt>. Ainda em algumas sessões do clube foram realizados jogos de perguntas respostas sobre património.

Na reta final do ano letivo os alunos do clube escolheram três monumentos de Coimbra para desenharem. Desenhos que foram feitos a giz em cartolina preta. Enquanto alguns alunos desenhavam, os restantes fizeram as legendas para os respetivos desenhos que posteriormente foram expostos na festa de Junho do colégio, festa que acolhe alunos e respetivos familiares. As imagens destes desenhos podem ser consultadas no anexo XII.

O balanço da realização das atividades extralectivas pelo núcleo de estágio foi positivo. A cooperação entre os elementos foi sempre notória e, desde o início das ideias até à sua materialização as orientadoras estiveram sempre do lado do núcleo, apoiando e dando dicas. Desta forma foi possível assinalar as principais datas com alunos, professores e funcionários.

2.4. Reflexão

Na reta final deste capítulo importa fazer uma reflexão do que foi o percurso desde que iniciei a prática letiva em setembro de 2014 até ao seu término em junho de 2015. E como este é um capítulo de reflexão do meu percurso escrevo-o na primeira pessoa.

No começo tinha alguns receios do que poderia acontecer, receios que se prendiam não tanto com a capacidade de preparação de aulas e de compreensão das matérias mas mais com a minha personalidade, no sentido em que não sabia até que ponto seria capaz de enfrentar um público e, no contexto, controlá-lo, bem como, receava que a minha capacidade de comunicação fosse escassa para fazer os alunos compreenderem.

Ora, inicialmente senti exatamente isso, pois embora preparasse da melhor maneira, sempre sob orientação, as aulas e soubesse o que tinha de tratar, o momento de expô-la aos alunos era sempre um momento de algum constrangimento pelo facto de não saber muito bem como agir o que atrapalhava a minha comunicação.

Sempre com a ajuda da orientadora e chamadas de atenção de como haveria de estar perante os alunos fui tentando melhorar a minha postura, a minha comunicação, tentando torna-la o mais clara possível, o mais à vontade possível e, seguindo esse caminho fui melhorando.

Com esse percurso atrevo-me a dizer que, apesar de me faltar muito para aprender, consegui ultrapassar barreiras, previamente criadas por mim, consegui adquirir à vontade em sala de aula e ser capaz de comunicar com os alunos como não o era no início, impondo-me sempre que necessário.

Desta forma, projeto-me como uma professora assertiva, capaz de lidar com diversas situações em sala de aula e capaz de comunicar claramente desde que haja sempre uma preparação prévia. Pretendo ser capaz de inculcar valores e aprendizagem aos diversos alunos querendo sempre chegar o máximo possível aos mesmos, tendo em conta que todos são diferentes e têm ritmos de aprendizagem diferentes. Tenciono ainda conseguir inovar em estratégias de ensino aprendizagem alicerçadas na ideia de que os alunos devem construir o seu próprio conhecimento e consolidando-o através de diversas atividades.

Concluindo, com a evolução sentida durante o ano letivo 2014/2015 e a constante aprendizagem que o futuro reserva tenciono vir a ser uma professora capaz de incentivar os seus alunos à aprendizagem e de caminhar com eles levando-os ao melhor conhecimento.

3. O Aparecimento Estratégico dos Castelos Portugueses

Ao visitarmos um castelo é inevitável não pensar, não nos interrogarmos de como aquela estrutura apareceu, no porquê de ela ter aparecido. Se essa estrutura influenciou a população que junto a ela viveu ou se não a afetou. Mas também qual a função que a estrutura apresenta atualmente. Foram estas interrogações que acabaram por nortear a redação deste relatório.

Como é evidente os castelos não existiram desde sempre. Essencialmente, o castelo surge na Idade Média e, é no fim da mesma que este inicia o desaparecimento para dar espaço “*a uma outra realidade – a fortaleza moderna*”³ (Barroca, 1988, p. 175).



Figura 1 - Castelo de Penela Fonte: Elaboração própria



Figura 2 - Castelo do Sabugal Fonte: Elaboração própria

Foi no contexto das Presúrias de Afonso III que surgiram as *civitates* e, foi também com elas que surgiram os primeiros documentos que mencionam a existência de castelos. Nesta época os castelos eram “*estruturas amuralhadas com um pequeno pátio, destinadas a albergar a guarnição militar encarregada de velar e defender um território e capaz de recolher a população em caso de ameaça*” (Barroca, 2003, p. 95). Isto significa que são inovações introduzidas pelas forças cristãs mas, “*devemos ressaltar que essas primeiras referências podem não documentar o momento da construção desses castelos mas reportar-se a castelos erguidos alguns anos antes*” (Barroca, 1988, p. 176).

A existência destas estruturas amuralhadas prende-se com o facto de o tipo de guerra se ter modificado e, de uma guerra onde prevaleciam os equipamentos militares⁴ se passar para um

³ Assim, num primeiro momento o que existia eram “*várias estruturas fortificadas dentro do seu espaço, erguidas pelas populações ao longo do século X e da primeira metade do século seguinte, o período áureo do nosso encastelamento*” (Barroca, 2003, p. 75).

⁴ Típicos exércitos fortemente hierarquizados como terá sido o exército romano.

sistema de recrutamento feudal. Desta forma, o próprio povoamento torna-se mais disperso o que denota que a existência de muralhas já pouco fazia sentido.

É num contexto de uma paisagem onde o povoamento é disperso que surgem os primeiros castelos e, surgem devido à *“defesa do habitat já não poder passar pela usual fortificação do seu espaço”* (Barroca, 1988, p. 175). Ora numa altura que era necessário prezar pela defesa dos locais povoados era também necessário *“criar uma nova estrutura que respondesse simultaneamente à nova matriz do povoamento e às necessidades de defesa”* (Barroca, 1988, p. 175). Assim, pode dizer-se que o surgimento de castelos está intimamente ligado com a necessidade de defesa dos territórios pois, *“as necessidades de defesa passaram a moldar o urbanismo dos povoados, definindo-os como espaços fechados e comprimidos, onde o coletivo se unia para garantir a manutenção da segurança”* (Barroca, 1990, p. 90).

A partir do século IX, no norte de Portugal assiste-se *“a um processo de encastelamento”*, isto é, *“à reorganização da paisagem rural em torno de castelos”* (Barroca, 1988, p. 177). Desta forma pode afirmar-se que os castelos surgiram em função de um povoamento já existente, em áreas relativamente instáveis e com maior probabilidade de ameaça. A partir do século mencionado até, pelo menos, ao século XI o número de castelos não parou de aumentar. Apesar de existirem castelos nesta altura, Mário Barroca corrobora o que já foi mencionado afirmando que *“deveriam ser estruturas rudimentares, com muros incipientes, aproveitando sempre que possível a facilidade concedida pela morfologia do terreno para a defesa e onde desaterros artificiais acentuavam as diferenças de cota”* (Barroca, 1990, p. 91). Com esta afirmação conclui-se que desde os primórdios da construção de castelos que a preocupação com o terreno, bem como o ajustamento da construção ao mesmo era evidente, pois na sua construção *“aproveitavam a presença de batólitos graníticos para se apoiarem, diminuindo assim o esforço de construção”* (Barroca, 1990, p. 91).

Cerca do ano de 870 o castelo já não é uma construção desconhecida e a referência ao mesmo revela *“uma realidade que vai penetrando cada vez mais fundo na sociedade”* (Barroca, 1988, p. 176).

Assim sendo um castelo é, nas palavras de Mário Barroca, *“uma estrutura erguida no alto de um monte, procurando retirar o máximo proveito da topografia do terreno, cujo espaço era delimitado por uma muralha, no qual podia funcionar uma pequena guarnição militar e onde as populações se podiam recolher em caso de ameaça”* (Barroca, 1988, p. 175). Ainda assim, torna-se importante frisar que um castelo não é um local onde se vive mas sim um local onde as pessoas se podem refugiar em caso de necessidade de defesa, ou seja, a população não reside

dentro do castelo. Mesmo o próprio exército que defenderá a fortaleza é recrutado na população que vive próxima à mesma. As primeiras construções castelares são algo rudimentares e, inclusive aproveitam ao máximo a geografia do terreno com vista a *“minorar o esforço de construção”* (Barroca, 2003, p. 98).

A insegurança na época medieval, no tempo da reconquista cristã estava na ordem do dia. Tais condições despertaram a necessidade de construção de estruturas que providenciassem segurança. Assim, várias comunidades *“de um ou vários vales”* vão unir-se para *“erguerem um pequeno reduto defensivo e que depois, continuam organizadas comunitariamente para assegurar a vigilância”* (Barroca, 1988, p. 177).

Com o número de castelos a aumentar, estes, arquitetonicamente, tornam-se distintos, podendo contrastar castelos bastante sofisticados com outros muito rudimentares. Os segundos, segundo se crê, de origem comunitária apresentariam *“única entrada, sem torres e sem recurso a outras soluções arquitetônicas que só mais tarde foram adotadas pela arquitetura militar”* (Barroca, 2003, p. 98). Eram locais muito simples apenas para refúgio temporário da população.

Já os primeiros seriam os castelos condais, estes eram, *“politicamente, castelos com senhores, centros de civitates e, portanto, sedes de poder político e de controlo de território. Arquitetonicamente recorrem a processos de construção mais elaborados, em que talvez participassem arquitetos”* (Barroca, 2003, p. 98). Portanto, a construção de castelos está também ligada, para além de necessidade de defesa, ao exercício do poder, sendo estes construídos também para controlar espaços e populações.

Para além das já mencionadas civitates, castelos locais e condais existiram ainda as motas que não eram mais que montes no terreno feito por ação antrópica e eram delimitados por um fosso.

Todavia a arquitetura castelar tem tendência a evoluir e é no período de reconquista cristã que *“assistimos ao aparecimento de uma nova estrutura arquitetónica, exclusivamente militar, concebida para albergar não um povoado mas antes uma pequena guarnição de soldados encarregados de velarem pela segurança de um território”* (Barroca, 1990, p. 89).

Após o século XI a forma como até então era feita a guerra altera-se⁵ e passa a travar-se uma guerra de (re)conquista, uma guerra *“de progressões no terreno que são lentas mas que se*

⁵ Até então a guerra era baseada numa guerra de saque, predatória.

querem definitivas” (Barroca, 1988, p. 178), é neste âmbito que entram os castelos que aqui serão tratados.

Com a reconquista surgem os *“castelos tardo-medievais portugueses”* (Monteiro, 1999, p. 21). Neste contexto de guerra os castelos surgem de uma forma organizada no sentido geográfico, esta organização pressupõe *“um pensamento estratégico e intencional, que desenha no espaço aquilo a que se pode chamar linhas defensivas, destinadas a assegurar a integridade territorial do pequeno reino português face, antes de mais, ao seu inimigo tradicional – o poderoso reino de Castela”* (Monteiro, 1999, p. 21).

Assim, com o avançar da reconquista denota-se no terreno uma preocupação em dotar certos locais de castelos, *“o avanço desta para sul foi sendo acompanhado por um esforço concertado de restauro de castelos e de construção de torres, destinado a garantir a proteção das populações e a possibilitar a defesa dos territórios conquistados”* (Monteiro, 1999, p. 21). Ora, denota-se que neste ponto se menciona a proteção da população e a defesa do território, duas das funções que um castelo apresenta e que serão alvo de reflexão.

No ano de 1064 dá-se a conquista de Coimbra, e neste momento a fronteira portuguesa passa a situar-se junto ao rio Mondego. Graças a este acontecimento a organização do território passa a ser feito em aglomerados relativamente pequenos, lugares que sejam mais fáceis de controlar face ao inimigo, lugares que segundo Mário Barroca passam a ser confiados a uma nova nobreza, as denominadas Terras. Estas Terras são nada mais do que *“espaços menores, mais fáceis de controlar”* (Barroca, 1988, p. 178). São portanto espaços que possuem apenas um castelo. Estas Terras são confiadas àquela que se denomina de nova nobreza que não é nada mais que um grupo que começa a ter *“um crescente protagonismo militar”* (Barroca, 1988, p. 178), ou seja, é um grupo que está a encarregar-se de manejar armas e defender o território, isto é, *“que se estava a distinguir no manejo das armas, no empenho militar e na lealdade ao monarca”* (Barroca, 2003, p. 32).

É uma nobreza a quem o castelo é confiado e que, por isso, vai ganhando cada vês mais importância. Por conseguinte, quando as Terras detinham um castelo o *“governo do mesmo devia ser confiado aos milites mais ativos”* (Barroca, 2003, p. 75). Era neles que o rei delegava o poder administrativo, judicial e fiscal do território o que fez com que houvesse um grupo em ascensão. Enfim, esta nova nobreza, *“os infanções, ao assegurar a tenência das terras inicia uma ascensão até ao topo da hierarquia social, isto é, até à condição e ricos-homens”* (Barroca, 2003, p. 159).

Na época da conquista de Coimbra importa referir que todo o território que fica a sul do rio Douro ficou nas mãos de D. Sesnando Davides⁶ que, encetou o restauro e a construção de muitas estruturas castelares como é o caso do castelo de Penela. Todos os castelos que ficaram nas mãos de D. Sesnando mostram uma arquitetura mais requintada em detrimento das fortificações mais populares. Uma das características da arquitetura dos castelos deste vai ao encontro de uma construção adaptada à morfologia do terreno como acontece também em Penela. Neste contexto surgem então os torreões como forma de reforçar as áreas mais sensíveis do castelo, surgem ainda as muralhas em talude que permitem *“a prática de tiro paralelo ao pano de muralha”* (Barroca, 2003, p. 105).

Assim, D. Sesnando acaba por incrementar um tipo de castelo destinado a resistir a cercos prolongados, algo que também é corroborado pela existência de um poço ou cisterna dentro de muralhas como é caso de Penela. Saliente-se que as Terras têm castelos mas que, com a construção destas estruturas mais resistentes, os mais pequenos, feitos por populares, acabam por desaparecer e a importância passa a assentar apenas no *“castelo cabeça-de-terra”* (Barroca, 2003, p. 105), para que no século XII, cada Terra, tivesse apenas uma construção. Este facto leva a que os castelos mais pequenos comecem a ser abandonados e a que a preocupação passe por encastelar as novas Terras, o que se traduz em *“menos castelos mas melhores castelos. Foi então que os nossos castelos adquiriram o perfil que estamos habituados a ver, com muralhas ameadas, torreões e torres de menagem”* (Barroca, 1988, p. 180).

No século XII existe o já denominado castelo cabeça-de-terra que é uma estrutura preparada para a defesa passiva e ativa. Sublinhe-se que a defesa passiva era característica do castelo românico, (os primeiros castelos), e baseava-se na defesa mediante operações de cerco ou assalto, enquanto, a defesa ativa se prende mais com o castelo gótico, isto é, um castelo preparado para a necessidade de atacar. Para conseguir tal feito o castelo começa a obter uma arquitetura propícia a uma defesa ativa que tem por base a função de permitir resistir aos cercos mas também de permitir contra-atacar de forma segura (Barroca, 2003, p. 116).

⁶ D. Sesnando foi um homem criado em Sevilha e também moçárabe. Desempenhou cargos importantes em Sevilha acabando por ser colocado ao serviço de D. Fernando I, o Magno, rei de Leão.

Após a conquista da cidade de Coimbra o governo desta foi-lhe dado por D. Fernando devido a serviços que D. Sesnando lhe teria prestado. Teria sido este que lhe confiou a governação da cidade de Coimbra. Em documentos oficiais a referência a D. Sesnando aparece como *“conde, alvazil, e 2º senhor de Coimbra”* (Universidade de Coimbra, 2010, p. s/p), pelo que a sua importância não pode ser relegada para segundo plano.

D. Sesnando foi um homem muito influente em todo o território junto a Coimbra sendo atribuído a ele a construção de vários castelos com a função da proteção da cidade de Coimbra, entre eles destaca-se o castelo de Penela, Montemor-o-Velho. A par das construções fomentou também, claro está, o repovoamento destas mesmas áreas dotando assim de população as estruturas.

Como mencionado no parágrafo anterior o castelo românico dará lugar ao gótico e é D. Afonso III que vai introduzir as primeiras alterações. Essas alterações baseiam-se na introdução do balcão mata-cães *“uma estrutura destinada ao tiro vertical, pode ser considerado o mais eloquente indício da adoção do conceito de defesa ativa de um castelo”* (Barroca, 2003, p. 117) entre outras. Porém, as derradeiras alterações surgem já com D. Dinis, que entre 1288 e 1315 encetou um conjunto de reformas castelares.

Veja-se: Ao longo do século XIII D. Dinis, nas suas requalificações de castelos vai dotá-los *“de novos mecanismos para responder aos cercos de forma mais eficiente, permitindo desta forma que se passe de um conceito de “defesa passiva” para um de “defesa ativa”* como já mencionado, (Barroca, s/d, p. 51).

As intervenções levadas a cabo por D. Dinis *“reformularam sistematicamente os mecanismos de acesso aos castelos. É a partir desta altura que as portas dos nossos castelos passam a estar enquadradas por um ou dois torreões”* (Barroca, 2003, p. 117).

É também neste âmbito que as torres de menagem passam a ser erguidas junto da muralha e não no centro da fortificação *“o que lhe confere um papel muito mais interventivo na defesa do conjunto da praça”* (Monteiro, 1999, p. 34). A ideia de que a torre de menagem deixa de ser quadrangular ou retangular também desaparece surgindo então as primeiras torres poligonais.

Este mecanismo que era o último a ser conquistado e que evitava o contato com outras estruturas do castelo, ao ser colocado junto à muralha, mais concretamente nos pontos onde a defesa se assemelhava a algo mais sensível e difícil, transmitia mais confiança aos habitantes, ou seja, revelava a *“capacidade defensiva do castelo gótico”* (Barroca, 2003, p. 119). A torre de menagem do Sabugal é exemplo deste facto. Sublinhe-se que, *“o castelo gótico é, em Portugal, como noutras zonas da Europa, uma estrutura cuidadosamente planeada, cujos componentes funcionam de forma orgânica e solidária”* (Barroca, 2003, p. 121).

Assim, a colocação da Torre junto da muralha acaba também por traduzir *“uma maior confiança na capacidade defensiva do castelo e, indiretamente, a melhoria dos mecanismos de defesa das fortificações, que permitiam que o isolamento no interior do pátio deixasse de ser fundamental”* (Barroca, s/d, p. 815).

Além destas duas inovações surgem também as torres adossadas à muralha no sentido de *“garantir um flanqueamento mais completo e um melhor controlo das tradicionais operações de assédio”* (Monteiro, 1999, p. 34). Estes torreões devem estar acima da muralha para poder controlar o caminho de ronda. A torre de menagem, por sua vez *“terá de ser a construção mais*

elevada de todo o castelo, para poder vigiar todos os elementos da fortificação” (Barroca, 2003, p. 106).

Foram também introduzidos nos anos de reinado de D. Dinis os balcões munidos de matacães *“ou aberturas para o despejo de projéteis destinados a bater o embasamento das torres e o acesso às portas”* (Monteiro, 1999, p. 35) que garantia a defesa de forma vertical na eventualidade de o inimigo se aproximar demais das muralhas como já foi referido. As barbacãs⁷ são também inovações do castelo gótico e servem para os *“castelos começarem a ser protegidos um pouco à distância, através desses muros mais baixos, que ofereciam ao inimigo um primeiro obstáculo, de superação muitas vezes complicada”* (Monteiro, 1999, p. 35).

Finalmente outra inovação foi na (re) construção das ameias que passam a ser maiores para uma melhor proteção, começam ainda a surgir seteiras e adarves que permitem um movimento mais facilitado das guarnições.

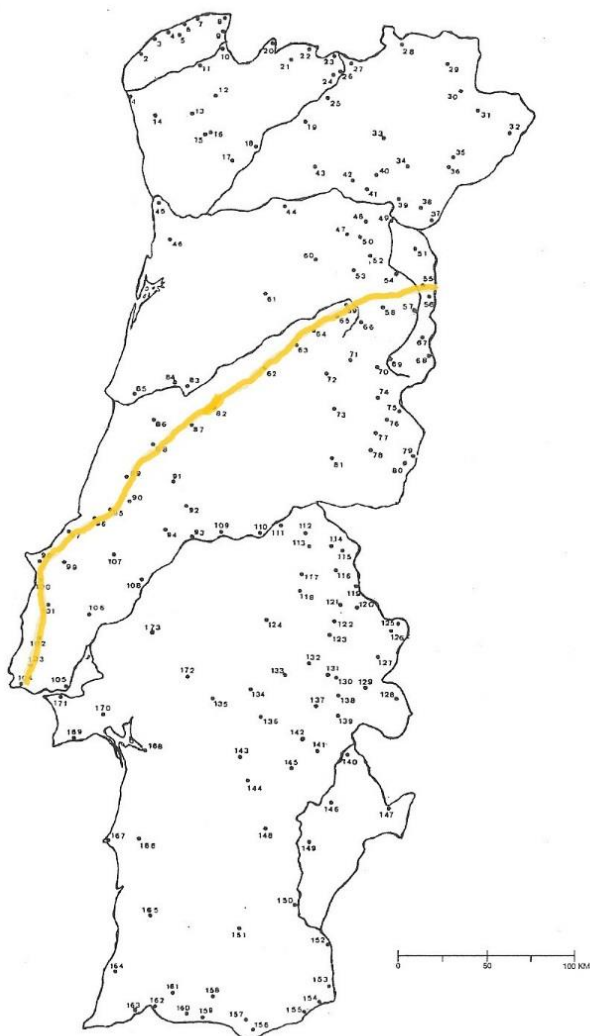
Paralelamente é também o rei D. Dinis que exige para si as Terras que até então estavam confiadas a nobres, todavia, os castelos destas vão manter-se operacionais. D. Dinis inicia, assim, uma vasta obra de requalificação de diversas fortalezas entre 1288 e 1310, da qual resultou uma geografia substancialmente distinta. Essa intervenção pressupôs dotá-las de estruturas como as que acabaram de ser mencionadas. Essa interveniência é mais patente nos castelos junto à raia portuguesa, isto é, *“naquelas (estruturas) que se alinhavam ao longo da fronteira Norte e Leste do Reino”* (Barroca, 1988, p. 180). Leontina Ventura corrobora este facto afirmando que *“os incidentes fronteiriços entre Castela e Leão, na segunda metade do século XII, deram lugar à fortificação das fronteiras entre Leão e Portugal”* (Ventura, s/d, p. 30).

Com o passar do tempo o interesse em manter os castelos esmorece, até porque os territórios ultrapassam as muralhas e grande parte do território já é de domínio cristão. Os monarcas demonstraram unicamente interesse nos castelos que *“preservam valor estratégico: que se alinham ao longo da raia (ou que se concentram ao longo dos principais eixos viários)”* (Barroca, 1988, p. 181).

Com o fim da reconquista (1249), a coroa portuguesa passa a dar mais importância aos castelos que estão junto à fronteira com Castela pois esta área era o local que maior preocupação suscitava ao monarca, no sentido de que eram *“zonas mais vulneráveis”* e, por isso, são também os castelos do Alto Alentejo, da Beira Interior (Riba Côa), Trás-os-Montes e

⁷ A barbacã é um muro oposto às muralhas, mais baixo que estas, cuja função era a defesa de um fosso da fortificação.

Vale do Rio Minho que sofrem “*reformas que introduziriam os conceitos de defesa ativa na nossa arquitetura militar*” (Barroca, s/d, p. 808). É no âmbito destas reformas militares a castelos que se inserem as obras atribuídas a D. Dinis do castelo do Sabugal de que se falará. Esta preocupação afigura-se mais forte após a assinatura do Tratado de Alcanices em 1297.



Mapa I - Rede de Castelos portugueses, 1350-1450

Linha de castelos que segue de Almeida, passa pelo Rio Mondego, Extremadura e termina em Lisboa

Adaptado de: Monteiro, J. G. (1999). Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Lisboa: Edições Colibri: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Pág. 25.

Não é por acaso que o reinado de D. Dinis é considerado como “*um momento de viragem na história da nossa arquitetura militar*” (Barroca, s/d, p. 819) pois a partir do seu reinado há uma forte preocupação com as “*praças mais decisivas, bem como com os direitos dos respetivos habitantes*” (Monteiro, 1999, p. 29).

Em jeito de síntese, saliente-se que a construção de castelos obedeceu a uma geografia estratégica, construindo as já mencionadas linhas de defesa como, por exemplo, a linha defensiva do Mondego (onde se insere o castelo de Penela) que “*Carlos Riley chamou «uma das mais bem desenhadas fronteiras da reconquista» (Riley 1991, p. 151)*” (Monteiro, 1999, p. 22).

A assinatura do Tratado de Alcanices (1297) levou à reestruturação e edificação de castelos junto à fronteira com Castela. Mas essa construção castelar não se fez sentir apenas junto à fronteira, “*às simples «linhas de*

detenção» encostadas à fronteira (...) acrescentaram-se «linhas de infiltração» concebidas para

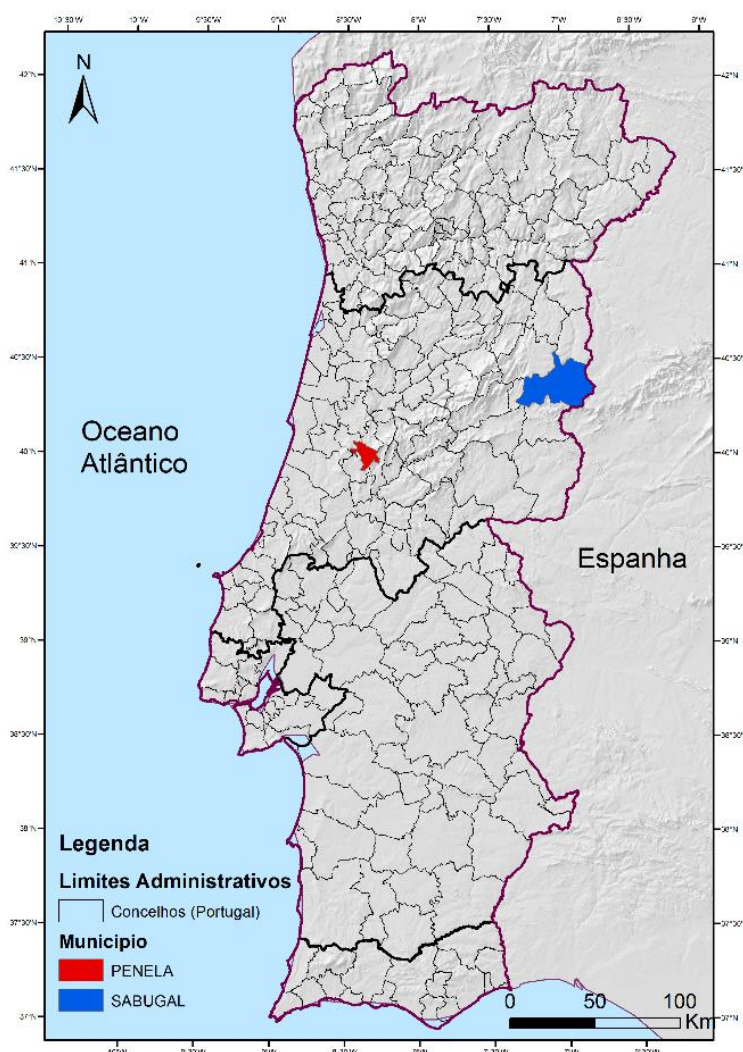
consubstanciar formas de defesa em profundidade de pontos estrategicamente decisivos" (Monteiro, 1999, p. 23), sobre estas linhas falar-se-á mais adiante.

Assim sendo, Portugal detém uma *"rede de castelos distribuídos um pouco por todo o reino, mas com concentrações mais evidentes em determinadas regiões"* por conseguinte, estava *"bem estruturado do ponto de vista militar e apto a pôr em funcionamento os seus mecanismos de defesa com vista à preservação da sua integridade territorial (MORENO 1984, p.117)"* (Monteiro, 1999, p. 27) e obviamente os locais por onde os inimigos entravam no país eram os locais onde a construção de castelos incidia *"aparece bem demarcada a constituição de uma linha de defesa em profundidade desde Almeida, pelo vale do Rio Mondego e interior da Extremadura até Lisboa"* (Monteiro, 1999, p. 28), essa linha pode ver-se no mapa I.

Denote-se que por muito que se tenham construído e reconstruído castelos muitos deles não chegaram sequer a conhecer a verdadeira guerra medieval *"mais de três quartos dos castelos existentes em Portugal nos finais da Idade Média não conheceram, diretamente e de forma expressiva, as peripécias das guerras em que o reino esteve, por esses anos, mergulhado"* (Monteiro, 1999, p. 32), por outro lado a existência destas fortificações acabou por ser usada pelos monarcas para a promoção do povoamento em seu torno para que os territórios mais desprotegidos pudessem ter pessoas neles, assim a coroa garantia a defesa dos mesmos. Claro está que esta promoção do povoamento surge mediante atribuição de privilégios por meio de um foral mas esse assunto será tratado mais adiante.

Depois de uma breve introdução ao aparecimento dos castelos por Portugal importa agora aprofundar algumas das características das fortalezas de Penela e Sabugal. São dois castelos claramente distintos a nível geográfico, físico, político e cronológico. No primeiro momento olhar-se-á do ponto de vista geográfico e num segundo momento de um ponto de vista mais histórico.

4. Localização Geográfica dos concelhos de Penela e Sabugal



Mapa II – Localização do concelho de Penela e Sabugal

Fonte: Elaboração Joaquim Patriarca

Localizado perto do litoral português, na Nut II Centro e pertencente ao distrito de Coimbra está o concelho de Penela integrante da Nut III Pinhal Interior Norte. Por sua vez, integrado no distrito da Guarda, na Nut III Beira Interior Norte situa-se o concelho do Sabugal, (mapa II), Cardoso acrescenta ainda, *“Situado na parte meridional do território de Riba Côa, é atravessado de Sul para Norte pelo rio Côa”* (Cardoso, 2011, p. 62).

É na sede do concelho de Penela que se ergue o Castelo medieval, de origem incerta, contudo, o que dele hoje se pode ver remonta somente aos séculos XIV-

XV. Este Castelo tem as seguintes coordenadas: Latitude: 40°1'52.66" Norte; Longitude: 8°23'26.17" Oeste e uma altitude na ordem dos 261 metros.

O castelo de Penela foi um castelo povoado por D. Sesnando, primeiro governador de Coimbra por volta do ano de 1087. Porém, no ano de 1137 o distrito de Coimbra foi *“retalhado por municípios e o de Penela foi criado por D. Afonso Henriques (...) sendo, por isso, um dos mais antigos do país”* (Arnaut & Dias, 2009, p. 11).

O concelho do Sabugal, por sua vez está integrado no distrito da Guarda e no território que se denomina de Raia Central Portuguesa⁸.

Este concelho situa-se no espaço que se denomina de Meseta, superfície cujas altitudes se situam entre os 750 e os 800 metros. A superfície da Meseta apresenta-se “*basculada para NW, desde a Serra da Malcata (a cerca de 900 metros) até perto de Barca de Alva (a cerca de 600 metros)*” (Rebello, s/a, p. 19).

Uma vez já mencionada a expressão Riba Côa importa salientar que o território que a esta diz respeito engloba os concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Sabugal e Vila Nova de Foz Côa. Compreendendo assim as seguintes fortalezas: Alfaiates, Almeida, Castelo Bom, Castelo Melhor, Castelo Mendo, Castelo Rodrigo, Monforte, Pinhel, Sabugal e Vilar Maior.

Visto que está situado no interior do país e, correndo o risco de generalizar, o Sabugal, como concelho, apresenta-se como uma região desfavorecida com fortes características rurais, chegando alguns autores a considerarem-no como uma “*área rural periférica*” (Almeida *et al*, 1994, s/p).

É na sede deste concelho que se situa o castelo cuja origem não é certa mas que se atribui a D. Dinis. Está situado numa elevação planáltica da superfície da Meseta e as suas coordenadas são, latitude: 40º 21'4.95" Norte; longitude: de 7º 5'39.16" Oeste e altitude a rondar os 746 metros.

⁸ Território complexo a nível social, económico e demográfico, mas com um carácter da paisagem bem vincado, na qual se evidenciam elementos naturais que a constituem (...) de facto destaca-se nesse território a riqueza e a variedade da paisagem (Castro, *et al*, s/d, p. 140). Fazem parte integrante da Raia Central a Beira Interior Norte, Beira Interior Sul e Cova da Beira que se traduz nos seguintes concelhos: Mêda, Figueira de Castelo Rodrigo, Pinhel, Trancoso, Almeida, Celorico da Beira, Guarda, Sabugal, Manteigas, Belmonte, Covilhã, Penamacor, Fundão, Idanha-a-Nova e Castelo Branco.

5. O território na construção estratégica dos castelos de Penela e Sabugal

Concluída a localização geográfica de cada concelho que aqui é abordado importa tratar a sua caracterização física e a paisagem de cada lugar. Assim, será ainda exposta a área concreta dos respetivos castelos destacando o papel que a geomorfologia tem naquela que teria sido, em tempos muito recuados, a construção de cada um.

Antes de passar aos concelhos propriamente ditos deve dar-se algum destaque ao conceito de paisagem, que por diversos autores é abordado. Ao falar de paisagem está implícito o conceito de observar, isto é, a descrição de uma paisagem é feita através da sua observação que, por sua vez, depende da pessoa que a faz. Quer isto dizer que, um geógrafo observa a paisagem de uma maneira, um turista de outra, um habitante local certamente de outra, mas a observação está sempre presente. Yves Lacoste afirma que *“Podemos definir paisagem como o espaço geográfico que se pode ver de um certo ponto. Quanto mais alto for esse ponto, mais longe se vê, se não houver obstáculos que impeçam ver o que estiver por trás”* (Lacoste, 2005, p. 294).

Por sua vez, António Campar de Almeida mostra que a paisagem *“Corresponde a um espaço, mas espaço com determinada proximidade, ou seja, ao alcance do olhar humano (...) varia entre algumas dezenas de metros a vários quilómetros”* (Almeida, 2006, p. 31).

Portanto, a observação não se pode desligar da paisagem. Porém, observar uma paisagem é, segundo Castro & Lopes mais que observar a sua morfologia, é também observar elementos naturais e humanos que se completam e que dependem da utilização que o ser humano faz deles, dando-lhes *“uma determinada organização e estrutura espacial”* (Castro & Lopes, 2009, p. 4272). Por este motivo, quando analisamos uma paisagem estamos a tentar construir uma história do local em questão para a podermos compreender. Assim sendo, *“Pressupõe, antes de mais, a procura da identidade ou identidades de um território, em função do seu genius loci (...)”* (Castro & Lopes, 2009, p. 4272).

Ora, uma vez que observar a paisagem não é apenas ter em conta a morfologia do terreno mas também todos os seus constituintes, importa demonstrar que *“A compreensão da paisagem implica, assim, o conhecimento de inúmeros factores, como a litologia, o relevo, a hidrografia, o clima, os solos, a flora e a fauna, a estrutura ecológica, o uso do solo e todas as outras expressões da atividade humana ao longo do tempo, bem como a análise da sua articulação, o que resulta numa realidade multifacetada”* (Castro et al, 2008, p. 139).

Como se denota, observar a paisagem é mais que olhar e dizer o que está presente em determinado local. É ir aos seus constituintes, à sua litologia, à sua geomorfologia, ao seu clima e falar sobre eles. E é, precisamente, isso que se vai passar nos parágrafos seguintes referentes aos concelhos em estudo.

Para se compreender a geomorfologia de um local, no caso Penela e Sabugal, importa analisar em primeiro lugar a litologia presente em cada concelho. Para se proceder a essa análise foram consultadas as cartas geológicas de cada concelho, Penela e Sabugal. As mencionadas cartas podem ser consultadas nos anexos XIII e XIV respetivamente.

Ao observar a carta geológica de Penela verifica-se que o concelho de Penela se desenvolve sobre materiais geológicos da orla Meso-Cenozóica e Maciço Hespérico (duas unidades bem presentes no concelho). Assim, a Este domina o conjunto de terreno mais antigo e a Oeste o conjunto mais recente, Precâmbrico e Paleozóico e o Triássico/Quaternário, respetivamente⁹. Assim sendo, a Este do concelho estão presentes, maioritariamente, materiais do “*«Complexo Cristalofílico»*”, “*«Complexo Xisto-Grauváquico»*” e (...) *“cristas compostas pelas «Formações do Ordovícico»”* (Câmara Municipal de Penela, 2004, p. 6). Os materiais do Complexo Cristalofílico são constituídos por xistos argilosos e luzentes que se apresentam deformados por uma falha. Esta falha marca o início do Complexo Xisto –Grauváquico cujos materiais são arenitos impuros metamorfizados, os filitos e os xistos negros.

Por sua vez, a Oeste do concelho encontram-se as Camadas de Coimbra, bem como as Camadas de S. Miguel, as Margas de Eiras, os Calcários Margosos de Loreto e as Margas e Margo-Calcários de Adémia (Câmara Municipal de Penela, 2004, p. 6), bem como Calcários de Sicó.

Acrescente-se, ainda, que o concelho de Penela é afetado por fraturas intensas cuja predominância é de norte para sul e noroeste para sudeste (Câmara Municipal de Penela, 2004, p. 8).

Colocando, agora, a atenção na vila de Penela esta situa-se concretamente sobre as Camadas de Castelo Viegas e Camadas de Conraria, essencialmente “*representadas por arenitos (...) ricos em feldspatos*” (Oliveira, s/d, p. s/p) e por depósitos areno-conglomeráticos respetivamente. Estas camadas compõe o denominado Grés de Silves (rocha branda e detrítica) que ocupa uma grande área da faixa central do concelho.

⁹ De acordo com a “international chronostratigraphic chart”.

De acordo com a Carta Geológica do Sabugal, verifica-se que este concelho, em relação ao de Penela, é mais uniforme do ponto de vista litológico, apresentando apenas duas regiões distintas, uma de base granítica e outra de constituição xistenta. Nesta última, destaca-se a Serra da Malcata, *“sulcada por vales fundos e sinuosos que lhe dão características de relevo bastante vigoroso”* (Teixeira, et al, 1965, p. 7).

O Complexo Xisto-Grauváquico Ante-Ordovícico, material presente a este do município de Penela, também se encontra no município do Sabugal. As rochas xistentas, pertencentes ao Complexo já mencionado, dominam sobretudo a sudeste.

A transição das rochas granitóides para os xistos é feita de uma forma brusca, *“apenas se notam, por vezes, numa orla não muito larga, digitações graníticas, através dos xistos”* (Teixeira, et al, 1965, p. 12) e no sentido nordeste-sudoeste.

Em termos de tectónica, o concelho do Sabugal não se apresenta como o de Penela, ou seja, este no seu geral não se mostra com deformações.

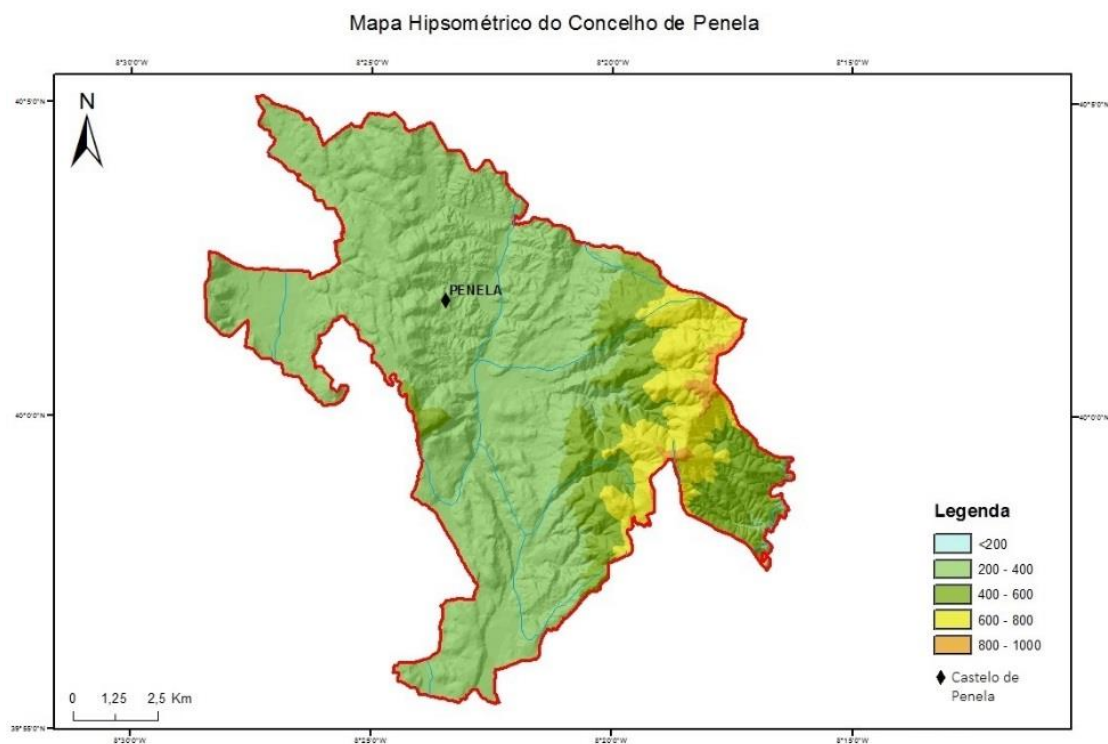
Olhando para a localização exata da cidade do Sabugal (anexo XIV) esta situa-se, ao contrário de Penela, no Complexo Xisto Grauváquico material que, não tendo em conta a Serra da Malcata, é pouco representativo, adquirindo *“algum significado no Sabugal e Quadrazais”* (Nunes, 2007, p. s/p). Por sua vez em aldeias próximas como Aldeia Velha, Alfaiates, Ruivós/Vale das Éguas *“surgem manchas dispersas constituídas por xistos mosqueados, corneanas e grauvaques metamorfizados”* (Nunes, 2007 p. s/p).

Numa primeira observação à localidade de Penela, atualmente, vê-se que no âmbito do que é a paisagem natural, esta distingue-se da do Sabugal, pois enquanto a primeira contém a existência de árvores como o Carvalho Português, o Medronheiro, o sobreiro, o Sabugal, destaca-se por carvalhos, amieiros, salgueiros, *“alternando consideravelmente o aspeto por vezes rude e selvático da paisagem”* (Correia, 2010, p. 21). Ainda no concelho do Sabugal deve dar-se destaque ao Rio Côa e Serra da Malcata que detém a Reserva Natural da Serra da Malcata.

Ambos os concelhos apresentam uma paisagem predominantemente rural. Efetivamente, o concelho do Sabugal, bem como toda a região envolvente apresenta hoje, *“aspetos preocupantes de abandono dos territórios de cultivo e ocupação tradicionais, desindustrialização, despovoamento e emigração para cidades vizinhas ou mais longínquas (...) movimento que tem condicionado fortemente o desenvolvimento económico e a vida social e comunitária do Sabugal e dos concelhos vizinhos”* (Câmara Municipal do Sabugal, 2013, p.12). A

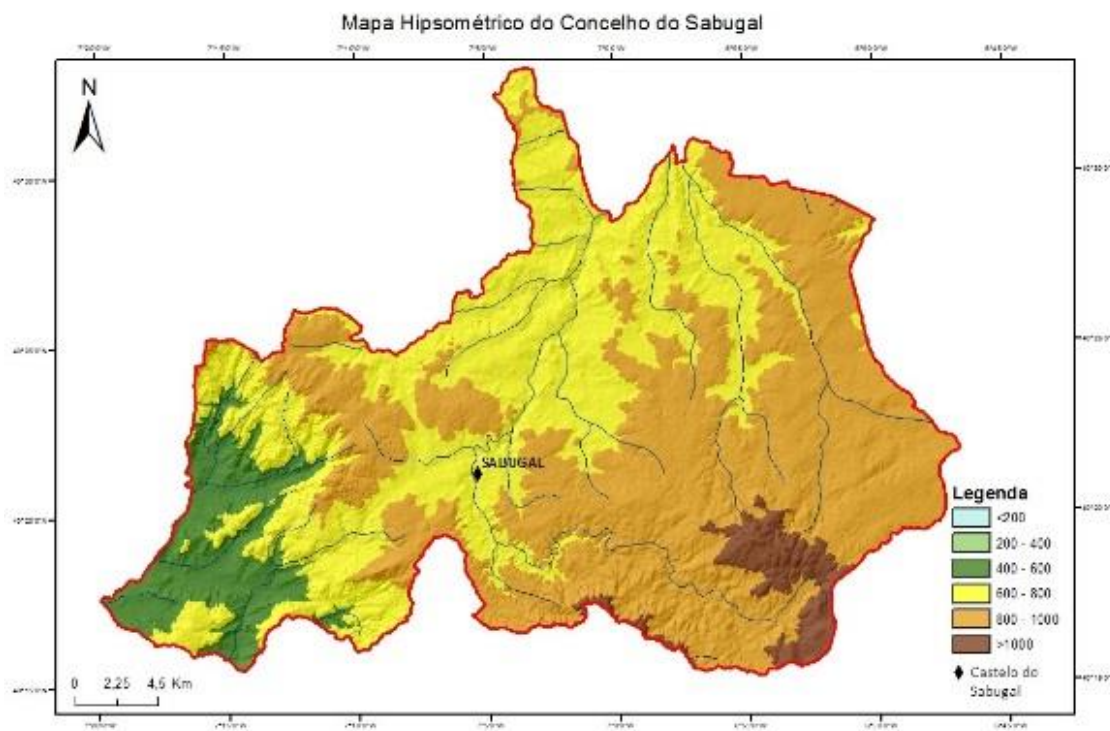
sua paisagem, pouco humanizada, revela uma grande predominância de campos agrícolas o que denota uma economia assente em setores tradicionais e fraco investimento em recursos endógenos (Câmara Municipal do Sabugal, 2013, p.13).

Naquele que será o local com mais altitude na vila de Penela, entre 200 a 300 metros como se abordará mais à frente, ergue-se o seu castelo. Já na cidade do Sabugal é, também, numa altitude que ronda os 755 metros que se encontra o seu castelo, mais elevado que o de Penela em virtude das próprias altitudes de cada concelho.



Mapa III - Mapa Hipsométrico do Concelho de Penela e Localização do Respetivo Castelo

Fonte: Elaboração Joaquim Patriarca



Ora, olhando os mapas hipsométricos de ambos os concelhos, vê-se que são os dois relativamente acidentados, porém, enquanto o concelho de Penela tem altitudes que variam dos 130 aos 855m, o concelho do Sabugal tem altitudes que oscilam entre os 450 e os 1200 m. “ Os terrenos são mais acidentados nas freguesias de Sortelha, Casteleiro, Bendada, Pena Lobo, Vilar Maior, Vilar de Touro e Vilar Mourisco, havendo em todas estas, enormes, gigantescas, massas graníticas, lagedos imensos e rochedos descomunais a que chamam de barrocos” (Correia, 2010, p. 21).

As altitudes mais expressivas de ambos os concelhos dizem respeito à Serra do Espinhal, em Penela, e à Serra da Malcata, no Sabugal. No caso de Penela, a área com maior altitude é também a que apresenta maiores declives¹⁰. Porém, no caso do Sabugal os maiores declives encontram-se a Oeste (cerca de 30%), no rebordo de *transição* entre a *Meseta* e a *Cova da Beira*, ou seja, onde as altitudes se apresentam menores.

¹⁰ Um declive consiste na inclinação de uma superfície topográfica em relação a um plano horizontal.



Figura 3 - Aproveitamento do escarpado para construção da muralha Castelo de Penela

Fonte: Elaboração própria

Rabaçal, sendo drenada pelo rio de Mouros (Câmara Municipal de Penela, 2004, p. 3).

Quando se avança para ocidente no concelho de Penela é visível, como explica o Plano Diretor Municipal de Penela, “*uma depressão escavada nas rochas detríticas de base Mesozóico, que percorre toda a faixa central do concelho e onde se instalou o rio Dueça¹¹*” (Câmara Municipal de Penela, 2004, p. 3). Por sua vez, existe, na ordem dos 200 metros, a depressão calcomargosa do

Ao continuar para ocidente, em Penela, as altitudes tendem a diminuir em relação ao lado mais oriental. Esta diminuição leva a que se chegue apenas aos 300 metros. No concelho do Sabugal a altitude vai diminuindo à semelhança de Penela com as devidas diferenças de altitude já mencionada.

Ora, observando as sedes de concelho e a implantação dos seus castelos numa perspetiva geográfica nota-se que a implantação destas fortalezas define-se de forma semelhante, isto é, ambos estão implantados num local elevado de onde se pode observar uma vasta área envolvente aos mesmos.

O Castelo de Penela está localizado num outeiro, ou seja, numa elevação do terreno. Já o do Sabugal encontra-se numa elevação planáltica, a 755 metros, acima do Rio Côa¹².

Na construção do castelo de Penela foi aplicado como afirma Ana Moreira, “*grés de Silves, aplicado precisamente no castelo e na Sé de Silves, assim como no castelo de Penela, em Coimbra, implantado num aforamento deste importante grupo de rochas*” (Moreira, 2013, p. 13). Com efeito, o próprio castelo assenta “*no gigantesco afloramento de areno-conglomerático Grupo Grés de Silves*” (Castela, 2001, p. s/p). Este apresenta uma planta poligonal e alongada no sentido Norte-sul o que faz com que o escarpado natural presente na colina gresosa, ou seja, a elevação súbita do solo, visível na figura 3, seja aproveitada para a sua construção. Este

¹¹ Rio que nasce em Penela e que vai desaguar no rio Ceira. Nas margens deste rio encontram-se campos extremamente férteis.

¹² Rio que nasce no Sabugal, mais concretamente em Fóios e encaixa-se nos xistos contornando a cidade do Sabugal seguindo o seu rumo para nordeste.

aproveitamento do terreno pode verificar-se quando se percorre o castelo pelo seu exterior e se observa a muralha, que tem uma altura compreendida entre os 7 a 19 metros de altura.



Figura 4- Dupla Cintura de Muralhas no Castelo do Sabugal

Fonte: Elaboração própria

O pedaço da muralha cuja altitude é menor situa-se a Este, ao passo que a Oeste se evidencia a mais elevada, pois o escarpado é a parte mais aproveitada. Salvador Arnaut corrobora esta informação, afirmando que o *“espigão rochoso, junto ao pano Norte, aproveita uma elevação natural do terreno”* (Arnaut & Dias, 2009, p. 43).

O município da Penela tinha, na época em que foi criado (1137), como limites “A sul as áreas de Avelar, Aguda, Chão de Couce, Pousa Foles e Lagarteira (...) a poente o concelho era parcialmente definido por uma linha que passava pelo Vale do Pito, monte Figueiró, curso da Ribeira de Alcalamouque até às proximidades do Rabaçal – ficava a separá-lo do de Soure uma faixa em que Coimbra continuava a mandar”(Arnaut, 2009, p. 11), essa faixa constituía a denominada Ladeia que viria a integrar o município do Germanelo.

Por sua vez o Castelo do Sabugal é construído em alvenarias de granito, rocha predominante no concelho e xisto de aparelho isódomo (Conceição & Oliveira, 2005, p. s/p). Para certificar, *“Dir-se-ia que todas elas, essas paredes de grosso granito (...)”* (Ministério das Obras Públicas, 1949, p. 21). Em relação à muralha o castelo do Sabugal apresenta uma dupla cintura de muralhas (figura 4), contra apenas uma em Penela. Detém ainda parte da cerca da vila cuja fisionomia respeita a um traçado ovalar e irregular.

O castelo do Sabugal que passou para mãos portuguesas no reinado de D. Dinis teve como principal objetivo “afirmar então o propósito de conservar para sempre portuguesa a terra que aquele edifício deveria defender” (Ministério das Obras Públicas, 1949, p. 10).

Em suma, ambos os concelhos se apresentam com um relevo acidentado mesmo nas sedes de concelho. Relevo esse que foi aproveitado na construção das respetivas fortalezas.

Abordando de forma breve o clima de cada localidade admite-se que este difere. Tal depende muito, da orografia (essencialmente a altitude) e da continentalidade, porém, as variações climáticas acontecem também a nível local devido a outros fatores geográficos como a exposição. Essa variação climática condiciona, por vezes, o tipo de construção que se faz nos locais. Recorrendo às normais climatológicas de 1971 – 2000¹³ foram elaborados gráficos termopluviométricos (anexo XXV), para as estações de Coimbra e da Guarda, por serem os valores de referência, devido à sua maior proximidade, respetivamente de Penela e do Sabugal.

Ao analisar o gráfico da estação de Coimbra constata-se que os verões são quentes, com os dois principais meses desta estação (julho e agosto), classificados como meses secos, a aproximar-se dos 22°C, sendo a temperatura média máxima registada no mês de julho com 28,4°C. No respeitante à precipitação, o mês de Dezembro é o mês mais chuvoso, com pouco mais de 120 mm. É seguido pelos meses de Janeiro, Novembro e Fevereiro, o que corresponde aos meses de inverno.

No que toca ao gráfico da estação da Guarda os meses secos são, uma vez mais, os meses de verão (julho e agosto) rondando os 20°C e os meses mais húmidos são os meses de outubro, novembro e dezembro, quando atinge a máxima precipitação de 140 mm.

Tendo agora presente os gráficos anteriores pode-se verificar que é na estação mais húmida, a Guarda, que se assinalam os valores mais elevados de precipitação, cerca de 140 mm, ao passo que a estação de Coimbra apresenta um máximo de 130mm. O mês mais chuvoso é o mês de dezembro em ambos os casos, porém os segundo e terceiro meses mais chuvosos não coincidem nas duas estações. Na estação da Guarda registam-se maiores quantitativos de precipitação nos meses de outubro e novembro e na estação de Coimbra estes períodos registam-se nos meses de janeiro e fevereiro.

No que respeita à temperatura, é na estação de Coimbra que esta se apresenta mais elevada ultrapassando os 20°C nos meses secos enquanto a estação da Guarda apenas se aproxima dos mesmos. Quando se observam os meses de inverno denota-se que a temperatura é superior na estação de Coimbra, a rondar os 10-11°C que se opõe às temperaturas relativamente mais baixas da estação da Guarda, com valores a oscilar entre os 4-5°C. Note-se que na estação da Guarda, a continentalidade é o fator que *“determina o forte arrefecimento invernal nos planaltos da região da Beira”* (Gabinete Técnico Florestal, s/d, p. 6), bem como, no verão,

¹³ Disponível em: www.ipma.pt

“conduz à subida significativa dos valores de temperatura média mensal” (Gabinete Técnico Florestal, s/d, p. 6).

6. Os castelos de Penela e Sabugal

Concluído o papel do terreno na construção estratégica dos castelos importa falar dos mesmos de um ponto de vista mais histórico. Assim, pode afirmar-se desde logo que arquitetónica e cronologicamente o castelo de Penela e do Sabugal são construções bastante distintas. Recorde-se que embora não se saiba a origem exata do segundo a sua edificação é atribuída ao reinado de D. Dinis, o que terá algum sentido uma vez que o Sabugal se situa na raia e, este monarca, teve uma grande preocupação em dotar este local de castelos, como salientado no primeiro capítulo. Já o primeiro é anterior, e é atribuído à ação de D. Sesnando governador de Coimbra logo após esta ter sido reconquistada.

Com a conquista de Coimbra, em 1064, Fernando Magno entrega a cidade e o seu território nas mãos do conde de D. Sesnando mais concretamente o território *“limitado a norte pelo curso do Douro, desde Lamego até à foz do rio, e estendendo-se até Coimbra e a todas as terras que as forças cristãs possuísem a sul”* (Barroca, 1990, p. 101).

Ora, estando este local nas mãos de D. Sesnando este rapidamente trabalhou no sentido de o fortificar com vista à proteção do mesmo, neste seguimento D. Sesnando encetou obras em fortificações que já existiam dentre as quais está o castelo de Penela.

D. Sesnando governador de Coimbra *“mandou erigir no local da alcáçova um forte castelo, que repovoou, nascendo assim um burgo cristão sob a proteção das muralhas ameidadas”* (Câmara Municipal de Penela, s/d, p. s/p) esta referência diz respeito ao castelo de Penela. O povoamento do mesmo também está atribuído a D. Sesnando devido a uma referência encontrada no testamento do seu Alvazil em 1087 e que levam o autor Mário Barroca a acreditar que esse povoamento terá ocorrido por volta do ano de 1064 (Barroca, 1990, p. 105).

Situado nas *“imediações de uma das vias mais percorridas pelas forças muçulmanas e cristãs”* (Barroca, 1990, p. 105), o castelo de Penela foi construído como já foi mencionado, numa elevação com o devido aproveitamento do terreno. Este tipo de construção foi feita de forma a poder defender o povoado da melhor maneira, *“do adarve do castelo era possível, sem qualquer dificuldade, fazer tiro vertical sobre praticamente todo o itinerário de acesso”* (Barroca, 1990, p. 108).

O que atualmente se vê do castelo de Penela não é o que D. Sesnando mandou erguer, *“não condiz com o que ele deve ter sido durante os tempos medievais”* (Barroca, 1990, p. 109). Ao longo dos tempos, e essencialmente por toda a instabilidade que se vivia na época da reconquista com as *“sequentes incursões muçulmanas”* o castelo de Penela sofreu ajustes e reajustes que lhe foram conferindo uma fisionomia diferente da original. Essas reformas surgiram ao longo dos anos, nomeadamente ao longo *“dos reinados de D. Sancho, D. Dinis e D. João I”* (Barroca, 1990, p. 107).

Mário Barroca afirma que *“quem visitar o castelo de Penela depara, nos dias de hoje, com a cerca românico-gótica que, embora restaurada, se preserva bem conservada em quase toda a sua extensão”* (Barroca, 1990, p. 107), ou seja, apesar de não ser um castelo de origem ainda conserva vestígios do tempo de D. Sesnando.

A própria torre de menagem, que não apresenta uma configuração regular como qualquer outra, não deixa de ser igualmente uma *“fortaleza autónoma, um verdadeiro castelo”*. O próprio acesso à torre é dificultado pelo morro calcário que a envolve. No seu alto foi *“erguida uma pequena cerca de configuração irregular que se adapta à morfologia da superfície disponível (...) no seu interior um pequeno pátio foi criado para regularização do afloramento e, sensivelmente a meio da sua extensão maior, junto ao muro leste, abriu-se uma ampla cisterna”* (Barroca, 1990, p. 108). Por a presente descrição e pela figura que se apresenta no anexo XV verifica-se que a torre de menagem do castelo de Penela não é semelhante a qualquer outra.

A torre de menagem de Penela é o resultado de várias requalificações ao longo dos anos, todavia Mário Barroca mostra que tal construção *“não é mais do que a memória do castelo de D. Sesnando”* (Barroca, 1990, p. 108).

O castelo de Penela sofreu diversas intervenções ao longo dos tempos como já foi mencionado. A título de exemplo o *“circuito de muralhas exteriores é dos finais do século XIV, provavelmente D. Fernando”* (Arnaut & Dias, 2009, p. 43). Sofreria outras intervenções já em pleno século XX, e com finalidades distintas mas, desse assunto falar-se-á mais adiante.

Na sua muralha teriam existido três portas, a da Vila, a da Traição e a do Relógio das quais apenas existem as duas primeiras a poente e nordeste respetivamente. A terceira, por sua vez, terá sido destruída em 1760.

A porta da traição está situada *“sobre uma zona de acesso difícil e acidentado”* o que demonstra a preocupação para que ela não fosse notada. Para completar a muralha existem *“vários torreões de planta semicircular e quadrangular, com acesso facultado a partir do*

adarve” (Barroca, 1990, p. 107). Dentro da muralha do castelo está a Igreja de São Miguel construída no século XII e profundamente remodelada a partir do século XVI (anexo XX).

Cerca de dois séculos mais tarde, acredita-se que durante o reinado de D. Dinis, surge o castelo do Sabugal. Situado junto à fronteira no território da raia portuguesa, este está implantado “*numa elevação planáltica, a 755 metros de altitude, sobranceiro ao rio Côa*” (Silva, 2006, p. s/p).

Joaquim Correia mostra uma passagem de um artigo publicado na revista *Ocidente*¹⁴ que diz o seguinte “*a disposição do local d’aquella importante obra de defeza induz-nos a recuar, para lá de D. Denis, a data da sua construção. Com efeito, se o castello tivesse sido edificado pelo monarca povoador, parecia natural que o seu destino seria a defesa da povoação contra os ataques leoneses e sarracenos, e portanto, seria mandado levantar a leste da povoação, entre esta e a fronteira. Ora vê-se precisamente o contrário, isto é, o castello e a torre de menagem seguem-se a oeste da vila, tendo por fosso natural o Côa, olhando portanto o interior do país, e como sendo atalaia de qualquer ataque das bandas da Guarda (Ocidente, nº 279)*” (Correia, 2010, p. 91). Se efetivamente fosse edificado no tempo de D. Dinis a localização não seria a atual, mas estaria a leste da povoação prevendo, assim, qualquer ataque que pudesse surgir de Castela.

O mesmo autor defende que do castelo a visão podia abranger “*terras de Leão, sobretudo do alto da torre de menagem, edificada no ponto mais elevado do outeiro*” (Correia, 2010, p. 91). Este autor defende também que o castelo do Sabugal terá sido mandado edificar por D. Dinis, porque Ribacôa é um território fronteiro e no seu reinado havia necessidade de manter este local sob proteção devido a contendas com Castela. Contendas essas que resultaram no reconhecimento de D. Fernando de Castela dos “*direitos de D. Dinis sobre «los castillos e villas de Sabugal e de Alfayates e de Castiel Rodrigo (...) e de los otros lugares de Riba Coa que voz el Rey D. Denis tenedes en vuestra mano*” (Barroca, 2003, p. 65). Também esta ideia é defendida por outros, “*Edificando o Castelo em uma época de insegurança militar e política, o autor das «Cantigas de Amigo», rei atilado e resoluto, quis provavelmente afirmar então o propósito de conservar para sempre portuguesa a terra que aquele edifício devia defender*” (Ministério das Obras Públicas, 1949, p. 10).

¹⁴ A revista *ocidente* esteve em funções desde o ano de 1878 até 1909. A sua edição foi feita em Lisboa.

Ainda assim, não é possível atribuir uma data concreta à fundação do castelo, no entanto, pode asseverar-se que castelo e muralhas foram construídos em épocas diferentes, pois os materiais da antiga muralha e o muro da cidadela e da torre de menagem são diferentes.

Ao aproximar do castelo do Sabugal o que mais sobressai é a sua Torre de Menagem que “*é incontestavelmente uma das mais fortes e notáveis do país*” (Correia, 2010, p. 95). Já no reinado de D. Manuel D. Duarte De Armas, no livro das fortalezas registou o castelo do Sabugal com toda a sua monumentalidade (anexo XXVI). O castelo apresenta “*uma forma quadrangular um tanto ou quanto irregular, tendo adossado à sua fachada oriental, face à localidade, a imponente torre pentagonal que serviu de torre de menagem*” (Gomes R. C., 1996, p. 103) cuja construção é atribuída a D. Dinis.

A torre de menagem do Sabugal, que se pode ver no anexo XVI, apresenta uma planta poligonal e está encostada à muralha do castelo ao contrário da de Penela. Ora, este encosto é característico dos castelos tardo-medievais. Esta está protegida por mata-cães e seteiras. A sua forma pentagonal, provavelmente, faz uma “*alusão a esta vila e ao seu castelo serem, em definitivo, parte integrante do território nacional*” (Castelo do Sabugal, s.d., p. s/p).

No seu recinto o castelo apresenta três torres onde “*todas têm acesso por um adarve ao qual conduzem as escadas adossadas ao muro, daí pode admirar-se a barbacã, intacta, que rodeava toda a fortificação*” (Gomes R. C., 1996, p. 103).

Quanto à muralha, o castelo apresenta uma dupla cintura que servia para a defesa da povoação, pois “*dentro das muralhas da vila, e em caso de aperto no castelo, se acolhiam com seus haveres os moradores, quando os inimigos atacassem*” (Correia, 2010, p. 91). A muralha de cintura não terá sido edificada na mesma altura que o castelo pois apresenta materiais de construção distintos. Já a muralha do castelo possui um largo adarve “*a que se acede por quatro escadas internas (...) estando ainda reforçadas por três imponentes torreões angulares e um outro localizado no centro do pano de muralha virado a sudoeste, todas elas remadas por ameias piramidais*” (Castelo do Sabugal, s.d., p. s/p).

No que diz respeito a portas, o castelo do Sabugal detém a porta da vila “*que está protegida por torreão baixo e corpo saliente com janela dupla adossado ao pano exterior*” (Silva, 2006, p. s/p).

No exterior do castelo está a barbacã “*dispositivo que reforça as muralhas do castelo, (...), apoiam as suas muralhas dois pequenos cubelos circulares, abrindo-se próximo de um deles um singelo portal de arco em ogiva*” (Castelo do Sabugal, s.d., p. s/p).

Em síntese, os castelos foram evoluindo ao longo dos tempos tornando-se fortalezas capazes de resistir aos mais longos cercos, de albergar dentro de si as suas povoações.

Mesmo com a evolução castelar, e depois de tantos séculos passados, verifica-se que, no castelo de Penela, ainda existem elementos que transportam o visitante para o momento de origem do mesmo.

Por sua vez o castelo do Sabugal surge apenas no século XIII, no reinado de D. Dinis. Uma construção mais imponente que surge já numa época em que a preocupação com a arquitetura se fazia sentir de uma forma diferente o que se traduz em mecanismos de defesa distintos.

A existência destes dois castelos em períodos tão distintos leva a crer que a sua construção fora levada a cabo em contextos diferentes embora sempre com a função de defesa e povoamento dos mencionados locais. Desta forma fica a interrogação do porquê da construção dos mesmos, qual a necessidade dessa construção e porquê nesses locais. Qual a conjuntura que levou a fortificar Penela e Sabugal.

6.1. Inserção do castelo de Penela e Sabugal no espaço político

Em 1064 aquando da conquista de Coimbra, Fernando Magno deixa a o governo da cidade a D. Sesnando, mais especificamente *“um território limitado a norte pelo curso do Douro, desde lamego até à foz do rio, e estendendo-se até Coimbra e a todas as terras que as forças cristãs possuíssem a sul”* (Barroca, 1990, p. 101).

Após conquistada a cidade de Coimbra era impreterível que esta fosse defendida, mantendo-a sob domínio cristão. Foram, então, criados castelos em redor da cidade com a finalidade de ajudar na sua proteção. Esses castelos foram o de Montemor-o-Velho, Arouce, Miranda do Corvo, Soure e Penela claramente. Estas estruturas funcionavam como um apoio à defesa da cidade de Coimbra e constituíam o que se denomina, no espaço, de linha defensiva do Mondego, veja-se o esquema presente no anexo XVII onde se distingue claramente uma linha de castelos que envolvem a cidade de Coimbra na vertente sul - o castelo de Montemor-o-Velho, Soure, Penela, Miranda do Corvo e Lousã.

Estes castelos funcionavam como uma barreira de acesso à cidade principal, Coimbra. Antes de o inimigo muçulmano chegar a Coimbra teria de passar primeiro por uma destas fortalezas. Saliente-se que o castelo de Penela vem logo a seguir ao castelo de Montemor-o-Velho em termos de grandeza (Câmara Municipal de Penela, s/d, p. s/p).

O que era concretamente a linha defensiva do Mondego? Esta não era efetivamente uma linha mas, *“um espaço de fronteira peninsular, ao separar os reinos de Leão e Castela do emirado de Córdoba ou dos reinos Taifas, mas também um espaço de fronteira europeia, se considerarmos a divisão entre o bloco da Cristandade e o Islão”* (Castelos e Muralhas do Mondego, s/d, p. s/p).

Além dos mencionados castelos faziam parte desta linha o castelo da Lousã, Coimbra, do qual podemos ver apenas a Torre de Almedina, a Torre de Forte de Buarcos, o castelo de Pombal e do Germanelo. Estes dois últimos castelos acrescenta-se que, foram construídos já na época de D. Afonso Henriques e vêm *“consolidar esta fronteira, palco de conflitos armados, de instabilidade e perigo, mas também de convivências e trocas intensas”* (Matias, 2014, p. s/p). O castelo de Penela insere-se, assim, num conjunto de castelos que estavam numa mesma *“linha de espaço geográfico”* delimitada pelo rio Mondego, que visava a proteção de uma cidade de maior importância – Coimbra - com o objetivo primordial de defesa militar do território cristão, que, na época, pretendia estender-se para sul. O castelo de Penela tinha, nesse caso, em vista *“consolidar o sistema defensivo em torno de Coimbra, e [estava incluído num] aro de fortalezas que asseguravam a sua proteção contra os assaltos vindos de Santarém e Lisboa”* (Mattoso, 1997, p. 72).

Sendo a «estrada de Coimbra» um local de forte movimentação onde existiam *“cristãos a avançar para sul e mouros para norte”* (Arnaut & Dias, 2009, p. 14) o castelo de Penela por si só não era suficiente e, nesse contexto Afonso Henriques manda edificar o do Germanelo em 1142 *“para dar proteção, como diz a crónica dos Godos, aos cristãos espalhados pelos campos do Germanelo, da Atenha e do Alvorge”* (Arnaut & Dias, 2009, p. 14). Logo após ser erguido o castelo do Germanelo este foi também considerado um município. Ao mesmo não foi atribuído qualquer limite a sul para que a população pudesse povoar o que bem entendesse. Se houvesse criminosos fugitivos, ao entrarem naquela terra, podiam ficar aí que não eram presos, ou seja, o rei fazia o que podia para manter o povoamento perto da linha de fronteira (Arnaut & Dias, 2009, p. 14). Desta forma o castelo do Germanelo contribuiu para uma melhor defesa e proteção do território cristão em conjunto com os outros castelos que formam a linha defensiva do Mondego.

Com o avanço da reconquista para sul estes castelos acabam por perder um pouco da sua importância defensiva com vista à proteção da cidade de Coimbra.

Passado cerca de dois séculos desde a construção do castelo de Penela já a fronteira portuguesa estava um pouco mais definida, essencialmente junto da raia portuguesa. A

reconquista estava praticamente concluída. Subirá, ao trono em 1279, D. Dinis monarca que atentará na definição das fronteiras portuguesas com Castela. Essa mesma preocupação pode verificar-se no forte encastelamento que a beira portuguesa sofreu no século XIII, encastelamento esse que levou a área da raia portuguesa a ser um dos locais portugueses dotados de mais castelos.

Assim sendo, a abundância de castelos na raia portuguesa explica-se em grande parte pelo facto de ser um local em contacto com a fronteira leonesa, bem como, na necessidade de defesa e proteção.

É neste território da beira que surge o já mencionado território de Ribacôa (onde se situa o Sabugal), território que passa a ser português de forma definitiva a partir do Tratado de Alcanices com D. Dinis no ano de 1297 e que está representado no anexo XVIII. Este foi um território que mereceu especial atenção por parte dos monarcas e que se viu com uma construção em massa de castelos. Só o concelho do Sabugal apresenta cinco castelos (Sortelha, Vilar Maior, Sabugal, Vila do Touro e Alfaiates) mas também outros concelhos contíguos apresentam as suas fortalezas (Castelo Melhor, Castelo Rodrigo, Almeida, Castelo Bom).

A Rede de castelos beirã, onde se situa o castelo do Sabugal, foi construída por reis portugueses e leoneses que surgiram como intervenientes neste processo complexo (Gomes R. C., 1996, p. 5) que era a reconquista e a necessidade de manter as terras que já haviam sido conquistadas. Muitos destes castelos surgiram por mérito das populações que aí viviam e que tinham a necessidade de se defender.

Porém, e apesar de os reis leoneses e portugueses construírem fortalezas com vista à defesa do território, no século XIII a história da beira muda. Primeiro devido ao avanço da reconquista para sul colocando os territórios da beira sob alçada cristã e segundo devido ao *“estabelecimento de um limite entre Portugal e Leão que coincide com o rio Côa”* (Gomes R. C., 1996, p. 11). Este tipo de fronteira acarretava problemas porque nunca se sabia muito bem até onde ia o território de quem e a construção de castelos funcionava como *“marcos gigantescos cuja enumeração se fazia opondo-os ao reino leonês que lhe faziam face”* (Gomes R. C., 1996, p. 14).

Com o Tratado de Alcanices a região de Ribacôa (anexo XVIII) passa definitivamente para a posse portuguesa incluindo todos os seus castelos o que contribui *“para explicar a abundância de castelos medievais na raia da beira”* em que a *“disposição final do conjunto*

representa, de ambos os lados do rio Côa, uma fronteira medieval “fossilizada”, patente através destas construções medievais” (Gomes R. C., 1996, p. 19), (ver anexo XIX).

Foi no reinado de D. Dinis que se procedeu à já mencionada construção e reconstrução de novos castelos, *“é provável que, como sucedeu em San Felices de los Gallegos, o monarca mandasse edificar sobretudo torres de menagem, mesmo em recintos amuralhados já existentes”* (Gomes R. C., 1996, p. 20), neste contexto é atribuído ao monarca a construção do castelo do Sabugal entre outros na mesma região, castelos estes que desempenharam um importante papel a nível de guerras desenvolvidas naquele tempo. Mais importa afirmar que a construção dos mesmos neste local, desempenhou um papel não menos importante na definição de fronteira e no sentido de demonstrar ao reino vizinho que Portugal estaria preparado para uma invasão.

Assim sendo, o castelo do Sabugal está inserido numa densa linha de castelos fronteiriços que desenhava *“uma forte barreira que garantiria grandes dificuldades para quem quisesse entrar em Portugal”* (Gomes C. A., 1996, p. 7).

Ora os castelos que se situam na raia portuguesa funcionavam como *“ «linha de detenção» encostada à fronteira que era secundada por mais uma ou duas faixas interiores dispostas de norte a sul, acrescentaram-se «linhas de infiltração», concebidas para garantir a defesa em profundidade de pontos estrategicamente decisivos”* (Monteiro, 2003, p. 164). Portanto o castelo do Sabugal tinha como finalidade proteger o país de possíveis investidas leonesas. Esmiuçando, junto à fronteira encontrava-se mais do que uma linha de castelos para proteger o território português. Numa primeira linha existiam os castelos de detenção inimiga, ou seja, os que teriam o primeiro contacto com a investida e numa segunda linha estariam os de infiltração aqueles que garantiam a defesa de locais decisivos estrategicamente.

6.2. As funções do castelo medieval

Já aqui se falou na importância dos castelos a nível militar, no entanto, é necessário abordar um pouco mais fundo essa mesma questão. Concentrando a atenção nas funções militares de um castelo, viu-se que o surgimento de castelos em Portugal data perto do último quartel do século IX no Norte do país e que este levou a uma reorganização da paisagem rural que se gerou em torno dos mesmos. Porém, com o passar do tempo, o número de castelos não para de aumentar pelo menos até meados do século XI (sendo que há registos de construções posteriores). Os diversos castelos que foram surgindo não eram todos construídos de forma semelhante pelo que, uns apresentam-se mais trabalhados do que outros, o exemplo de Penela e Sabugal é característica disso mesmo.

Estas construções situavam-se em locais estratégicos e começaram por ser construídos “*geralmente nos montes e colinas que dominam os vales e os caminhos*” e tinham como primeira função “*vigiar as estradas, e defenderem-se de ataques inimigos*” (Mattoso, 1997, p. 145), ou seja, a defesa do inimigo era crucial na criação de castelos. Surgem, como já se pode ler, num contexto de “*uma paisagem dominada por um povoamento disperso (...)*” (Barroca, s/d, p. 175).

A ocupação dos pontos mais altos tem a ver com a resposta a necessidades específicas como a vigilância e a defesa. A vigilância, necessária no tempo em que estar seguro era uma incerteza, era claramente mais bem-feita quando se observava de um ponto alto, como mostra Edison Cruxen, “*desde um patamar mais elevado no terreno e de cima das torres ou muralhas, o domínio visual do território, poderia chegar a muitos quilómetros*” (Cruxen, 2011, p. 5).

Em geral, o castelo é um elemento que se impõe na paisagem, tanto por estar localizado nos pontos mais elevados, bem como, pela sua imponência e, quando hoje são observados, Cruxen afirma que são percebidos “*como imagem arquitetónica associada à habitação, núcleo gerador de povoamento, fornecedor de segurança entre tantos outros significados*” (Cruxen, 2011, p. 5).

A funcionalidade de um castelo no seu tempo é militar e de defesa do território onde está implantado. O mesmo autor citado anteriormente afirma que a “*arquitetura castelar é definida em função de uma necessidade imediata e específica – uma necessidade prática de defesa e domínio territorial*” (Cruxen, 2011, p. 1). Todavia a necessidade de povoamento está também inerente à construção de cada castelo, ou seja, para além da necessidade de defesa do território existe a necessidade de povoar o mesmo, e isso era feito através da construção de castelos que levava a população a ficar perto do local onde se podia refugiar em caso de perigo. A fixação de pessoas era feita também com a atribuição de cartas de foral que eram doadas concedendo privilégios a quem vivesse na localidade em questão.

Um castelo pode ser uma estrutura “*complexa, geralmente associada (...) às localidades que são sede de territórios*” (Gomes R. C., 1996, p. 38). Muitas dessas estruturas castelares albergavam uma localidade dentro das suas muralhas – por vezes, era construída uma muralha em volta do povoamento que se havia fixado perto de si, outras vezes, castelos que haviam sido construídos de raiz, ditavam a necessidade da existência de uma povoação para os manter e para defender o território onde estavam inseridos.

Assim sendo, o surgimento de castelos está ligado à necessidade de defesa de um local, à necessidade de manter um local no domínio cristão e à necessidade de defender o território português de possíveis investidas leonesas.

Importa mencionar que para a população medieval o castelo era visto como um mecanismo de proteção de si própria, no sentido de que em caso de ameaça esta se podia resguardar no interior da sua muralha. Porém, não se pode desligar o facto de que apesar de protegida dentro de muralhas a população tenha que agir para defender a própria fortaleza, pois, *“uma fortificação precisava de facto, de ser bem protegida, de dispor de uma guarnição suficientemente numerosa”* (Monteiro, 1999, p. 222).

Contudo, muitos dos locais onde foram construídos castelos eram locais onde havia pouca população. Exemplo disso são os referidos castelos de Penela e Sabugal. O primeiro construído no tempo de D. Sesnando, num local de importante auxílio de defesa à cidade de Coimbra, ou seja, numa *“terra de fronteira, sempre sujeita às pressões das forças muçulmanas, não devia constituir grande incentivo ao povoamento”* (Barroca, 1990, p. 105). O segundo construído já no tempo de D. Dinis, já a reconquista portuguesa estava em consolidação e, também ele construído num local estratégico de *“estabelecimento de um limite entre Portugal e Leão que coincide com o rio Côa, obedecendo aos reis portugueses os castelos situados a ocidente do rio”* (Gomes R. C., 1996, p. 11).

Portanto, neste segundo caso denota-se uma preocupação em delimitar o espaço português e leonês e, claro está, a área próxima ao Sabugal era também ela uma área que estava debaixo de olho do monarca. Desta forma, em épocas diferentes e por razões semelhantes, foi necessário promover o povoamento juntos dos próprios para que o território de Penela e Sabugal também ele fosse protegido, bem como, outras localidades mais próximas *“além de boas torres e de uma sólida muralha, uma fortificação precisava de facto, para ser bem protegida, de dispor de uma guarnição suficientemente numerosa (...) de gente disponível para cumprir as tarefas que incumbiam às escutas e às atalhias”* (Monteiro, 1999, p. 222).

Além da população uma fortaleza precisava também de ter no seu recinto quantidade suficiente de mantimentos caso necessitasse de sobreviver a um cerco prolongado, ora, para que isso fosse possível era necessário que *“a população se concentrasse no interior da estrutura amuralhada, designadamente da cerca da vila, que aí tivesse a sua casa, e boa parte dos seus bens, ou até se possível, que aí desenvolvesse habitualmente a sua atividade económica”* (Monteiro, 1999, p. 222), pois na eventualidade de existência de uma guerra *“era muito mais fácil, o recolhimento de pessoas e bens e a sua colocação ao abrigo das devastações dos*

adversários estaria já de si encaminhada, o inimigo pouco ou nada encontraria, no exterior, que pudesse satisfazer as suas próprias necessidades alimentares, ou que pudesse usar como fator de pressão psicológica sobre aqueles que pretendia dominar” (Monteiro, 1999, p. 222).

O avanço da fronteira cristã trouxe consigo um importante equilíbrio demográfico ao país. Com D. Afonso Henriques a assumir o poder do condado portugalense e a conquistar cada vez mais territórios para sul este decidiu implantar uma ação com vista ao povoamento dos diversos territórios que até então se iam tornando cristãos. Essas ações traduzem-se numa ação *“repovoadora, implantação de órgãos da administração central e uma política eclesiástica”* (Mattoso, 1997, p. 72).

Atente-se na política repovoadora, que é a que interessa para o desenvolvimento deste trabalho, e se baseia no facto de existirem diversas necessidades militares. Veja-se que, após conquistados diversos territórios, era necessário assegurar que a população aí ficasse com o intuito de proteger o território militarmente de possíveis investidas inimigas.

Num primeiro momento o monarca tem em vista a consolidação do sistema defensivo em torno de Coimbra mencionado anteriormente, num segundo e terceiro momento a coroa teve em vista *“o fortalecimento das comunidades municipais de Évora e da Beira Interior entre 1157 e 1169 (...) e beneficiar as povoações da Estremadura, Ribatejo, e Beira interior, com o intuito de as reforçar contras os assaltos almóadas posteriores a 1184 e os novos ataques Leoneses do fim do século XII”* (Mattoso, 1997, p. 72).

Esse reforço aparece com a atribuição de forais a locais concretos. Além de forais o monarca atribuía também cartas de couto, isto porque as instituições eclesiásticas eram instituições que promoviam o povoamento, *“o rei conquistador reconhecia a necessidade do povoamento intensivo e privilegiava as instituições que lhe poderiam ser úteis nesse sentido”*. (Marques, 1988, p. 13).

Assim, era necessário que a população permanecesse perto da fortaleza, *“convinha que esse agregado não se dispersasse demasiado pelos arredores, onde homens e bens podiam tornar-se presa fácil das investidas dos sitiadores”* (Monteiro, 2003, p. 180), pois se a população estivesse dispersa, na iminência de guerra, era muito mais difícil a população recolher e resguardar-se do inimigo. O castelo dava uma ideia de segurança à população que aos poucos se fixava junto a ele, povoamento esse que era importante promover e manter.

Desta forma fica a clara ideia de que era necessário garantir que os locais providos de fortificações fossem povoados. A segurança que eles transmitiam à população só poderia ser

conseguida se houvesse efetivamente povoamento no local. Mas, como se podia atrair população para um local ensombrado pelo perigo? Prometendo “*certos privilégios àqueles que, vivendo nas proximidades da fortificação, mas no seu exterior, mais facilmente se poderiam passar para ‘o lado de dentro da cerca’*” (Monteiro, 1999, p. 222).

Assim, sabe-se que a concessão de privilégios a quem fosse morar no interior e junto da cerca foi algo necessário para promover o povoamento. A título de exemplo, na sequência das guerras com Castela D. Fernando viu-se obrigado a conceder privilégios à população de Abrantes “*no fito de garantir uma mais sólida proteção das suas povoações, face à ameaça militar inimiga*” (Monteiro, 1999, p. 223).

Os privilégios que aqui são mencionados eram concedidos em cartas régias que continham “*benefícios vários aos que morassem dentro das cercas*” (Monteiro, 1999, p. 223). Quando era necessário povoar junto da fronteira os benefícios eram mais alargados, pois como afirma Gouveia Monteiro, nas cartas régias encontra-se frequentemente o argumento de ser “*imperioso povoar o local tendo em conta a sua relevância para a salvaguarda da segurança e da integridade do reino*” (Monteiro, 1999, p. 224).

Como foi visto, a importância do povoamento de locais geoestratégicos detentores de castelos, bem como, em locais junto às principais vias de comunicação onde também se situavam as fortalezas foi algo que despertou a atenção dos monarcas desde muito cedo. Eles entendiam que para proteger um local em perigo eminente era necessário existir população junto a ele, mas também era necessário que essa população estivesse disposta a povoá-lo.

Por conseguinte, os monarcas iniciaram a mencionada concessão de cartas régias onde determinavam privilégios para que as pessoas fossem viver nesse local. Assim, o local tornava-se mais atrativo e era povoado e conseqüentemente defendido de qualquer possível ataque. Além disso, as pessoas tinham também um local onde se podiam refugiar.

Outro mecanismo de repovoamento foi a concessão de cartas de foral, que denotam um “*empenho no povoamento, protagonizado tanto por reis, como por senhores leigos e eclesiásticos (...) [pois] estes documentos, [podem ser] outorgados tanto por uns como por outros*” (Costa, 2010, p. 18). Estes preveem a formação de um concelho e discriminam os direitos e deveres de quem ali se venha a fixar.

O primeiro rei de Portugal concedeu várias cartas de foral e olhando para o território que envolve Coimbra denota-se um interesse em reforçar as comunidades em torno da cidade. A título de exemplo, em 1137 e 1142 foram atribuídos forais a Penela e Leiria respetivamente.

Essas cartas de foral a par de outras concedidas pelo mesmo monarca foram concedidas com vista a *“atribuir privilégios a habitantes de um lugar exposto a perigosos ataques inimigos”* (Mattoso, 1997, p. 72).

Ainda no reinado de D. Afonso Henriques denota-se, a partir de 1157, uma forte atribuição de forais a localidades junto da fronteira leonesa, *“a criação nesta zona de municípios autónomos, dotados de privilégios, destinava-se a formar as malhas de uma rede defensiva contra possíveis agressões militares leonesas”* (Mattoso, 1997, p. 73). Nos forais José Marques destaca que *“Uma cláusula frequente na documentação é a dispensa de participar no fossado e na hoste ou quando nele participassem, fazerem-no tanto quanto lhes permitisse regressar a casa no mesmo dia”*, o monarca pretendia que as pessoas se fixassem no local, o defendessem e não se deslocassem para outros locais. Quando a cláusula se aplicava a locais próximos da fronteira *“a dispensa de participar no fossado reside na obrigatoriedade da defesa da própria aldeia ou do próprio concelho”* (Marques, 1988, p. 18).

Já nos finais do século XIII e inícios do século XIV conheceu-se um período áureo no que toca à continuação do povoamento do território, *“a intensificação de iniciativas idênticas passa a ser decisiva para uma melhor ocupação e ordenação do território e conveniente integração administrativa das populações”*. Todo este incentivo à população tinha como fundo objetivos económicos e sociológicos *“funcionando como poderosos estímulos à reconquista e ocupação do solo”* (Marques, 1988, p. 13).

D. Dinis foi um rei que se preocupou em muito com o povoamento de diversas regiões do país como mostra José Marques *“os problemas do povoamento e da defesa, aspetos que andavam associados nas preocupações do rei D. Dinis”* (Marques, 1988, p. 19). Os locais onde incidia a maior parte da sua preocupação eram as regiões de fronteira como forma de a proteger de Castela, *“prova disso mesmo é a intensa concessão de cartas de foral durante todo o período de D. Dinis, sobretudo durante a primeira metade, sendo que entre 1279 e 1287 foram criados 23 novos concelhos, com especial atenção para o Algarve e Trás-os-Montes”* (Pizarro, 2012, p. 117).

A distribuição de cartas de foral e a reconstrução ou construção de castelos nestas áreas compreende-se pelo facto de o Algarve estar há pouco tempo em domínio português e por Trás-os-Montes ser uma área isolada e próxima da fronteira com Leão e Castela, *“o povoamento assume, nestas condições, características de estratégia defensiva, aliás secundada pelo programa de reparações e até de novas construções de muralhas e castelos ao longo da fronteira com Castela”* (Pizarro, 2012, p. 168).

O povoamento de diversas localidades foi então alvo de preocupação de diversos monarcas ao longo da história com forte incidência no reinado de D. Dinis. Este monarca fomentou-o mas também se preocupou-se com a economia o que se pode ver na doação de cartas de feira, pois estas estavam *“no estímulo ao povoamento e ao trânsito comercial”* (Pizarro, 2012, p. 168).

Ora, sabe-se que as cartas de feira para além de estimularem a economia de um local eram também formas de promover o povoamento, *“um dos objetivos primaciais da feira estava no estímulo ao povoamento e ao trânsito comercial”* (Pizarro, 2012, p. 168). Ao Sabugal terá sido outorgada uma no ano de 1296 como se falará mais adiante.

Como já se pôde ler o povoamento está associado há socioeconomia, demografia mas também à defesa. E muito provavelmente é o reinado de D. Dinis que mostra melhor essa mesma associação, essencialmente a nível de povoamento-defesa. Este binómio é justificado pela já mencionada forte concessão de forais que está ligada a locais onde este procedeu à construção/ reconstrução de castelos, *“as regiões mais beneficiadas com forais são também aquelas onde irá incidir o grosso do esforço de construção defensiva”* (Pizarro, 2012, p. 170).

Neste ponto é possível assumir que a defesa do território e o povoamento do mesmo andavam de mãos dadas. Os primeiros monarcas assim o demonstraram concedendo privilégios, forais, onde davam benefícios a quem se deslocasse para locais em perigo constante.

Em 1137 D. Afonso Henriques concede foral a Penela, como já se pode ler, e em 1296 é a vez de D. Dinis conceder ao Sabugal. Era de interesse mencionar aqui alguns traços do que o foral de Penela ditava, porém a escassa bibliografia sobre o mesmo não permite avançar nesse sentido, o que deixa a lacuna de encontrar pontos semelhantes com o foral atribuído ao Sabugal anos depois.

Assim sendo, já durante o reinado de D. Afonso Henriques existia a *“importância da ocupação das terras de Ribacôa na prossecução de um objetivo final, na constituição de todo o espaço nacional o que o levaria a preocupar-se com essas terras”* (Gomes C. A., 1996, p. 6). Toda esta preocupação culminou no reinado de D. Dinis que mostrou preocupação *“em defender e favorecer as vilas desta região mais recentemente adquirida do seu reino (...) [e] ainda antes do tratado de Alcanices confirma os foros de (...) Sabugal (...) e isenta de portagens os seus habitantes”* (Ventura, s/d, p. 40). Aquele que será o primeiro foral concedido ao Sabugal vem das mãos do mesmo um ano antes de firmar o tratado de Alcanices.

Nesse documento estavam inseridos *“os privilégios e obrigações dos habitantes do Sabugal, dados por D. Dinis em 1296, criando a feira franca”* (Afonso, 1985, p. 20), e chega um ano antes da definição da fronteira. Em 1297 o território da raia passa para domínio português e, a partir daí passa a ser um local com grande importância, pois o próprio D. Dinis passa algum tempo *“em terra de Ribacôa, principalmente na capital de toda essa zona – o Sabugal”* (Gomes C. A., 1996, p. 6):

Em termos gerais, instituiu uma feira *“Outrosy uos dou e outorgo a uosa feyra geeral que a facades cada ano (...)”* (Gomes C. A., 1996, p. 13). Entre outros privilégios de índole econômica como o proibir *“que algum de fora da vila e seu termo envasilhasse vinho ou o vendesse enquanto ali houvesse o que lá fora colhido”* (Correia, 2010, p. 114), nele o monarca designava a terra do Sabugal como sua e dos seus sucessores, *“que seya meu e dos Reys que despos mim ueerem e que reynarem no Reyno de Portugal”* (Gomes C. A., 1996, p. 13).

Para promover o povoamento do Sabugal o monarca instituiu os coutos homiziados, isto porque a raia esteve a braços com uma crise de falta de homens *“que muitas vezes abandonavam as vilas amuralhadas, tornando difícil a sua defesa”* (Gomes R. C., 1996, p. 25). Perante este abandono de territórios os monarcas tentaram inverter a tendência de decréscimo populacional. Para isso surgiram os denominados *“coutos homiziados, ou seja, alguns castelos vão receber como habitantes criminosos que, por decisão régia, neles permanecem um período variável de anos, dedicando-se às suas atividades quotidianas, sempre sob controlo dos funcionários do rei”* (Gomes R. C., 1996, p. 25). Assim os monarcas permitiam o povoamento de um local em rarefação de pessoas ao mesmo tempo que os criminosos viam uma forma de permanecer em liberdade embora que condicionada, pois *“não se podiam ausentar do local, a não ser com o conhecimento [dos funcionários régios], um certo número de dias, para tratar de seus assuntos noutras partes do reino”* (Gomes R. C., 1996, p. 27).

Estando este capítulo focado nas funções de âmbito militar dos castelos, estes tinham também funções familiares e residenciais, tanto que os mesmos *“não expressam apenas o modo de vida da classe dirigente (...) mas expressam, como um todo, o modelo da sociedade medieval, fortemente hierarquizada”* (Cruxen, 2011, p.3). Assim, os castelos assumiam funções econômica, militares, sociais, políticas e administrativas, é portanto, o que *“assume o papel de principal residência da autoridade fragmentada”* (Cruxen, 2011, p.4).

6.3. As funções do castelo atualmente – Cultura

Até então foi feito um percurso histórico pelos castelos de Penela e Sabugal e o último capítulo atentou nas suas funcionalidades medievais. Porém, com o passar dos anos a função

primordial de defesa e fixação da população que caracterizava os castelos deixou de fazer sentido. Lembre-se o caso do castelo de Penela, parte integrante da linha defensiva do Mondego que, com o avanço da reconquista vê a sua importância cair para castelos próximos do rio Tejo, pois é neste local que irá passar a situar-se a fronteira da reconquista.

A linha defensiva do Tejo passa a ter como prioridade a defesa, e a linha defensiva do Mondego não requer tanta preocupação militar. Por conseguinte, este distanciamento leva a que os castelos do Mondego se adaptem a uma nova realidade. Essa realidade passaria por serem polos ordenadores do território, cabeças de administração que *“unem as populações em torno de uma ideia de rei e de reino progressivamente mais forte e consolidada”*. No entanto, a sua essência continua a mesma: *“defender o território, agora de eventuais invasões dos reinos vizinhos. Por isso, as estruturas defensivas, no decorrer dos séculos XIII e XIV, permanecem em uso, sendo objeto de benfeitorias várias, sobretudo aquelas que se situam ao longo dos principais caminhos que das fronteiras levavam à capital”* (Castelos e Muralhas do Mondego, s/d, p. s/p). Portanto, a funcionalidade de defesa continua a existir mas desta feita com o intuito de defender o território de investidas de outros reinos.

Mas seria este abandono da defesa militar constante um prenúncio de que os castelos iriam deixar de se erguer com a sua monumentalidade nos anos seguintes? Veja-se: Após a conclusão da reconquista a defesa do território deixou de ser a máxima da população e do rei passando este a preocupar-se mais com a administração do reino e a fixação da população um pouco por todo o país, surgindo as então cartas de foral já mencionadas. Assim a população começa a assumir uma identidade e, inevitavelmente, com o avançar dos anos os castelos acabam deixados ao abandono e se hoje os podemos ver/visitar é graças à intervenção feita pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e pelas Câmaras Municipais com vista à sua requalificação.

Assim, hoje, os castelos não são mais vistos como uma estrutura que protege, mas sim como um símbolo histórico, um símbolo de identidade para o local onde estão implantados. A sua utilidade/função atualmente passa muito pelo turismo e pela dinamização que este pode trazer a determinado local quando é usado para esses fins. O papel recreativo/ cultural é usado maioritariamente para difundir o turismo nas respetivas localidades, todavia deve-se aqui mencionar que o que hoje é considerado património de um local, o castelo, e que o que hoje se mostra como o ex libris destes locais, nem sempre apresentou o aspeto atual. Considera-se, agora, os castelos de Penela e Sabugal que seguiram esta linha de evolução.

No caso de Penela, o que hoje vemos remonta aos séculos XIV e XV, o que significa que o original não chegou aos nossos dias. O mesmo acontece com os seus elementos, pois a sua muralha teria sido reconstruída já por D. Fernando nos finais do século XIV. Dois séculos antes, em 1187, o castelo de Penela foi mandado povoar por D. Sancho I e a sua Torre de Menagem foi mandada erigir por D. Dinis aquando uma reparação do mesmo. Em 1408 a vila de Penela é doada por D. João I ao seu filho Infante D. Pedro e é a ele que se deve a renovação da Igreja de São Miguel, bem como a construção de um Paço no interior do castelo hoje desaparecido.

A Igreja de São Miguel, que se encontra no interior do castelo, acredita-se que será bem antiga, porém, o que hoje se pode ver remonta ao século XVI. No caso do Sabugal o castelo também foi deixado ao abandono e o que hoje se vislumbra é também o resultado de várias intervenções.

Como foi abordado anteriormente, o papel defensivo não durou para sempre em ambos os casos tendo sido, no caso de Penela, atenuado logo que a fronteira da reconquista avançou. Ora, este facto levou a que a manutenção do Castelo de Penela fosse descurada e, com o passar do tempo, junto com o progressivo abandono, a população começasse a usar pedras do mesmo em construções próprias, o que foi tornando o castelo cada vez mais débil. Este chegou ao século XX num estado muito próximo de ruína (Câmara Municipal de Penela, s/d, p. s/p). O mesmo aconteceu com o castelo do Sabugal que, com o passar dos anos, foi deixado à sua mercê assim, o que atualmente se vê do Castelo do Sabugal é resultado do restauro levado a cabo há uns anos, *“quando se iniciaram os trabalhos de restauração, o Castelo do Sabugal, visto à distância, dominava ainda, com rara nobreza, toda a elevada planície raiana onde foi edificado”* (Ministério das Obras Públicas, 1949, p. 19).

Desta forma, em 1940 a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, em Penela, consolidou a muralha e reconstruiu as ameias, trabalho que se prolongou até 1944. Já em 1945 foram reconstruídas com recurso à alvenaria argamassada as paredes e em 1958 foram reconstruídos os adarves e *“remate do torreão e das muralhas, limpeza das cisternas, arranjo junto à porta de acesso”* (Silva, 2006, p. s/p).

Em 1998 foram recuperados os muros e acessos. A Câmara Municipal de Penela interveio em 2005/2006 com obras de remodelação e de beneficiação (Silva, 2006, p. s/p), ou seja, pavimentou o arruamento intramuros. Destacar que, em 1992, o Instituto Português do Património Arquitectónico pavimentou o acesso ao castelo, bem como a circulação interior, também a Câmara Municipal construiu o anfiteatro e colocou as três portas de acesso ao

interior da muralha. Estas intervenções conferiram ao Castelo de Penela a sua configuração atual cuja planta do mesmo se pode ver no anexo XXVII.

No Sabugal a intervenção ocorreu na mesma altura e pela mesma Direção, mas esta apresentou-se mais faseada - iniciou-se em 1939 e prolongou-se até 2002 com algumas intervenções a cargo camarário. Antes das primeiras construções foi removido um cemitério que se havia instalado na praça de armas, depois procedeu-se a escavações para regularizar o solo.

As primeiras reconstruções recaíram sobre as paredes do Castelo, onde foram reconstruídas em alvenaria e consolidadas com anéis de betão armado. Seguiu-se a reconstrução da muralha (1941), com a construção de diversos troços de muralhas em alvenaria argamassada, trabalho que se manteve durante quatro anos, sendo que foram também acrescentadas escadas (1941, 1942, 1943 e 1944). Algumas partes da muralha chegaram mesmo a ser demolidas para voltarem a ser construídas e assim consolidadas. Em 1945 foi a vez da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais intervir na barbacã do castelo e reconstruí-la também em alvenaria, é também neste ano que são colocadas portas em madeira, *“de grande espessura, em tudo conformes com os modelos da época”* (Ministério das Obras Públicas, 1949, p. 27).

De 1946 a 1948 continua-se com a construção de paredes, barbacã mas, introduz-se o *“fornecimento de cantarias para portas, cunhais, seteiras, merlões e abóbadas”*. Ainda neste período de tempo é assente o pavimento na torre, bem como, em 1948 dá-se o assentamento de *“soleiras e degraus em cantaria”* (Conceição & Oliveira, 2005, p. s/p). Em 1949 dá-se o remate das torres. A partir daqui há uma pausa na reconstrução do castelo do Sabugal e só em 1964 é que a DGEMN volta a intervir.

Assim, em 1964 é instalada a iluminação exterior e dois anos depois é construída uma porta junto à Torre de Menagem. Em 1969 é construída outra porta desta feita, da barbacã. Ainda neste ano são reparadas outras portas e o interior do castelo é limpo. Em 1993 e 1995 é consolidada a reconstrução das muralhas. Em 1998 é colocado o corrimão em volta das escadas de pedra, bem como a instalação elétrica e a pintura dos elementos em madeira é remodelada.

A intervenção no castelo não se ficou apenas a cargo da DGEMN tendo a Câmara Municipal do Sabugal também intervindo na mesma. Assim, em 1991 é colocada uma escada de madeira no segundo piso da Torre de Menagem e em 2002 é levada a cabo uma prospeção arqueológica

que demonstra estruturas antigas, espólio cerâmico e mesmo ossada (Conceição & Oliveira, 2005, p. s/p).

Finalmente entre 2003 e 2005 a DGEMN volta a intervir e consolida todas as obras que foram sendo levadas a cabo ao longo dos anos como o reforço de juntas nas muralhas. Foi retirada a vegetação da mesma, e construída uma *“infra-estrutura para a realização de espetáculos, que consiste numa bancada e nos de acesso, construção de uma estrutura mista em aço e betão armado para uma zona de palco, incluindo instalações sanitárias e um camarim no subpalco”* (Conceição & Oliveira, 2005, p. s/p). Foi também introduzida uma rede de distribuição de águas e outra de rega para os locais com jardim.

Estas reconstruções permitiram que, hoje, se pudesse visitar os castelos, porém, devemos ter em conta que o que visitamos não é a construção primitiva mas sim uma adaptação do que teria sido na época medieval, uma adaptação, por vezes, pouco fidedigna. Foram estas reconstruções, em ambos, que tornaram o espaço visitável e apto para que hoje se possa usufruir dele para outras funcionalidades que não as primordiais, isto é, foi graças à intervenção da DGEMN, bem como das respetivas câmara municipais que os castelos conseguiram obter a funcionalidade cultural e recreativa que hoje têm. É também graças a essa funcionalidade que hoje os locais são mais ou menos visitáveis, tanto pela construção em si, mas também pelos eventos que nessas construções são levados a cabo.

Ao considerar o castelo de Penela e o seu interior, ocupado pela igreja de São Miguel e também pela casa paroquial, deve salvaguardar-se que alguns dos eventos nele dinamizados estão a cargo da paróquia. Todavia, além das atividades paroquiais destacam-se dois grandes eventos - a Feira Medieval de Penela e o Penela Presépio. Estas atividades, entre outras, servem para tornar turística e economicamente *“Penela mais Forte”* (Campos, 2009, p. 145).

À semelhança do castelo de Penela, o castelo do Sabugal é, atualmente, visto pelo município como o ex-libris da cidade no âmbito do turismo. Desta forma, todos os anos, o seu interior e envolvente são usados para eventos que atraem turistas e visitantes.

Atente-se em alguns dos eventos realizados em ambos os castelos. Importa, em primeiro, realçar uma diferença entre os mesmos: em Penela os eventos mais reconhecidos resumem-se à Feira Medieval de Penela e ao Penela presépio¹⁵, já no Sabugal o evento de excelência é *“Sabugal: Surpreenda os sentidos”*, para além deste, que se realiza todos os anos existem

¹⁵ Existem outros eventos que são feitos ao longo do ano, no entanto, segundo o Posto de Turismo de Penela, quem os dinamiza é a paróquia pelo que aqui não são contemplados.

outros eventos, que se vão realizando ao longo do ano, a título de exemplo: “Há Fado no Castelo” (2014).

O evento “Há Fado no Castelo”, no Sabugal é um evento pontual que aconteceu em julho de 2014 e consistiu em um grupo de Fados de Coimbra "Pardalitos do Mondego" ir fazer um concerto, no castelo, para lançar o seu trabalho «Afluentes».

Os eventos mencionados são pouco comparáveis, porém a “Feira Medieval de Penela” e “Sabugal: Surpreenda os sentidos” são eventos que têm o mesmo carácter, ou seja, ambos funcionam em ambiente de feira, a diferença está na data em que cada uma se realiza, a primeira em maio e a segunda em julho, bem como, no que cada uma representa. Enquanto a “Feira Medieval de Penela” é um evento de exclusiva recriação medieval o “Sabugal: Surpreenda os sentidos” é um evento que se refere a determinadas épocas da História, em cada ano representa uma época diferente, em 2014 por exemplo o tema foi “Viagem aos anos 50”.

A “Feira Medieval de Penela” pretende fazer uma recriação histórica e a primeira edição ficou a cargo da Escola Básica Integrada Infante D. Pedro, mais propriamente dos seus docentes como orientadores da mesma, sendo, por isso, apresentada inicialmente no mês de junho. Ora, esta Feira Medieval é um meio através do qual a autarquia penelense aposta para promover o pequeno concelho, nomeadamente no que toca ao turismo cultural.

A história desta feira vem desde o século XV, pois acredita-se que a 6 de dezembro de 1433 D. Pedro obteve de D. Duarte uma carta que manda realizar em Penela uma feira franca, em honra de S. Miguel (não esquecer que a igreja que está no interior da muralha do castelo é a igreja de São Miguel), de três dias e que, mais tarde, será prolongada para oito dias, isto já no reinado de D. Manuel.

A feira de São Miguel é a feira que se perpetuou até aos dias atuais. Tal feira é hoje conhecida como a “Feira das Nozes. *É essa feira que se pretende reconstituir com a recriação histórica da Feira Medieval de Penela*” (Campos, 2009, p.144).

A recriação desta feira passou por momentos menos bons e houve, inclusive, anos em que não foi realizada por falta de fundos mas, com o apoio da Câmara Municipal e após a candidatura desta ao programa LEADER, em 2004, conseguiu-se que a Feira ganhasse maiores proporções e as expectativas foram mesmo ultrapassadas com a junção ao evento da “Câmara Municipal de Coimbra, Governo Civil de Coimbra, Juntas de Freguesia do Concelho, Região de Turismo do Centro e Caixa Geral de Depósitos” (Campos, 2009, p. 144). Assim, é a partir de 2007 que a Feira se passa a realizar todos os anos e com o apoio direto da Câmara Municipal.

No evento medieval realizado no Castelo penelense têm participado *“cerca de 350 figurantes, são grupos profissionais, mas, acima de tudo e, na sua maioria, alunos, professores, pais e encarregados de educação das escolas de Penela”* (Campos, 2009, p. 145). De notar que *“durante a Feira Medieval têm também lugar recriações históricas e animações ao vivo alusivas à época medieval que, por exemplo, em 2008 se enquadram nas temáticas “Penela no reino de Leão e Castela” e “Afonso Henriques em Penela nas vésperas da tomada de Lisboa”* (Campos, 2009, p. 145). Paralelamente a estes eventos, têm ainda ocorrido outras dinâmicas, como *“workshops no Castelo dedicados a crianças, em 2007, ou um Ciclo de Conferências Medievais, em 2008”* (Campos, 2009, p. 144).

Esta Feira tem funcionado para a autarquia como uma forma de dinamizar Penela tornando a sede de concelho num local turisticamente atrativo, fazendo esta parte do plano estratégico do concelho de seu nome *“Plano Diretor – Inovação, Competitividade e Empreendedorismo”*. Além do turismo este evento é também ligado ao desenvolvimento da economia uma vez que se prevê que atraia turistas ao local, assim o Posto de Turismo foi modernizado sendo simultaneamente *“uma loja onde se divulgam produtos agroalimentares e o artesanato local, bem como a renovação ou mesmo criação de merchandising específico da região”* (Campos, 2009, p. 145).

No que se refere ao evento *“Sabugal: Surpreenda os sentidos”*, este à semelhança da *“Feira Medieval de Penela”*, realiza-se todos os anos porém, reporta sempre a uma época diferente da história, *“evocando-a no desenvolvimento de toda a temática e atividades e ações que constituem o mesmo”* (Câmara Municipal do Sabugal, 2014, p. s/p). Pouco mais há a acrescentar a não ser os objetivos deste que se prendem com a recriação histórica para proporcionarem a *“residentes, expositores e visitantes, durante três dias, um regresso ao passado”*. Além dos mencionados não podia faltar objetivos ligados a dinamizar atividades que estejam ligadas ao turismo, *“reforçando e complementando a rede de produtos turísticos concelhios, por intermédio de iniciativas de interpretação da cultura local em épocas específicas, conjugadas num evento que fidelize públicos nacionais e internacionais”* (Câmara Municipal do Sabugal, 2014, p. s/p).

Olhando agora para o evento *“Penela presépio”* este é um evento também realizado no interior do castelo de Penela, durante o período natalício e que é costume atrair muitos visitantes a Penela. No ano de 2014 a Câmara Municipal estima que cerca de 40 mil pessoas visitaram o *“Penela Presépio”*. Ora, este presépio apresenta-se com *“cerca de 100 figuras, construído com base nas novas tecnologias e impresso em 3D”* (Câmara Municipal de Penela,

2015, p. s/p) (anexo XXI). Para além do presépio animado que se pode visitar no interior do castelo, é possível ainda observar outros eventos relacionados, pois também estão integrados oficinas de fantasia, um presépio vivo, animação e teatro de rua, bem como o Mercadinho de Natal, *“um espaço de troca comercial que valorizou os (...) produtos endógenos e o artesanato”* (Câmara Municipal de Penela, 2015, p. s/p).

Este é um evento que promove a atratividade ao município *“com base em factores de diferenciação positivos, nomeadamente, atrair grande afluxo de turistas que beneficia, sobretudo, o comércio e a promoção de Penela e das [suas] potencialidades”* (Câmara Municipal de Penela, 2015, p. s/p).

Estas iniciativas promovidas no interior do castelo, a par de outras no exterior procuram promover o concelho e a vila de Penela atraindo mais pessoas ao local o que fomenta o comércio local, bem como o turismo. Porém, *“o que se pretende com as diferentes ações é atrair investimentos de outra dimensão, concretizando-se assim, por essa via, o desenvolvimento económico do município, principal objetivo a atingir com o plano estratégico em execução”* (Campos, 2009, p. 146). Claro está que a promoção do Sabugal está também inerente nos eventos mencionados. É através deles que as autarquias tencionam atrair turistas e dinamizar o território para que este seja dado a conhecer e atraia cada vez mais pessoas a si, pois o turismo é, atualmente um dos maiores motores da economia. Para se perceber o impacto dos castelos tratados e, inclusive, dos eventos mencionados será, de seguida, feita uma análise a dados estatísticos relativos aos visitantes de cada localidade.

7. A evolução das visitas aos castelos de Penela e Sabugal (2011-2013)

É dado o momento de considerar o comportamento das visitas nas duas localidades, mas, primeiramente deve-se dar uma ideia do que o turismo implica. Logo, em primeiro de tudo, turismo envolve movimentações de pessoas com motivações várias, como exemplo temos as motivações culturais, geográficas. O turista procura, quando faz turismo, visitar locais que ainda não viu, conhecer outras realidades, outras culturas, observar outras paisagens, visitar diversos monumentos (Lacoste, 2005, p. s/p).

Como refere Fernanda Cravidão o turismo é algo que surge de forma “*bombástica*” entre 1950 e 1990, e é um movimento que continua significativo na atualidade. Com o avançar do tempo o turismo “*vem-se tornando altamente tecnificado e competitivo, particularmente em escala global*” (Cravidão, 2006, p. 248). A atividade turística tem aumentando essencialmente a partir da segunda Guerra Mundial e, os fatores essenciais para esse aumento são vários, entre eles destacam-se o aumento de férias pagas que dão às famílias mais oportunidades de poder fazer turismo, a redução do número de horas de trabalho também ajudou ao impulso do turismo. Além disso, o aumento da terciarização levou também a que as pessoas, que consequentemente têm mais escolaridade, tivessem mais informações sobre diversos espaços.

Portugal é um país que se mostra apto para o desenvolvimento do turismo e é, de facto algo que tem vindo a acontecer nos últimos anos. O que contribui para tal são os fatores diferenciadores que o tornam um destino apetecível. Esses fatores são: “*o clima e a luz, a história, a tradição e a cultura, o mar, a hospitalidade, a gastronomia e a diversidade da oferta (...), a segurança, a paisagem e o património nacional*”, são eles que tornam Portugal um bom destino para “*os mais de 13 milhões de turistas que anualmente fazem férias no país*” (Nunes, 2014, p. 15).

No entanto a competitividade portuguesa a nível turístico é demonstrada devido, em grande parte, à promoção do mesmo que “*aposta na apresentação do país como um destino de qualidade, que tem por base princípios de sustentabilidade e uma oferta diversificada com características distintivas e inovadoras face a outros destinos turísticos*”. (Nunes, 2014, p. 15).

Ora, como se disse, o turismo é algo que tem vindo a crescer e, esse facto tanto pode ser um “*elemento de preservação, mas também um causador de mudança de cenários e elementos de paisagens*” (Marujo & Santos, 2012, p. 37). Essa é determinante na escolha de um destino, pois “*a paisagem é portadora de significados, expressa valores, as crenças, os mitos e as utopias dos*

indivíduos que as habitam e, por isso, tem uma dimensão cultural” (Marujo & Santos, 2012, p. 37). No campo do património histórico (parte do que move um turista) Patrícia Branco corrobora o que anteriormente foi citado quando afirma, “Quanto ao envolvimento do turismo nas questões patrimoniais, este pode desempenhar dois papéis antagónicos: o de agente que auxilia na manutenção e preservação de uma cultura; ou perpetrador de um monumento eleito como “excepcional” para uma dada sociedade, o que pode representar uma total descaracterização dessa cultura” (Branco, 2006, p. s/p).

Sendo os castelos vistos como património histórico estes são olhados por turistas e visitantes como um elemento que liga o passado com o presente e, por isso, é indispensável a sua preservação para se poder desfrutar deles, tanto as gentes que habitam perto, bem como, pessoas que os queiram visitar, *“a defesa e valorização do património contribuem para uma paisagem mais equilibrada e atrativa, reforçando a sua identidade, e pode constituir um recurso importante na afirmação do território” (Cardoso, 2011, p. 58). Já aqui foi tratado que no que respeita aos castelos de Penela e Sabugal a sua preservação passou pela sua reconstrução e que, o que hoje se pode ver deles não é, na sua totalidade, original, ainda assim, os castelos são elementos que ligam a população ao passado logo, são também considerados como identidade de um dado local e como uma forma de poder desenvolver o local onde está inserido.*

Nesse sentido é hoje muito importante proteger todo o património, seja ele histórico-cultural ou mesmo natural com vista à sua sustentabilidade. Esta ideia foi fundamentada com a criação de uma lei (Lei nº 11/87, de 7 de abril) em 1987 que afirma no seu 20º artigo: *“O património natural e construído do País, bem como o histórico e cultural, serão objeto de medidas de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes e planificação das ações a empreender numa perspetiva de animação e utilização criativa”*. Com o passar dos anos e com a globalização a ideia de que se deve proteger o património foi ganhando cada vez mais terreno, para que hoje, seja este o que faz movimentar grande parte da economia com o recurso ao turismo, *“o património [é visto] como recurso para o desenvolvimento e, por isso, as componentes do território são elementos chave para a valorização turística dos lugares”*. (Carvalho, s/d, p. s/p).

Assim, a procura por parte de visitantes de património histórico e não só, fora da sua área de residência vai acabar por ser uma fonte de rendimento para o local que os recebe pois, *“ao património cabe a função atrativa, e cabe às populações e agentes locais, oferecer serviços, infraestruturas e atividades a quem vem de outros lugares e pretende desfrutar de um*

determinado património quer seja natural ou cultural” (Cardoso, 2011, p. 60). Desta forma um local deve usar os seus recursos endógenos para promover o desenvolvimento.

Ora, para um local que se queira desenvolver o turismo é, atualmente, uma mais-valia, pois é um sector *“com capacidade para rentabilizar os recursos locais, requalificar atividades (...) e assim dinamizar e diversificar o tecido económico rural”* (Cardoso, 2011, p. 74). A nível económico, nos últimos anos, o turismo tem sido o motor da economia de muitos países, essencialmente de muitas localidades rurais, esse motor é alimentado através do aproveitamento de recursos endógenos como afirma Lúcio Cunha, já o Plano Estratégico Nacional do Turismo afirma que *“o Turismo conquistou um papel central na economia portuguesa e é hoje líder nas exportações, na sustentabilidade, na inovação e na criação de emprego”* (Turismo de Portugal, 2011, p. 5).

Atualmente o turismo contribui para atenuar assimetrias e criar empregos *“sendo já um dos principais motores do desenvolvimento regional em Portugal”* (Turismo de Portugal, 2011, p. 5). Todavia esta evolução que se verifica acabou por ser interrompida com a grave crise económica de 2008/2009 o que levou a que os objetivos que o Plano Estratégico Nacional de Turismo 2006-2015 tinha traçado ficassem aquém do previsto e fossem refeitos para o espaço temporal de 2013-2015. Ainda assim, em Portugal, o turismo é uma prática incontornável na sua economia, pois gera, *“riqueza, emprego e qualidade de vida”* (Nunes, 2014, p. 4). Além disso o mesmo é *“um sector estratégico para a economia nacional pelas receitas directas e indirectas que gera, contribuindo com cerca de 46 por cento das exportações dos serviços, e mais de 14 por cento das exportações totais e 10 por cento do PIB”* (Nunes, 2014, p. 4).

Para continuar a ser um motor da economia portuguesa é necessário que o turismo se apresente como uma aposta na conquista de quotas relevantes no mercado tradicional, bem como em novos mercados, pois Portugal é considerado o terceiro destino mais competitivo na bacia do mediterrâneo, assim, é necessário diversificar a oferta, tornando-a mais qualificada, e mais atrativa o que *“permitirá combater eficazmente a sazonalidade e alavancar com sucesso a competitividade do sector”* (Nunes, 2014, p. 4).

Segundo Adolfo Mesquita Nunes, Secretário de Estado do Turismo, o ano de 2013 foi um ano muito positivo para o turismo, é inclusive, um *“ano que se destaca pelo grande impulso dado pelos mercados tradicionais, com a Alemanha a liderar em taxas de crescimento a toda a linha, mas também o Reino Unido e França. Mesmo a Espanha, após um período de quebras, retoma o crescimento, o que é muito positivo para o país. Mas destacaria ainda o bom desempenho do Brasil e dos EUA”*. Vale destacar que esta evolução positiva é dada para

destinos turísticos como Algarve, Açores e Madeira, ou seja, locais que acabam por ser os mais promovidos junto com outros centros urbanos. Desta forma, é necessário olhar para o turismo em espaço rural, ou seja, em locais menos expostos ao mercado.

Quando se fala em turismo em regiões mais rurais assiste-se, nos últimos tempos, a implementações várias de *“políticas nacionais e comunitárias de desenvolvimento rural que favorecem o sector turístico”* (Silva L. , 2006, p. 296). A implementação destas políticas está relacionada com o objetivo de combater a desruralização ao mesmo tempo que fomenta o desenvolvimento das áreas rurais e estimula a diversidade de atividades económicas através do aproveitamento de recursos endógenos, *“Isto inclui o aproveitamento do potencial agrícola dos campos, a patrimonialização dos seus recursos naturais, culturais, históricos e paisagísticos, e a exploração turística destes patrimónios”* (Silva L. , 2006, p. 296).

Todas estas políticas têm em conta que o turismo se deve assumir como algo que ajuda a fixação da população em espaços rurais. Nesses espaços rurais existe também o turismo cultural e, este é visto como algo que promove *“o intercâmbio (...) entre pessoas de diferentes origens geoculturais”* (Silva L. , 2006, p. 304). Assim, o turismo cultural é muito importante pois, promove a ligação de forma direta com o passado e com o tempo em que determinado monumento foi erguido, o que leva o turista a conhecer mais a história do local que visita.

O turismo cultural também tem representado uma das mais amplas estratégias de desenvolvimento sustentável, já que há uma preocupação em *“aliar planeamento económico e de infra-estrutura à percepção da procura por bens culturais e estilos de vida, buscando preservar os recursos naturais e culturais para as gerações futuras e desenvolver a economia”* (Menezes, s/d, p. 1). Claro está que o turismo cultural contribui para o desenvolvimento de uma localidade que possua entre outras valências, cultura histórica, pois essa cultura leva a curiosidade dos turistas a falar mais alto e, por sua vez, estes a deslocarem-se para conhecer a história de um dado local, para se ligarem com o passado. Este deslocamento de turistas para a visita de um local histórico acarreta também desenvolvimento económico para a localidade, isto claro porque o turista também é consumidor. É por isso que as localidades mais rurais, que sofrem de despovoamento recorrem ao turismo para atrair pessoas aos locais com o intuito de ajudar a divulgar o respetivo local e a atrair mais pessoas.

Assim, tendo em conta as localidades de Penela e do Sabugal, localizadas em áreas predominantemente rurais, mas detentoras de património cultural, de que os castelo são exemplos e se impõe, interessa ver como se têm comportado, em termos de atratividade, no período de 2011 a 2013. Para tal e após recolha de dados junto dos respetivos Postos de

Turismo procedeu-se à elaboração de alguns gráficos que mostram a evolução do número de visitantes, a sua nacionalidade e respetiva sazonalidade. Mencione-se que os gráficos remetem para visitantes¹⁶ e não para turistas, uma vez que os respetivos postos não especificam em que tipologia se pode integrar.

O conceito de turista aplica-se a “visitantes cuja estada é pelo menos de uma noite num alojamento colectivo ou privado no local visitado” (Cunha, 2010, p.5). Já um visitante define-se por “qualquer pessoa que viaja para um local que não seja do seu ambiente habitual por menos de 12 meses e cujo principal propósito da viagem é outro que não o de exercer uma actividade remunerada no local visitado” (Cunha, 2010, p.5).

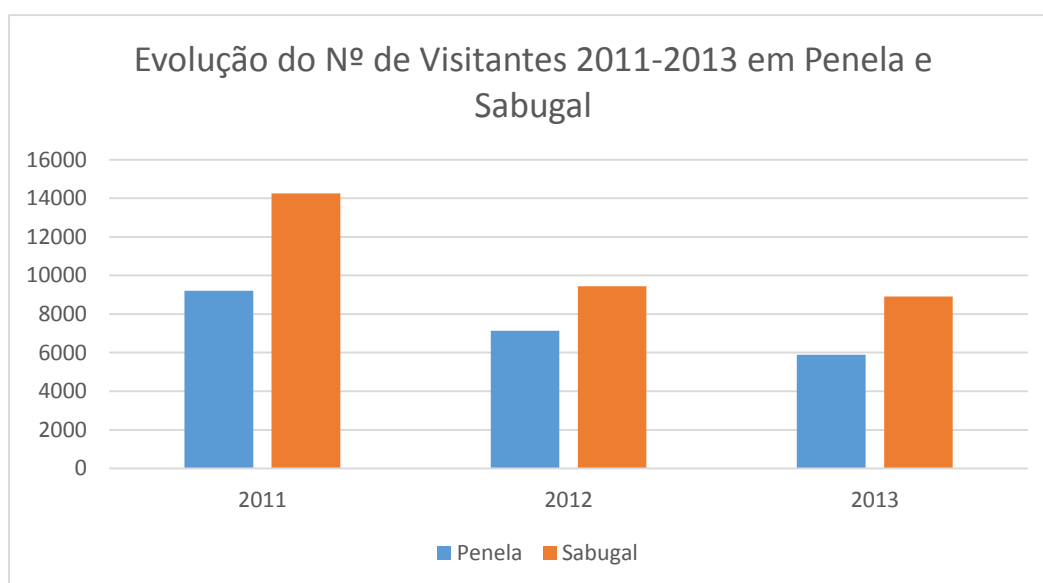


Gráfico 3- Evolução do nº de visitantes – Penela e Sabugal

Fonte: Elaboração própria / Dados: Posto de Turismo Penela e Posto de Turismo Sabugal

Pertencente ao distrito de Coimbra Penela é um concelho rural que está muito próximo de um centro urbano de relativa importância. Por sua vez, o Sabugal é, como já foi demonstrado, um concelho interior, fronteiriço e em nítida recessão demográfica, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística em 1991 o concelho tinha como total de população residente 16 919, em 2001 14 553 e em 2011 12 315. Assim sendo e, conhecendo a localização de cada um pode avançar-se para a análise da evolução do número de visitantes de cada concelho. Para tal apresenta-se o gráfico acima relativo a um período de tempo de três anos (2011-2013).

Ao considerar o gráfico número 3 verifica-se que a tendência é semelhante nos dois concelhos, ou seja, decrescente. Esse decréscimo é mais significativo de 2011 para 2012, sendo que de 2012 para 2013 a diminuição é mais suave. Porém, é de salientar que o concelho do

¹⁶ Visitantes são pessoas que se deslocam a outros locais, fora da sua residência habitual, visitam o local mas não têm a intenção de permanecer no mesmo.

Sabugal apresenta-se com um maior número de visitantes do que o concelho de Penela; em 2011 o Sabugal regista mais de 14000 visitantes contra os cerca de 10000 em Penela. Em 2012 o concelho do Sabugal desce o seu número de visitantes para perto dos 10000 enquanto no de Penela decaem para perto dos 9000.

Finalmente, em 2013 a cidade do Sabugal regista perto de 8000 visitantes enquanto Penela desce, mais uma vez, até cerca dos 6000 visitantes. Ora este comportamento denota que a localidade do Sabugal atrai mais visitantes que a localidade de Penela mesmo quando a tendência geral de evolução é negativa. Tendo o Sabugal mais visitantes que Penela, tal pode justificar-se pelo facto do primeiro ser um local *“rico em achados arqueológicos oferecendo também, uma abundância de edifícios e outras estruturas com um alto valor patrimonial (como são exemplo os castelos, pelourinhos, conventos, pontes, etc.), como dispõe também de uma unidade termal”* (Cardoso, 2011, p. 85). Além do mais importa mencionar mais uma vez que só o concelho do Sabugal possui cinco castelos que têm junto a si outros monumentos medievais como pelourinhos, solares, igrejas. Assim sendo, a oferta cultural é maior junto ao Sabugal do que junto a Penela, concelho mostra como principais destinos turísticos o castelo, a Villa Romana do Rabaçal e o castelo do Germanelo.

A tendência decrescente nas duas localidades está associada também à crise económico financeira que surgiu no mundo e em Portugal a partir do ano de 2008, como mostra o relatório Turismo em 2012 *“a situação de recessão económica de Portugal e a elevada taxa de desemprego refletiu-se negativamente na procura interna e concomitantemente traduziu-se numa retração do turismo interno”* (Turismo de Portugal, 2013, p. 6). Já o Plano Estratégico Nacional do Turismo afirma que *“A grave crise financeira internacional de 2008 e 2009 veio interromper a trajetória de crescimento”* (Turismo de Portugal, 2011, p. 5), ou seja, aqueles que tinham sido os objetivos do PENT 2006-2015 ficaram aquém o que levou a uma reformulação do mesmo agora com o horizonte 2013-2015.

Para o período de 2013-2015 o PENT pretende recuperar a evolução positiva do turismo que se fez sentir até 2008, apostando na sustentabilidade como modelo de desenvolvimento, nos mercados emissores, nas acessibilidades aéreas (com esforços no sentido de abertura de novas rotas) e apostando também numa oferta de multiprodutos de várias regiões, bem como, nos eventos oferecidos, entre outros.

No relatório Turismo, em 2011, pode ler-se que neste ano *“houve um ligeiro decréscimo de 3 mil hóspedes (-0,2%) e de menos 8,6 mil dormidas (-0,3%) (...) a evolução, face a 2010, foi de mais 3,4% para os hóspedes, mais 5,5% para as dormidas e mais 5,4% para os proveitos totais,*

resultados estes que fazem com que a evolução apresentada pela ART Centro esteja abaixo da linha de resultados médios obtidos para o total do País” (Turismo de Portugal, 2012, p. 62). Este facto mostra a queda que o turismo sentiu nos anos posteriores ao início da crise.

Ainda segundo o relatório realizado pelo Turismo de Portugal, Turismo em 2012, mencionado atrás, houve muitos turistas que optaram por não se deslocar a algum lugar e assim consumir apenas uma visita, os motivos apontados são essencialmente motivos económicos, pois as pessoas que não se deslocam para ficar são maioritariamente desempregados, domésticos, ou seja, pessoas que não usufruem de um rendimento, consequência do aumento do desemprego gerado pela crise já mencionada, além disso, essas pessoas que não se deslocam são pessoas com baixa escolaridade (Turismo de Portugal, 2013, p. 18).

Mesmo com a tendência decrescente nas duas localidades, em Portugal o turismo tem vindo a assumir-se cada vez mais importante: *“O impacto do Turismo na economia nacional é incontornável e transversal a vários sectores, representando quase 10 por cento do PIB e mais de 8 por cento do emprego, sendo ainda o sector nacional mais exportador. O turismo português registou uma evolução muito positiva nos últimos anos, mantendo-se as boas perspectivas para 2014”* (Nunes, 2014, p. 13).

É de sublinhar que, no caso de Penela, não existe informação histórica sobre o surgimento do castelo nem mesmo sobre a sua localização o que leva a que os visitantes pouco fiquem a saber sobre o mesmo. Assim, é necessário que se invista em informação para dar aos turistas sobre o castelo mesmo porque o próprio posto de turismo embora se situe perto do castelo, não recebe todos os visitantes do mesmo. Desta forma, é necessário que existam profissionais de turismo qualificados *“para a excelência do serviço e da gestão, através da formação para o sector do turismo”* (Nunes, 2014, p. 20). O mesmo panorama acontece no Sabugal, embora quem visite o castelo também entre no posto de turismo, uma vez que este é sediado no mesmo.

Sendo locais visitados, pode questionar-se o que leva o turista e visitantes aos mesmos, assim, o motivo para tal prende-se com o facto de um visitante procurar saber mais sobre a história do local que visita e, ao visitá-lo conseguir angariar sempre uma interpretação. Esta interpretação é acolhida não só no local de visita mas também através de eventos em que o turista/ visitante possa assistir, *“como dramatizações, realizações de bailes e musicais, celebração de festas populares e religiosas são algumas atividades que valorizam a experiência do visitante no lugar (LUCAS, 2003)”* (Menezes, s/d, p. 6).

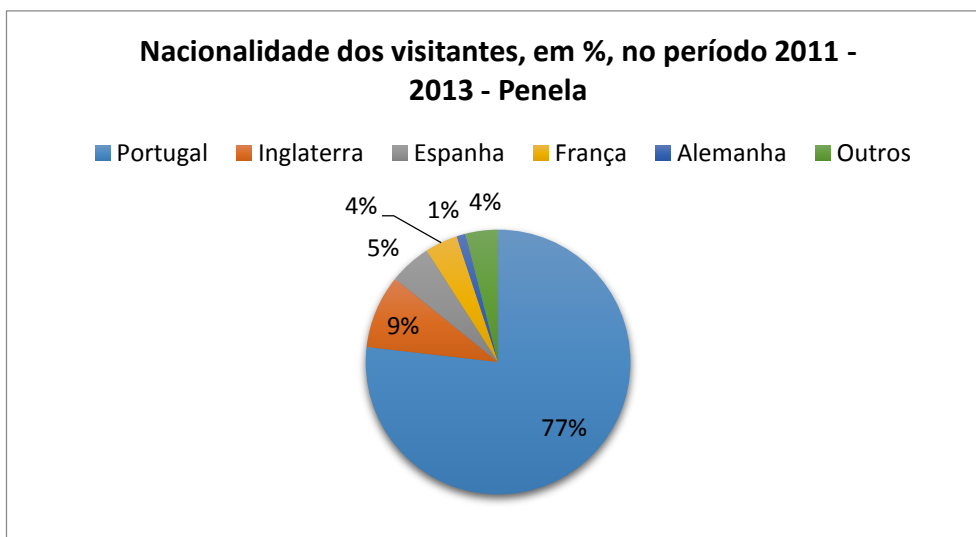


Gráfico 4 - Nacionalidade dos visitantes, em %, no período 2011-2013 - Penela
 Fonte: Elaboração própria / Dados: Posto de Turismo - Penela

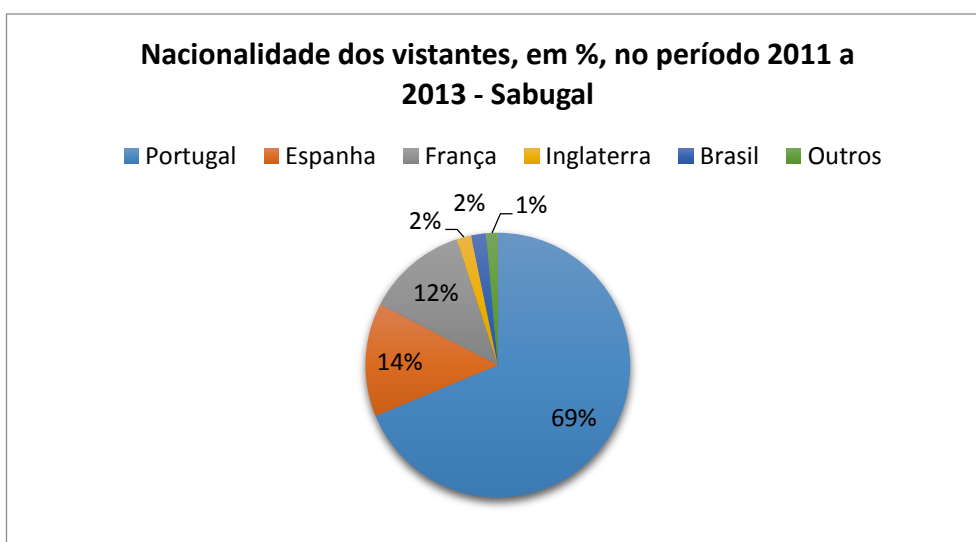


Gráfico 5 - Nacionalidade dos visitantes, em %, no período 2011 a 2013 - Sabugal
 Fonte: Elaboração própria / Dados: Posto de Turismo - Sabugal

A análise à nacionalidade dos visitantes do Sabugal mostra que os dois primeiros grupos de visitantes com maior percentagem são portugueses (69%) seguidos de espanhóis (14%), ao passo que, em Penela, os portugueses também ocupam o primeiro lugar (77%), mas, desta feita, são os ingleses que se seguem (9%). Assim note-se que a Espanha é maioritária no Sabugal, aqui a aproximação do concelho à fronteira, sendo mesmo limítrofe, justifica este comportamento no Sabugal pois, a flexibilidade na deslocação é maior do que para o concelho de Penela.

Continuando a observar os dois gráficos anteriores, verifica-se que os visitantes de nacionalidade francesa são o terceiro grupo que mais visita o castelo do Sabugal (12%) já no

caso de Penela são os espanhóis (5%) seguidos dos visitantes de nacionalidade francesa (4%). Ora, o facto da França estar aqui bastante representada relaciona-se com preponderância de emigrantes nesse país, que se deslocam à terra natal, essencialmente no mês de agosto, como será abordado no tópico da sazonalidade, e que aproveitam a sua vinda para visitar um pouco mais o seu país, seja na sua área de residência ou fora dela. Por vezes são também visitantes que se deslocam para outros locais e, por passagem param e visitam o castelo do Sabugal. Ou, no caso penelense, visitantes que estão em Coimbra e aproveitam para conhecer as localidades à volta, afinal o visitante procura *“descobrir a trama humana e social que perpassa pela história de um lugar, e não apenas nomes e datas”* (Menezes, s/d, p. 6).

A Inglaterra está também ela representada no Sabugal desta feita como o quarto país com 2% dos visitantes no Sabugal, seguida do Brasil como o quinto país que mais visita o Castelo do Sabugal (1%). Já em Penela é a Alemanha que está em quinto com apenas 1% dos visitantes.

Ora muitas das visitas que são feitas a este meio rural, devem-se aos visitantes e turistas procurarem encontrar tradições, arquitetura rural e uma paisagem que os acolha e que lhes transmita paz, fugindo assim à sua rotina diária.

No entanto, a vinda de visitantes prende-se muito com a promoção que é feita virtualmente, *“valendo-se da funcionalidade dos portais e potenciando as redes sociais; na redistribuição do investimento em promoção por mercado e produto, adequando recursos ao potencial de crescimento identificado; e a adequação dos vários instrumentos de promoção ao conhecimento do perfil do consumidor, aos seus critérios de decisão e às suas motivações”* (Nunes, 2014, p. 17), é certo que o que aqui se cita se refere ao país, todavia é necessário também ser aplicado a nível local para que seja mais fácil atrair visitantes, que por vezes não sabem da existência destes locais.

Ainda no que se refere à nacionalidade dos visitantes existem outras nacionalidades representadas, 4% em Penela e 1% no Sabugal. Essas outras nacionalidades não são especificadas no caso de Penela mas, no Sabugal dizem respeito a americanos, italianos, argentinos, russos, japoneses, suíços, romenos, entre outros, o que deixa constatar que existem visitantes um pouco de todos os cantos do mundo que visitam o concelho.

Finalmente aborde-se a sazonalidade dos visitantes no período tratado, para tal considere-se os seguintes gráficos (6 e 7):

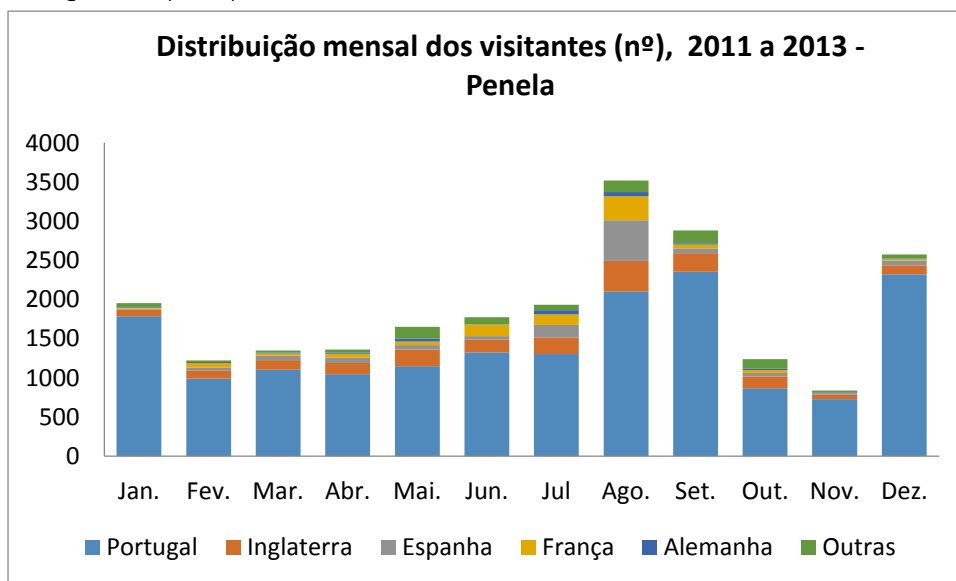


Gráfico 6 - Distribuição mensal dos visitantes, 2011-2013 – Penela
 Fonte: Elaboração Própria / Dados: Posto de Turismo - Penela

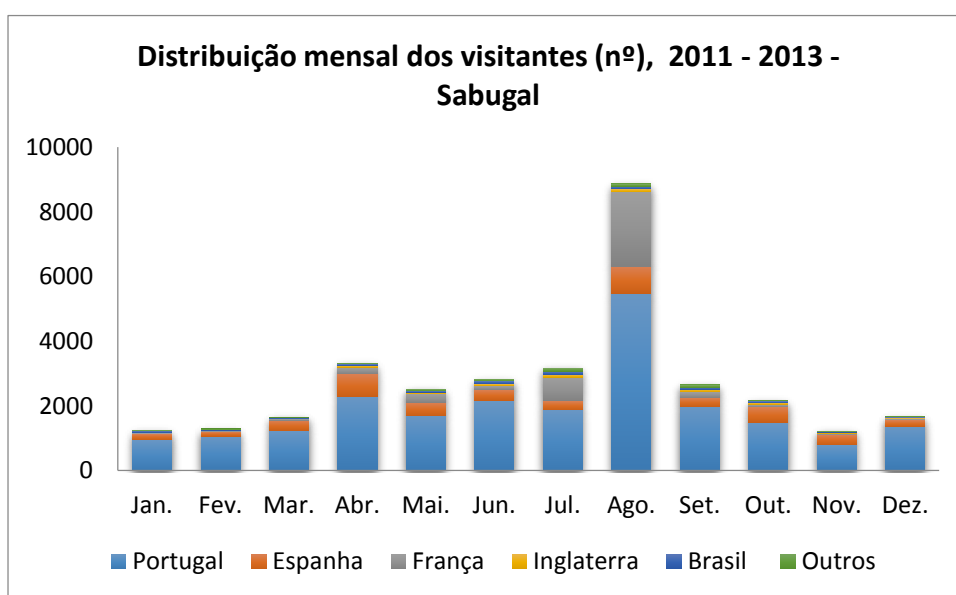


Gráfico 7 - Distribuição mensal dos visitantes, 2011 -2013 - Sabugal
 Fonte: Elaboração própria / Dados: Posto de Turismo – Sabugal

Quando se observa atentamente os dois gráficos verifica-se que a sazonalidade é notória em termos de visitantes sendo que estes são mais significativos (em número) na época balnear, particularmente no mês de agosto, não fosse este o mês de verão que atrai mais turistas e visitantes. Já no relatório realizado pelo Turismo em Portugal, “Turismo em 2012” pode ler-se: “em agosto, os turistas residentes deram início a 2,9 milhões de viagens (16,7% do total das

deslocações efetuadas em 2012) e originaram 19,3 milhões de dormidas (27,7% do total das dormidas), tornando este mês no mais forte para ambos os indicadores” (Turismo de Portugal, 2013, p. 21).

Mesmo sendo esta uma análise aplicada ao ano de 2012, pode aplicar-se aos três anos em estudo, pois há mais viagens em época balnear, uma vez que, é associada a férias de emigrantes, à vinda dos mesmos visitar a família e terra natal, *“na desagregação dos destinos constatou-se que as viagens e as dormidas que ocorreram em território nacional foram determinantes para a sazonalidade observada” (Turismo de Portugal, 2013, p. 21).* São ainda os visitantes portugueses que mais contribuem para esta sazonalidade o que demonstra que os portugueses se deslocam para visitas que podem ser de várias índoles e que aproveitam para visitar os respetivos castelos, *“Portugal foi, como se referiu, o destino de 91,0% das viagens realizadas pelos turistas residentes e de 82,7% das dormidas, durante o ano de 2012” (Turismo de Portugal, 2013, p. 26).*

A existência destas viagens é justificada pela visita a familiares, ou amigos mais do que para lazer ou descanso, assim sendo, muitas das visitas que se fizeram aos respetivos castelos e postos de turismo de cada concelho pode não estar diretamente ligado ao lazer e turismo. Além dos portugueses que se deslocam para visitar não se deve olvidar os habitantes locais e próximos de cada sede de concelho que, num dia, podem decidir ir passear e visitar o envolvente próximo.

Em Penela a procura demonstrada em outras nacionalidades no mês de agosto não sobressai muito, apenas os espanhóis se apresentam em maior número. Já no Sabugal são os franceses que se destacam.

Ainda no Sabugal a afluência de visitantes também se faz sentir no mês de abril e junho. No caso de Penela um segundo pico de procura faz-se notar logo a seguir ao verão, nomeadamente nos meses de setembro e dezembro.

Quanto à nacionalidade de quem visita o Sabugal no mês de abril e junho, a seguir à portuguesa, a que se denota em maioria é a espanhola o que acontece devido à proximidade do concelho com Espanha e à facilidade destes visitarem um concelho vizinho, veja-se que neste mês os franceses já não são o grupo com mais representatividade.

Já o período que respeita ao mês de dezembro, em Penela, é uma altura que denota um aumento no número de visitantes, uma vez que se realiza um dos eventos que atrai mais turistas à localidade, o “Penela Presépio”. Evento que, realizado no interior do Castelo, arrasta

até à vila muitos visitantes, de várias nacionalidades onde a mais representada é, claramente a portuguesa.

Já os meses de janeiro e novembro no Sabugal e fevereiro e novembro em Penela, não são expressivos quanto ao movimento de visitantes às respetivas localidades, sendo então o mês de novembro comum às duas localidades. Tendo em conta que a feira medieval de Penela se realiza em maio (como já foi tratado) pode verificar-se que este não é um mês muito significativo. O mesmo acontece com o mês de julho no Sabugal, mês que promove o evento Sabugal: surpreenda os sentidos.

Em síntese, verifica-se que a evolução do número de turistas tem vindo a diminuir entre 2011 e 2013 e que o principal facto para tal acontecer se relaciona com a crise económico-financeiro que contraiu muito a disponibilidade monetária das famílias. No entanto, é importante estar atento a outros fatores como a falta de divulgação dos locais, a falta de alojamento.

Importa ainda referir que de 2013 a 2015 o PENT renovou os objetivos turísticos para que o turismo em Portugal volte a obter valores semelhante e melhores que aqueles que obtinha antes da crise de 2008, o que leva a ter em conta que, embora a tendência seja de decréscimo pode estar a ocorrer, atualmente, um crescimento do número de visitantes nestas localidades.

É ainda importante que seja designado pessoal qualificado e/ou sejam feitas placas informativas detalhadas sobre a história de cada castelo, pois estando a funcionalidade atual destes ligada ao turismo é necessário que os visitantes que a eles se deslocam para conhecer fiquem a saber o porquê de ele se encontrar naquele local e a história do mesmo. Isto para evitar que um visitante apenas veja o castelo fisicamente. Além disso, se um visitante for bem informado pode promover a história local que, como se constatou, é um importante fator na atração de pessoas, pois o visitante procura locais com história, procura locais que lhe transmitam algo.

Mesmo com a evolução negativa constatada ainda existem visitantes de nacionalidades estrangeiras. Denota-se que espanhóis e franceses são os que mais estão representados devido à proximidade e à emigração respetivamente.

Quanto à sazonalidade do número de visitantes verificou-se mais acentuada na época balnear, sendo o mês de agosto aquele onde os visitantes mais se deslocam aos respetivos castelos. Porém, diga-se que em meses de onde se realizam eventos em ambiente de feira

(Feira Medieval de Penela – Maio e Sabugal Surpreenda os Sentidos – Julho) o número de visitantes não se apresenta muito expressivo, comparado com a época de verão.

8. Proposta de uma Aplicação Didática – Clube de Atividade

A proposta de aplicação didática escolhida para a temática científica desenvolvida nos capítulos anteriores recaiu sobre a criação de um clube de atividade que deveria ser composto por alunos do 3º ciclo e dinamizado no âmbito das metas curriculares de História e Geografia. Esta proposta adequa-se ao clube de atividade “Vem Descobrir o P@atrimónio” que foi dinamizado no Colégio São Teotónio e que incluía inscrições de alunos pertencentes ao 3º ciclo do ensino básico. As atividades do clube tiveram uma duração de 45 minutos semanais.

Um clube de atividades é algo importante ao desenvolvimento do aluno, pois é um método que *“valoriza a importância daquilo que se aprende e acontece fora da sala de aula com as atividades extra curriculares e de ocupação dos tempos livres dos alunos”* (Estríbio, 2010, p. 43). O inculcar de objetivos e responsabilidade no aluno é também uma vantagem do clube de atividade, visto que, o aluno deve ser encaminhado no sentido de se *“esforçar para em função de um objetivo educativo, efetuar uma atividade com utilidade”* (Estríbio, 2010, p. 44).

Para que o clube de atividade seja benéfico necessita de estar articulado de forma a não sobrecarregar os alunos com tarefas, *“deve existir o entendimento entre todos os grupos envolvidos no progresso do planeamento num esforço cooperativo”* (Estríbio, 2010, p. 51).

A existência de um clube de atividade é algo proveitoso para os alunos, pois é uma atividade *“concretizada por meio de atividades orientadoras de ensino que são aquelas atividades que se estruturam de modo a permitir que os sujeitos interajam, mediados por um conteúdo, negociando significados, com o objetivo”* (Moura, 2004, p. 1).

Além disso, é importante trabalhar o património, concretamente o local, *“pois o desconhecimento das histórias locais afeta diariamente a prática dos professores, sendo a investigação e a prática o único caminho dos docentes que decidem pelo meio do estudo local”* (Fonseca, s/d, p. 2). Desta forma o clube de atividade apresenta o estudo da história local aos alunos ao mesmo tempo que os coloca próximos do trabalho do historiador. Assim sendo, é necessário *“despertar a comunidade escolar para a utilização do património local”* (Santos, 2007, p. 50).

Nesse clube os alunos a ele pertencentes deveriam desenvolver o tema “Castelos medievais de Penela e Sabugal: Surgimento e funcionalidades”, ou seja, irão trabalhar sobre o tema de forma a construir o seu próprio conhecimento e a poderem posteriormente compilá-lo num pequeno folheto informativo sobre os castelos de Penela e do Sabugal. Desse modo, a pesquisa deve ser feita tendo como base estes dois locais.

Prevê-se que os alunos façam investigação bibliográfica e pesquisa virtual e a trabalhem de forma a ficar a conhecer um pouco mais sobre a localização dos castelos, as funcionalidades destes (na época medieval e atualmente), e parte da história dos mesmos. À medida que vão pesquisando devem ir registando a informação para depois ser tratada de forma a construir o folheto informativo. Constará ainda desta aplicação didática a realização de uma viagem de estudo, em dois dias distintos, aos respetivos castelos, para reconhecimento do terreno para na reta final do ano letivo poderem propor um evento a dinamizar no interior de cada castelo. Todo o resultado proveniente do trabalho dos alunos, depois de ser analisado pelos professores poderá ser apresentado às respetivas Câmaras Municipais.

Todo este trabalho que os alunos devem desenvolver está relacionado com itens das metas curriculares dos três anos letivos (7º, 8º e 9º).

Quando os alunos pesquisarem sobre a localização dos concelhos e sobre o seu relevo, bem como as funcionalidades dos castelos na época medieval e atual estão, respetivamente, a explorar as seguintes metas curriculares de Geografia de 7º ano e 8º ano ao mesmo tempo que se promove a noção de espaço:

1. Compreender diferentes formas de relevo através da análise de mapas e da construção de perfis topográficos

1. Interpretar mapas topográficos, identificando os principais elementos que os constituem.

2. Interpretar mapas hipsométricos, descrevendo as diferentes formas de relevo.

2. Compreender a crescente importância do turismo em Portugal

1. Descrever a evolução da entrada de turistas em Portugal, assim como a sua proveniência, através da interpretação de dados estatísticos.

2. Relacionar o destino preferencial dos turistas com a oferta turística em Portugal.

3. Explicar o potencial turístico de Portugal relacionando-o com o de outros destinos turísticos.

Por sua vez, com a pesquisa mencionada anteriormente os alunos também desenvolvem competências ligadas às seguintes metas de 7º ano da disciplina de História:

2. *Compreender as relações entre o clima de insegurança e o predomínio de uma economia ruralizada na Alta Idade Média com a organização da sociedade medieval*

1. *Relacionar as invasões bárbaras do século V e a nova vaga de invasões entre o século VIII e o século X com o clima de insegurança e a recessão económica verificada.*

3. *Justificar o reforço do poder dos grandes senhores (proprietários e líderes militares ou religiosos) perante a incapacidade régia em garantir a defesa das populações.*

Assim, tendo em conta as metas apresentadas, o clube promove a interdisciplinaridade entre as duas disciplinas.

O modelo seguido no clube de atividade deverá ser semelhante à definição do modelo de aula oficina apresentado por Isabel Barca, ou seja “*o aluno é efetivamente visto como um dos agentes do seu próprio conhecimento, as atividades das aulas, diversificadas e intelectualmente desafiadoras, são realizadas por estes e os produtos daí resultantes são integrados na avaliação*” (Barca, 2004, p. 133).

Desta forma, este modelo prevê que o aluno seja o “*agente de sua formação com ideias prévias e experiências diversas*” enquanto o professor aparece como “*investigador social e organizador de atividades problematizadoras*”. Aqui os alunos devem ler fontes históricas diversas “*com suportes diversos, com mensagens diversas*” (Barca, 2004, p. 133) para poderem cruzar as mesmas e só depois selecionar “*com critérios de objetividade metodológica, para confirmação ou refutação de hipóteses*” (Barca, 2004, p. 133). Tudo isto no primeiro momento que o modelo propõe, ou seja, interpretação de fontes. O segundo momento remete para a compreensão contextualizada onde se deve proceder ao “*entendimento de situações humanas e sociais em diferentes tempos, em diferentes espaços*” (Barca, 2004, p. 134).

Finalmente no terceiro momento do modelo de Isabel Barca, a comunicação deve “*exprimir a sua interpretação e compreensão das experiências humanas ao longo do tempo com inteligência e sensibilidade*” (Barca, 2004, p. 134). Explicitando com maior pormenor, o primeiro momento implica o levantamento de ideias dos alunos, nomeadamente para a posterior realização de tarefas e estratégias mais adequadas. Depois deste passo avança-se para o denominado desenvolvimento e seguidamente para a síntese do trabalho que os alunos desenvolveram e conseqüente avaliação.

Desta forma e aplicando este modelo ao clube de atividade, num primeiro momento deverá ser apresentado ao grupo de alunos o tema explicando que deverão debruçar-se sobre a

história dos dois castelos, bem como sobre a geografia dos mesmos em âmbito turístico e, como motivação, deve salientar-se que se for um trabalho bem desenvolvido, o produto final irá ser apresentado à Câmara Municipal do Sabugal e de Penela. O objetivo final será a concretização de um folheto que englobe parte da História de cada castelo bem como as mudanças mais significativas para que este possa ser distribuído a potenciais turistas, a acompanhar o folheto deve existir uma proposta de desenvolvimento turístico no interior de cada castelo.

Após este esclarecimento o professor deve apresentar o plano de trabalho que aqui se afigura da seguinte forma (podendo ser alterado mediante o grupo de alunos e de professores):

| | |
|-----------------------|--|
| <p>1º Período</p> | <p>Pesquisa bibliográfica e virtual sobre a localização geográfica do castelo de Penela e do Sabugal;</p> <p>Pesquisa bibliográfica e virtual sobre o relevo existente em cada localidade;</p> <p>Pesquisa bibliográfica e virtual sobre as funcionalidades castelares na época medieval e atualmente;</p> <p>Construção de um castelo medieval;</p> <p>Pesquisa bibliográfica e virtual sobre a história de cada castelo;</p> <p>Registo de toda a informação pertinente;</p> |
| <p>2º Período</p> | <p>Início da elaboração do folheto com aspetos da história de cada castelo, bem como a sua evolução castelar para o Castelo de Penela.</p> <p>Início da elaboração do folheto com aspetos da história de cada castelo, bem como a sua evolução castelar para o Castelo do Sabugal.</p> <p>Viagem ao Castelo de Penela;</p> <p>Viagem ao Castelo do Sabugal;</p> <p>Exposição com fotografias dos locais visitados;</p> |
| <p>3º Período</p> | <p>Conclusão do folheto informativo (após visualizar falhas existentes na passagem de informação para visitantes) e elaboração de uma proposta de desenvolvimento turístico para o interior de cada castelo para</p> |

| | |
|--|---|
| | <p>apresentação às respetivas câmaras;</p> <p>Apresentação dos resultados às respetivas câmaras municipais.</p> |
|--|---|

Explicando detalhadamente o plano de trabalho apresentado pode dizer-se que, quanto ao primeiro período os alunos deverão fazer a pesquisa necessária à construção do folheto informativo sobre a localização de cada castelo, a evolução das funcionalidades dos mesmos e alguns aspetos históricos de cada castelo. À medida que a pesquisa for feita os alunos devem registar a informação pertinente para que no momento da elaboração do folheto tenham tudo o que necessitam. Todavia, para que os alunos não tenham apenas de fazer pesquisa no primeiro período propõem-se que os mesmos ponham em prática a criatividade e construam um exemplo de um castelo. Com recurso a esferovite os alunos devem, em cerca de 3 sessões, encetar a construção de um castelo com os devidos constituintes até então conhecidos através da sua pesquisa. Esta atividade deverá ser realizada após já ter sido levada a cabo alguma pesquisa de âmbito histórico.

Desta forma o castelo deve ter torre de menagem, muralha, adarve, mata-cães, seteiras, ameias, além de outras torres que lhe queiram conferir. Depois da sua construção o mesmo deve ser pintado para se parecer com um castelo e etiquetado com o nome dos seus constituintes no próprio local dos mesmos.

Esta construção deve ser exposta na biblioteca da escola, acompanhada com o significado de cada constituinte.

A pesquisa deverá ser feita de forma orientada pelo professor, que antes do início do trabalho deverá distribuir aos alunos um guião de pesquisa com os locais próprios onde devem retirar a informação para posteriormente ser tratada (anexo XXII).

No segundo período será feita a Viagem de Estudo ao Castelo de Penela e Sabugal para reconhecimento do terreno e recolha de imagens do local para depois conseguirem realizar a tarefa do terceiro período.

Dada a proximidade de Penela a Coimbra a viagem será repartida por dois fins-de-semana (sábados), onde no primeiro se irá a Penela e no segundo ao Sabugal.

Esta viagem de estudo bipartida tem como objetivos (idênticos para os dois concelhos):

Observar a construção de castelos em locais elevados;

Identificar os constituintes dos castelos;

Relacionar a estrutura do castelo com as funcionalidades medievais;

Conhecer o espaço interior de cada castelo;

Perceber o que atualmente se faz no interior dos castelos;

Compreender que o turismo está na base da manutenção e requalificação dos castelos;

Relacionar o papel do turismo com a dinamização de eventos;

Identificar lacunas na divulgação da história dos respetivos castelos;

Apresenta-se aqui o guia geral das viagens de estudo e repartição horária por cada tarefa a realizar e, presente no anexo XXIII está o guia que os alunos deverão levar consigo, guia esse que apresenta as questões a que os alunos devem responder no sentido de completar toda a informação que haviam pesquisado no primeiro período e que os ajudará, posteriormente, a concluir o folheto informativo de cada castelo.

Guia da viagem de estudo a Penela

9h e 30 min: Saída do Colégio São Teotónio, de autocarro em direção a Penela;

10h e 30 min: Chegada a Penela;

10h e 45 min: Início da visita ao Castelo acompanhada pelos professores devem iniciar a visita pelo lado exterior à muralha onde será explicado o enquadramento geográfico do castelo, o aproveitamento do terreno para a construção do mesmo pelo professor de Geografia. Aqui os alunos deverão tomar notas pertinentes para poderem completar a pesquisa feita anteriormente.

12h 00 min: Almoço

13h15: Visita ao interior do castelo onde o professor de História deverá explicar a história, os constituintes do mesmo e a funcionalidade deste na época medieval fazendo a ponte para a atualidade onde o professor de Geografia intervirá explicando a importância do turismo.

14h e 45 min: Uma vez feita a explicação os alunos poderão caminhar livremente entre as muralhas para recolherem as impressões que achem pertinentes e tirar fotografias ao local para depois serem expostas no Colégio.

16h 00min: Regresso a Coimbra.

Note-se: Os alunos devem levar o almoço consigo de casa e, organizarem-se em grupos de três para que exista uma máquina fotográfica por grupo, para tirarem fotografias ao que para eles for mais pertinente. Devem também levar consigo caderno e caneta para tirarem notas.

Guia da viagem de estudo ao Sabugal:

8h 00min: Saída do Colégio pelas 8h 00min em direção ao Sabugal;

11h 00 min: Previsão de chegada ao Sabugal.

11h e 10 min: Início da visita ao Castelo acompanhada pelos professores devem iniciar a visita pelo lado exterior à muralha onde será explicado o enquadramento geográfico do castelo, o aproveitamento do terreno para a construção do mesmo pelo professor de Geografia. Aqui os alunos deverão tomar notas pertinentes para poderem completar a pesquisa feita anteriormente.

12h e 30 min: Almoço;

14h 00 min: Visita ao interior do castelo onde o professor de História deverá explicar a história, os constituintes do mesmo e a funcionalidade deste na época medieval fazendo a ponte para a atualidade onde o professor de Geografia intervirá explicando a importância do turismo.

15h e 30 min: Uma vez feita a explicação os alunos poderão caminhar livremente entre as muralhas para recolherem as impressões que achem pertinentes e tirar fotografias ao local para depois serem expostas no Colégio.

16h 00min: Lanche.

20h 00min: Previsão de chegada a Coimbra.

Note-se: Os alunos devem levar consigo o pequeno-almoço, o almoço e lanche de casa e, organizarem-se em grupos de três para que exista uma máquina fotográfica por grupo, para tirarem fotografias ao que para eles for mais pertinente. Devem também levar consigo caderno e caneta para tirarem notas.

Uma vez aplicada a viagem de estudo no clube de atividade importa mostrar a importância que estas têm na aprendizagem, assim, ensinar não é apenas transmitir conteúdos, bem como a

“aprendizagem também não é memorizar o perfil do conteúdo no discurso vertical do professor” (Bonfim, 2010, p. 126). É necessário fomentar a aprendizagem de outras formas como a interação, é preciso aliar a aprendizagem a estratégias que vão além de o aluno apenas ouvir o que o professor diz e, para a educação não se cingir apenas a esta forma de ensino a aprendizagem é necessário introduzir *“estratégias de aprendizagem diferenciadas e estimuladoras para a construção do conhecimento”* (Bonfim, 2010, p. 119).

A necessidade de lazer é algo que está inerente ao ser humano, este precisa de lazer para relaxamento, para repor energias e, sendo este uma necessidade humana torna-se importante misturá-lo com práticas educativas, ou seja, tornar algo que possa ser extenuante para os alunos em algo mais criativo, mais vivido, assim, conjugar o lazer com a educação é uma ótima forma de os alunos aprenderem, pois enquanto usufruem de bons momentos acabam por aprender alguma coisa. Inclusive há autores que reconhecem a prática de viagens de estudo como um recurso necessário ao processo de ensino e aprendizagem (Bonfim, 2010, p. 122).

Assim, a viagem de estudo leva a que o aluno tenha contato com a natureza (num conteúdo como, por exemplo, o estudo do espaço), vivencie e conheça espaços novos. Portanto, é importante que o aluno faça viagens em contexto escolar pois, assim, este pode despertar para vários assuntos e problemas como a consciencialização de problemas sociais e ambientais em que se vive e, com o professor como guia, tornar-se um cidadão mais ativo perante os problemas.

Portanto, quando um professor leciona uma aula com um determinado conteúdo e leva o aluno a um local onde este possa ver o que anteriormente aprendeu a *“aula desenvolvida ganha vida, pois a experiência da vivência em outro espaço proporciona uma interação com o local, com algo real, de forma a possibilitar o conhecimento dinâmico e o respeito pelos ambientes diversos, desprovido de alienações e fantasias”* (Bonfim, 2010, p. 123).

A título de exemplo cite-se: *“As formas de relevo em uma aula de geografia estarão à vista, poderão ser percorridas; os impactos da poluição serão sentidos de perto em uma aula de campo sobre o meio ambiente; a aula de história ganhará formas nos monumentos históricos da cidade; as formas geométricas ganharão fascínio nas fachadas dos prédios e nos terrenos, enfim, são inúmeras as possibilidades do turismo pedagógico”* (Bonfim, 2010, p. 124).

Desta forma a viagem de estudo acaba por proporcionar muito mais aos alunos do que uma aula onde apenas se fala de locais e das suas características. Para além de verem ao vivo o que foi falado ainda são desenvolvidas competências a nível pessoal como as relações pessoais,

económicas, culturais, para além de que o ensino se torna menos maçudo, e a relação aluno e professor se desenvolve.

Importa também ter em conta que a viagem de estudo deve assemelhar-se a algo interdisciplinar, pois os professores deverão explicar os conteúdos de forma a abranger várias disciplinas para que o aluno entenda que os acontecimentos não se dão de um forma isolada mas sim que, por vezes um depende do outro (Bonfim, 2010, p. 125), e desta forma se insere aqui o exemplo do trabalho que foi desenvolvido nos capítulos anteriores onde o professor, na sua viagem com os alunos pode dar a conhecer os castelos medievais falando da história deles, bem como da geografia onde eles estão inseridos, tanto em âmbito de litologia como de morfologia do terreno e, desta forma, o professor torna uma visita de estudo em algo interdisciplinar, misturando a História e a Geografia, afirmando que o local onde foram feitas as construções castelares têm determinadas características geográficas que foram aproveitadas e que não é por acaso que eles nelas se situam.

Em jeito de síntese as viagens de estudo é uma estratégia didática que dá aos alunos novas vivências, contextos sociais diferentes, e, sendo a escola uma instituição que prevê formar pessoas para serem críticas, para serem bons cidadãos, importa que seja ela a incutir perspectivas diferentes nos alunos, que seja ela a mostrar lugares diferentes aos alunos. Além disso importa que a escola promova a interdisciplinaridade que também deve ser fundamentada em viagens de estudo até porque, por vezes, falar só de um local sem o mostrar leva a que o aluno fique com imagens deturpadas da realidade, e, também por isso as viagens de estudo são importantes.

Uma viagem de estudo antes de ser concretizada precisa de ser muito bem planeada para que *“esta não perca o seu carácter prioritariamente educativo”* (Bonfim, 2010, p. 125), isto porque não é uma excursão, não é feita com o intuito apenas de observação, é necessário que os alunos que visitem observem, identifiquem matéria trabalhada nas aulas, sejam capazes de aplicar conhecimento ao local visitado.

Assim sendo e após a viagem de estudo deverá ser retomado o curso normal das sessões do clube de atividade. Desta forma alunos e professores deverão, em primeiro lugar, selecionar as melhores fotografias de cada castelo e organizar uma exposição no Colégio para dar a conhecer os locais que visitaram. Cada fotografia deve ter uma legenda a acompanhar.

Depois de organizada a exposição devem organizar toda a informação recolhida durante a pesquisa e durante as viagens de estudo e finalizar os respetivos folhetos informativos, no

anexo XXIV está um modelo exemplificativo que pode ser ajustado. Para além disso deverão ainda pensar em dois eventos que pudessem funcionar devidamente no espaço de cada castelo (4 eventos ao todo) e planear todo o seu desenvolvimento.

Esses eventos que os alunos desenvolveriam iriam ser analisados pelos professores responsáveis pelo clube que escolheriam apenas um para cada castelo. O escolhido seria apresentado à Câmara Municipal de Penela e Sabugal junto com o folheto informativo com o intuito de as Câmaras completarem algumas das lacunas informativas nos seus castelos e poderem aplicar um novo evento turístico no interior dos seus castelos, se assim o entendessem.

9. Conclusão

Os primeiros castelos surgem em contexto de reconquista de territórios aos muçulmanos e têm como função a defesa do espaço que então é conquistado. Com o avançar do tempo podemos perceber que a função é a mesma mas que, o inimigo acaba por mudar e em vez de muçulmanos os vizinhos Leoneses apresentam perigos de possíveis invasões.

Como o trabalho incidiu nas localidades de Penela e Sabugal viu-se que estas apresentam uma localização distinta e que contam com uma geologia também diferente. Enquanto o concelho de Penela se situa nas Camadas de Viegas e Conraria o concelho do Sabugal situa-se no complexo xisto-gráuvaquico. Quando se atenta nos castelos, o material de construção dos mesmos também difere, em Penela a edificação foi feita em Grés de Silves, já no Sabugal apresenta-se em granito, que apesar de não ser a rocha sobre a qual está situada a localidade é a rocha predominante no concelho, e xisto.

Quando se olhou para as altitudes verificou-se também que os concelhos diferem bastante, pois Penela inicia perto dos 300 metros de altitude enquanto o Sabugal se inicia nos 450 metros. Nestas localidades as serras de referência são a Serra e a Serra da Malcata respetivamente. Ainda assim, a construção destes castelos é uma construção que aproveita o terreno, nomeadamente as altitudes mais elevadas da cidade. Tal acontecia porque a mesma era uma forma de poder controlar melhor o espaço envolvente, pois quanto mais alto maior o campo de visão.

Olhando sob uma perspetiva histórica para os dois castelos tratados não há qualquer dúvida que surgem em momentos distintos da história e que a sua arquitetura pouco se assemelha. Enquanto o castelo de Penela surge no âmbito da reconquista, nomeadamente com o intuito de defender a cidade de Coimbra e o seu próprio território dos mouros o segundo surge já após a reconquista. Todavia, o seu objetivo primário é também a defesa. Desta feita a defesa que o castelo do Sabugal pretende assumir é a de possíveis investidas leonesas em território nacional.

Foi mencionado também que a arquitetura dos dois castelos é distinta, ora pois tal se denota na sua fisionomia. O principal elemento que se destaca é a própria torre de menagem que em Penela é uma estrutura rudimentar (acredita-se que remonta ao tempo de D. Sesnando) e no Sabugal existe uma torre de menagem pentagonal que se destaca na construção que é a fortaleza, sendo uma das mais imponentes torres portuguesas.

Assim, o castelo de Penela está inserido no que é a linha defensiva do Mondego, este, em conjunto com outros castelos que lhe são geograficamente próximos, tem como função

proteger o território onde está implantado, ou seja, numa das principais vias de comunicação a Coimbra. Mesmo assim, o seu papel de protetor da cidade era cumprido conjuntamente com outros castelos.

Por sua vez, o castelo do Sabugal funciona de uma forma semelhante mesmo com a devida diferença temporal. Isto porque está inserido numa linha de castelos, o espaço de Ribacôa, que se localiza bem junto à fronteira com Leão e Castela e a sua primordial função é defender o território português de possíveis investidas do outro lado da fronteira. Mais, o castelo do Sabugal tinha também como função a delimitação do território, marcando assim o que seria português do que não o era, tal acontecia antes de o monarca firmar o Tratado de Alcanices.

Depois de bem localizado geográfica e politicamente cada castelo atentou-se nas suas funções, funções no seu tempo de origem e atuais.

Desta forma chegou-se à conclusão que a defesa militar, o repovoamento do território, a necessidade de mostrar que o poder real chega às diversas localidades são os principais motivos da construção dos mesmos. Estando o castelo de Penela inserido na linha defensiva do Mondego e o do Sabugal num contexto de fronteira, ambos tiveram um papel importante na defesa do território cristão na época da reconquista, sendo que o do Sabugal desempenhou um importante papel a nível de defesa de possíveis investidas leonesas, pois o reino de Leão era uma ameaça ao território português.

Com o avançar do trabalho entra-se no que diz respeito ao povoamento de cada localidade e, inevitavelmente aí se refere que o povoamento se fez graças à atribuição de cartas régias e cartas de foral que concediam privilégios a quem fosse viver para estes locais. Conclui-se portanto que povoar locais em constante perigo não era tarefa fácil pelo que os monarcas recorreram à concessão de regalias para quem lá se fixasse.

Neste contexto, vale a pena distinguir o Sabugal como o local que instituiu os coutos homiziados como forma de aí manter população, ou seja, sujeitos criminosos tinham a oportunidade de viver em liberdade condicionada, isto é, podiam ser cidadãos livres desde que se mantivessem naquela localidade e a defendessem. Desta forma estava assumida mais uma tentativa do monarca em povoar a área junto à fronteira.

Ambas as localidades foram merecedoras de forais e, embora não se tenha conseguido aceder a informações sobre o foral de Penela, pode concluir-se que ambos pretendiam a máxima fixação de população.

Apesar das funcionalidades primitivas dos castelos se resumirem às mencionadas no parágrafo anterior o avançar dos tempos fez com que estas fossem mudando e hoje, a principal funcionalidade dos mesmos prende-se com o turismo, com a cultura local. Todavia, para hoje se poder usar o castelo como um polo de atratividade turístico da localidade ambos precisaram de ser reconstruídos e, como se constatou a Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais deteve um papel imprescindível na configuração atual dos mesmos. A par da DEMN as próprias Câmaras Municipais intervieram na requalificação dos monumentos.

Uma vez requalificados foi necessário proceder à sua dinamização e, esta é feita com recurso à realização de eventos no espaço interior de cada castelo, porém, ainda é uma dinamização escassa e, por isso, se revela necessário investir um pouco mais na dinamização destas estruturas o que passa por mais eventos no seu interior, mas também por uma maior e melhor divulgação da sua História. Desta forma os respetivos municípios poderão reverter o decréscimo do número de visitantes que se verificou nos últimos anos.

Como a funcionalidade atual dos castelos tratados passa pela cultura e recriação foi feita uma análise à evolução das visitas a cada monumento. Da recolha de dados feita junto dos Postos de Turismo resultaram os gráficos apresentados no capítulo 7 que mostraram que a evolução do número de visitantes tem uma tendência decrescente desde o ano 2011 até 2013, uma tendência que tem uma estreita ligação com a crise financeira que se vive no país e no mundo nos últimos anos mas que se prende também com outros fatores que foram mencionados, mesmo assim, a maioria dos visitantes são portugueses seguidos de espanhóis e ingleses no Sabugal e em Penela respetivamente. Como se esperava o mês com maior número de visitantes é agosto. Constatou-se também que os meses que dizem respeito aos eventos realizados em cada castelo não se afiguram como meses de grande volume de visitantes, chegando a ser ultrapassados por outros dos quais não há informações de outros eventos. Este comportamento define-se numa sazonalidade notória em termos do número de visitantes.

Finalmente, pensou-se uma proposta pedagógica para desenvolvimento do tema, esta recaiu na utilidade do clube de atividade já existente no Colégio São Teotónio de Coimbra, o clube “Vem Descobrir o Património”. Nesse clube, constituído por alunos do terceiro ciclo, privilegiar-se-ia a construção autónoma do conhecimento utilizando a pesquisa e tendo auxílio e orientação dos professores das disciplinas de História e Geografia. A criatividade dos alunos seria também colocada à prova. Saliente-se que este clube promoveria assim a interdisciplinaridade entre as disciplinas mencionadas, uma vez que os alunos relacionariam

temas de História com temas de Geografia, temas esses que por vezes, não podem mesmo ser separados.

Bibliografia

- Afonso, V. (1985). *Sabugal Terra e Gentes*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal.
- Almeida, A. C. (2006). "Paisagens: Um Património e um Recurso". *O Interior Raiano do centro de Portugal*. (pp. 31-42).
- Almeida, J et al. (1994). *Regiões rurais periféricas: que desenvolvimento? Uma experiência no concelho de Almeida*. Lisboa: CAIS/CIES.
- Arnaut, S. D., & Dias, P. (2009). *Penela História e Arte*. Penela: Município de Penela.
- Barca, I. (2004). *Para uma Educação Histórica de Qualidade*. Braga: Centro de Investigação em Educação - Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Barroca, M. J. (1990). "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)". *Portvgalia. Nova Série, Vol. XI-XII*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Barroca, M. J. (2003). "Arquitetura Militar". Em M. T. Teixeira. *Nova História Militar de Portugal*. (pp. 95-121). Rio de Mouro: Círculo de Leitores. .
- Barroca, M. J. (2003). "Estratégias e Táticas". Em M. T. Teixeira. *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Barroca, M. J. (2003). "Histórias das Campanhas". Em M. T. Teixeira., *Nova História Militar de Portugal* (pp. 22-68). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Barroca, M. J. (2003). "Organização Territorial e Recrutamento Militar". Em M. T. Teixeira., *Nova História Militar de Portugal* (pp. 69-94). Rio de Mouro: Círculo de Leitores.
- Barroca, M. J. (s/d). "D. Dinis e a Arquitetura Militar Portuguesa". *Revista da Faculdade de Letras*.
- Barroca, M. J. (s/d). *Uma Paisagem com Castelos*. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Bonfim, M. V. (2010). "Por uma Pedagogia Diferenciada: Uma reflexão acerca do turismo pedagógico como prática educativa". *Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica*, v. 12, nº 1. Universidade Federal da Bahia.
- Branco, P. M. (julho de 2006). "Texto integrante dos Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador". *Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e o seu Tempo* .
- Câmara Municipal de Penela. (fevereiro de 2004). *Revisão do Plano Diretor Municipal: Caracterização Física* . Penela.

Câmara Municipal do Sabugal. (11 de julho de 2014). *Sabugal, surpreenda os sentidos - Viagem aos clandestinos anos 50*. Nota de Imprensa. Município do Sabugal.

Campos, M. d. (2009). "A Feira Medieval de Penela no âmbito das dinâmicas de promoção turística do município". *Nº Temático - Turismo e Património*. Coimbra: Escola Superior de Educação de Coimbra - Instituto Politécnico.

Cardoso, P. A. (2011). *As Dinâmicas do Mundo Rural no Virar do Século: O Caso do Conselho do Sabugal*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Geografia Humana Ordenamento do Território e Desenvolvimento sob Orientação do Professor Doutor Noerberto Pinto dos Santos. Faculdade de Letras Universidade de Coimbra.

Carvalho, P. (s/d). *Património e Território: dos Lugares às Redes*. Coimbra: Centro de Estudos Geográficos: Universidade de Coimbra.

Castro, E. d., & Lopes, A. (2009). "Usos e Funções da Paisagem no Desenvolvimento Social: A Raia Central Portuguesa". *1º Congresso de Desenvolvimento Regional de Cabo verde* (pp. 4272-4298). Cabo verde: Caboverde - Redes e Desenvolvimento Regional.

Castro, E. d., Cunha, L., & Santos, N. P. (2008). "Análise Integrada da Paisagem da Raia Central Portuguesa". *Minerva - Pesquisa e Tecnologia*, pp. 139-147.

Correia, J. M. (2010). *Terras de Riba-Côa: Memórias sobre o concelho do Sabugal*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal.

Costa, P. p. (2010). *Os Forais de Pinhel*. Pinhel: Município de Pinhel.

Cravidão, F. (novembro de 2006). "Turismo e Cultura: dos itinerários ao lugar dos lugares". *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.

Cruxen, E. B. (julho de 2011). "Castelos e Fortificações como Documentos Histórico-Arquitetônicos: Símbolos para o Estudo das Estruturas de Poder na Península Ibérica Medieval". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, pp. 1-12.

Cunha, L. (1995). "Turismo e Desenvolvimento na Raia Central: A Paisagem e o Ambiente como Recursos". *Dinamização Transfronteiriça na Raia Central Ibérica-Da Reestruturação das Economias aos Processos de Desenvolvimento Endógeno*. Vilar Formoso.

Estríbio, M. d. (2010). *As Atividades de Enriquecimento Curricular no Currículo do 1º Ciclo do Ensino Básico*. Dissertação apresentada na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa para obtenção de grau de Mestre em Ciências da Educação. Monte da Caparica: Universidade Nova de Lisboa.

- Fonseca, S. G. (s/d). *Didática e prática do ensino da história*. Lisboa: Papyrus editora.
- Gabinete Técnico Florestal. (s/d). *Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios*. Sabugal: Município do Sabugal.
- Gomes, C. A. (1996). *Forais do Sabugal*. Sabugal: Câmara Municipal.
- Gomes, R. C. (1996). *Castelos da Raia. Vol. I Beira*. Lisboa: Instituto português do património arquitetónico e arqueológico.
- Lacoste, Y. (2005). *Dicionário de geografia: da geopolítica às paisagens*. Lisboa : Teorema.
- Marques, J. (1988). "Povoamento e Defesa na Estruturação do Estado Medieval Português". *III Encontro de historiadores Portugueses e Soviéticos*, (pp. 9-34). Leninegrado.
- Marujo, N., & Santos, N. (2012). "Turismo, Turistas e Paisagens". *Investigaciones Turísticas* , pp. 35-48.
- Matias, L. (2014). *O Alvazil de Coimbra*. Rede de Muralhas e Castelos do Mondego.
- Mattoso, J. (1997). *História de Portugal Vol.2*. Editorial Estampa.
- Menezes, J. S. (s/d). *O Turismo Cultural como factor de Desenvolvimento na Cidade de Ilhéus*. pp. 1-12.
- Ministério das Obras Públicas. (Setembro de 1949). *Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Castelo de Sabugal* . Ministério das Obras Públicas.
- Monteiro, J. G. (1999). *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Monteiro, J. G. (2003). "Castelos e Armamento". Em M. T. Teixeira., *Nova História Militar de Portugal*. (pp. 164-191). Rio de Mouro: Círculo de leitores.
- Moreira, A. (2013). *Estudo da Pedra Aplicada na Igreja da Senhora da Conceição (Porto)*. Dissertação de Mestrado em Geomateriais e Recursos Geológicos.
- Moura, W. L. (julho de 2004). "O espaço de aprendizagem e a atividade de ensino: O clube de Matemática". *VIII Encontro nacional de educação matemática*. Universidade Federal de Pernambuco.
- Nunes, A. (2007). *Abandono do espaço agrícola na "Beira Transmontana": Extensão, causas e efeitos ambientais*. Dissertação de Doutoramento. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Nunes, A. M. (janeiro de 2014). *Portugal Global: Pense Global Pense Portugal*. AICEP Portugal Global.

Pego, M. V. (2011). *Vilar Maior: Evolução de um castelo e povoado raiano de Riba-Côa (séc.XI a XV)*. Porto: Dissertação em Mestrado de Arqueologia sob Orientação de Professor Doutor Mário Jorge Barroca. Faculdade de Letras Universidade do Porto.

Pizarro, J. A. (2012). *D.Dinis: 1261-1325*. Lisboa: Temas e Debates.

Rebello, F. (s/a). *O Relevo de Portugal - Uma Introdução*. pp. 17-35.

Santos, M. S. (2007). "Educação e Património: Uma construção da lentidade". *Revista Fórum Identidades*, pp. 49-60.

Silva, L. (2006). "Os Impactos do Turismo em Espaço Rural". *Antropologia Portuguesa* 22/23 , pp. 295-317.

Teixeira, C., Martins, J. A., Medeiros, A. C., Mesquita, L. P., Peres, A. M., & Pilar, L. (1965). "Carta Geológica de Portugal" . *Notícia Explicativa da Folha 21-A Sabugal* . Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.

Turismo de Portugal. (2011). *Plano Estratégico Nacional do Turismo - Propostas para revisão no Horizonte 2015 - Versão 2.0*. Lisboa: Turismo de Portugal.

Turismo de Portugal. (2012). *Turismo em 2011*. Direção de Planeamento Estratégico/ Departamento de Estudos e Planeamento.

Turismo de Portugal. (2013). *Turismo em 2012*. Direção de Planeamento Estratégico/ Departamento de Estudos e Planeamento.

Ventura, L. (s/d). "A Fronteira Luso-Castelhana na Idade Média". *III Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa. Revista da Faculdade de Letras*. Porto

Web-grafia

Câmara Municipal de Penela. (7 de janeiro de 2015). *Penela Presépio 2014 foi coroado com sucesso*. Obtido em 9 de janeiro de 2015, de Câmara Municipal de Penela: <http://www.cm-penela.pt/noticias.php?idnoticia=1696#.VMWDKC6GP4p>

Câmara Municipal de Penela. (s/d). *Castelo de Penela*. Obtido em 18 de Novembro de 2014, de Câmara Municipal de Penela: <http://cm-penela.pt/turismo/castelo.html>

Câmara Municipal do Sabugal. (2013). *Plano Estratégico do Sabugal 2025*. Obtido em 3 de Novembro de 2015, de <http://www.cm-sabugal.pt/files/concelho/pes2025/Relat-Diagn-Versao-Final.pdf>

Câmara Municipal do Sabugal. (2014). "HÁ FADO NO CASTELO" - APRESENTAÇÃO DO CD "AFLUENTES". Obtido em 1 de Janeiro de 2015, de Câmara Municipal do Sabugal: <http://www.cm-sabugal.pt/index.php/noticias/444-ha-fado-no-castelo-apresentacao-do-cd-afluentes>.

Castelo do Sabugal. (s.d.). *Castelo do Sabugal*. Obtido em: 19 de maio de 2015 de <http://www.castelodosabugal.com/>

Castelos e Muralhas do Mondego. (s/d). *A Linha Defensiva do Mondego*. Obtido em 18 de Novembro de 2014, de Castelos e Muralhas do Mondego: <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/a-linha-defensiva>

Castelos e Muralhas do Mondego. (s/d). *A linha defensiva do Mondego*. Obtido em: 22 de maio de 2015 de <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/a-linha-defensiva>

Castela, C. (21 de janeiro de 2001). *Castelo de Penela (**)-é um dos mais belos castelos da região centro*. Obtido em 2 de Setembro de 2015 de Portugal Notável sempre em viagem consigo Valor Universal (*****), Muito Notável (***), Notável (*): <http://www.portugalnotavel.com/castelo-de-penela/>

Conceição, M., & Oliveira, L. (2005). *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: Castelo do Sabugal e muralhas da vila / Castelo e cerca urbana do Sabugal*. Obtido em 20 de Novembro de 2014, de Monumentos: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2961

Oliveira, J. e. (s/d). *Geologia e estratigrafia do Baixo Mondego*. Obtido em 3 de Agosto de 2015, de fossil.uc.pt: <http://fossil.uc.pt/pags/geolestratbm.dwt>

Silva, M. (2006). *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: Castelo de Penela*. Obtido em 20 de Novembro de 2014, de Monumentos: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1597

Universidade de Coimbra. (Setembro de 2010). *950 anos do tempo de D. Sesnando*. Obtido em: 12 de junho de 2015 de <http://noticias.uc.pt/cultura-e-desporto/950-anos-do-tempo-de-d-sesnando/>

Metas curriculares de:

Geografia em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_geog_eb.pdf

História em: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ficheiros/metas_curriculares_hist_3_ciclo.pdf

Fontes:

Livro das Fortalezas (Duarte de Armas, 1510). Fac-simile do Ms. da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 2.ª edição. Edições Inapa, 1997

Anexos

Anexo I - Horário do núcleo de estágio

| HORAS | SEGUNDA | TERÇA | QUARTA | QUINTA | SEXTA |
|---------------|-----------|----------|------------------------|--------|-----------------------|
| 8:30 – 10:00 | | | | | Geografia |
| 10:25 – 11:55 | Geografia | | Seminário Geografia | | História |
| 12:10 - 13:40 | | | | | Seminário História |
| 14:00 – 15:30 | História | | Geografia | | |
| 15:45 – 16:30 | | História | | | |
| | | | | | |

Anexo II – Plano Individual de Formação

Universidade de Coimbra – Faculdade de Letras

Mestrado em Ensino de História e Geografia do 3º Ciclo e Ensino Secundário

Ano Letivo 2014/2015 – Estágio Pedagógico

Plano Individual de Formação

Docente: Ana Isabel Ribeiro

Discente: Alina Cristina Ferreira Saraiva

O presente Plano Individual de Formação é feito no âmbito do Estágio Pedagógico do Mestrado em Ensino de História e Geografia do 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Estágio que está a decorrer no Colégio São Teotónio situado na cidade de Coimbra. O Colégio foi fundado em 1963 e, desde o início da sua atividade, afirma-se como um espaço de formação e crescimento humano, científico e cristão, capaz de educar, integralmente, como escola, de forma absolutamente única. Tendo como horizonte de atuação um ideário de Escola Católica, o Colégio assenta a sua proposta educativa em valores e critérios claramente definidos e a sua missão traduz a forma específica de educar: “Colégio de São Teotónio, o humanismo cristão, um projeto educativo, uma escola plural”¹⁷.

Olhando a interdisciplinaridade da História e Geografia pode-se afirmar que a História surgiu com o intuito de caracterizar o homem no tempo, mas com o passar do mesmo chega-se à conclusão de que o espaço é muito importante para a História e, aí percebe-se a necessidade que existe em estabelecer contacto com a Geografia e fazer estudos transversais. Além disso, a História, ao estudar o Homem, precisa de ter em conta o território e a região pois, ambos detém características físicas e humanas que são abordadas pela Geografia e que com o estudo desta podem ajudar a justificar comportamentos passados.

Assim, o que me proponho fazer, desde o início das atividades no colégio e tendo em conta tudo o que a Geografia e a História pressupõem, bem como a sua interdisciplinaridade apresento a seguinte lista de atividades que pretendo realizar:

- Assistir a todas as aulas do Seminário de Geografia (50% como foi acordado com os professores em virtude de, à mesma hora existirem aulas no colégio).
- Assistir a todas as aulas do Seminário de História (as acordadas com a professora em virtude de, à mesma hora existirem aulas no colégio).
- Lecionar o maior número de aulas possível nos anos a que estou afeta (7º e 9º de Geografia e 7º e 8º de História);

| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | | |
|------|-----------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|---|---|
| Nov. | História | | | | 7 | | | 7 | | | | 7 | | | | | | | | 7 | | 7 | | | | 7 | | | | | | | | |
| | Geografia | | | | | 9 | | 7 | | | 9 | 9 | | 7 | | | | | | 9 | | 7 | | | 9 | 9 | | 7 | T | | | | | |
| Dez. | História | 8 | 7 | | | 7 | T | | | 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Geografia | 9 | | 9 | | 7 | | | | | 9 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Jan. | História | | | | | 8 | | | | | | 8 | A | 7 | | | | | | 7 | | | | | | | | 8 | 7 | | | 7 | T | |
| | Geografia | | | | | | | | | 7 | | | | | 9 | | 7 | | | | 9 | A | | 9 | | | | | | 9 | | | 7 | A |
| Fev. | História | | 8 | 7 | | | | | | | 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

¹⁷ In: <http://www.steotonio.pt/site/index.php>

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-----|-----------|-----|-----|---|---|---|---|---|---|---|--|--|--|--|---|---|--|--|---|---|---|--|--|--|--|--|--|
| | Geografia | 9 A | 9 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Mar | História | 8 | | | | | 8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Geografia | 9 | 9 | | 7 | | | | 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Abr | História | | | | 7 | | 7 | | 7 | | | | | | 7 | 7 | | | 7 | | | | | | | | |
| | Geografia | | | | | 9 | | | 9 | 9 | | | | | | 9 | | | | 9 | 9 | | | | | | |
| Mai | História | | 8 A | 7 | | 7 | | | 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Geografia | | | | 9 | | | 9 | 9 | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

| | |
|---|----------------|
| 1 | Alina |
| 2 | Sílvia |
| 3 | Pedro |
| | Pausas Letivas |
| | Fins-de-semana |

- Realizar planificações referentes a cada aula que lecionarei;
- Realização de testes de avaliação de História e Geografia;
- Correção de testes de avaliação de História e Geografia;
- Correção de questões-aula;
- Vigília das olimpíadas da economia;
- Colaboração na avaliação dos alunos;
- Assistir e/ ou colaborar em reuniões de avaliação;
- Assistir e/ ou colaborar em reuniões de grupo;
- Participação na Palestra “Como rentabilizar a prática dos métodos e técnicas de estudo dos alunos”;
- Assistir e/ou colaborar nos conselhos de turma;
- Assistir a aulas do Secundário de Geografia;
- Colaboração nas atividades realizadas no âmbito do dia dos Direitos Humanos;
- Peditório, pela parte dos professores estagiários, aos alunos de frases alusivas ao dia em questão para, no dia específico, as mesmas serem distribuídas pela comunidade escolar em forma de canudo. Estes estarão na cantina e no bar do colégio;
- Assistir e/ou colaborar no trabalho realizado em âmbito da direção de Turma;
- Assumir, se possível, salas de Estudo;
- Lecionar apoios de 3º ciclo;
- Participação na Viagem de Estudo a Ganfei;
- Elaborar, com o núcleo, uma exposição sobre a viagem a Ganfei;
- Colaborar nas atividades respeitantes ao dia da Europa;

- Colaborar nas atividades respeitantes ao 25 de Abril;
- Intuito de fazer cravos e construir um panfleto sobre o dia para distribuir aos alunos de 3º ciclo.
- Participar e/ ou dinamizar atividades no âmbito do clube “Vem descobrir o P@trimónio”;
- Criação, por parte dos alunos inscritos de um blogue sobre monumentos da cidade de Coimbra.
- Elaborar, com o núcleo, uma atividade para assinalar o dia da mulher;

Bibliografia:

Barros, José. (2010). *Geografia e História: Uma interdisciplinaridade mediada pelo espaço*. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. In: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/viewFile/4627/6839> Consultado em: 23-10-2014.

As Orientadoras:

(Maria da Luz Campos - Geografia)

(Sara Trindade – História)

Anexo III - Calendário das aulas a lecionar

| | | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 |
|------|-----------|---|---|---|---|---|---|---|---|---|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| Nov. | História | | | | 7 | | | 7 | | | 7 | | | | | | | | 7 | | | 7 | | | | 7 | | | | | | |
| | Geografia | | | | | 9 | | 7 | | 9 | | 9 | | 7 | | | | | | 9 | | 7 | | 9 | | 9 | | 7 | T | | | |
| Dez. | História | 8 | 7 | | | 7 | T | | | 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Geografia | 9 | | 9 | | 7 | | | | | 9 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Jan. | História | | | | | 8 | | | | | | | 8 | A | 7 | | | | | | | 7 | | | | | | 8 | 7 | | 7 | T |
| | Geografia | | | | | | | | | 7 | | | | | | 9 | | 7 | | | | 9 | A | | | | | | | 9 | | 7 |
| Fev. | História | | 8 | 7 | | | | | | | 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Geografia | | | 9 | A | | 9 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | 9 | | | | |
| Mar. | História | | 8 | | | | | | | | | 8 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Geografia | | | 9 | | 9 | | | 7 | | | | | | 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Abr. | História | | | | | | | | | 7 | | | 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Geografia | | | | | | | | | | | 9 | | | | 9 | 9 | | | | | | | | | | | | | 9 | | 9 |
| Mai. | História | | | | 8 | A | | 7 | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | Geografia | | | | | | | | | 9 | | | | 9 | | 9 | | | | | | | | | | | | | | | | |

- 1 Alina
- 2 Sílvia
- 3 Pedro
- Pausas Letivas
- Fins-de-semana

Anexo IV - Planificação de História

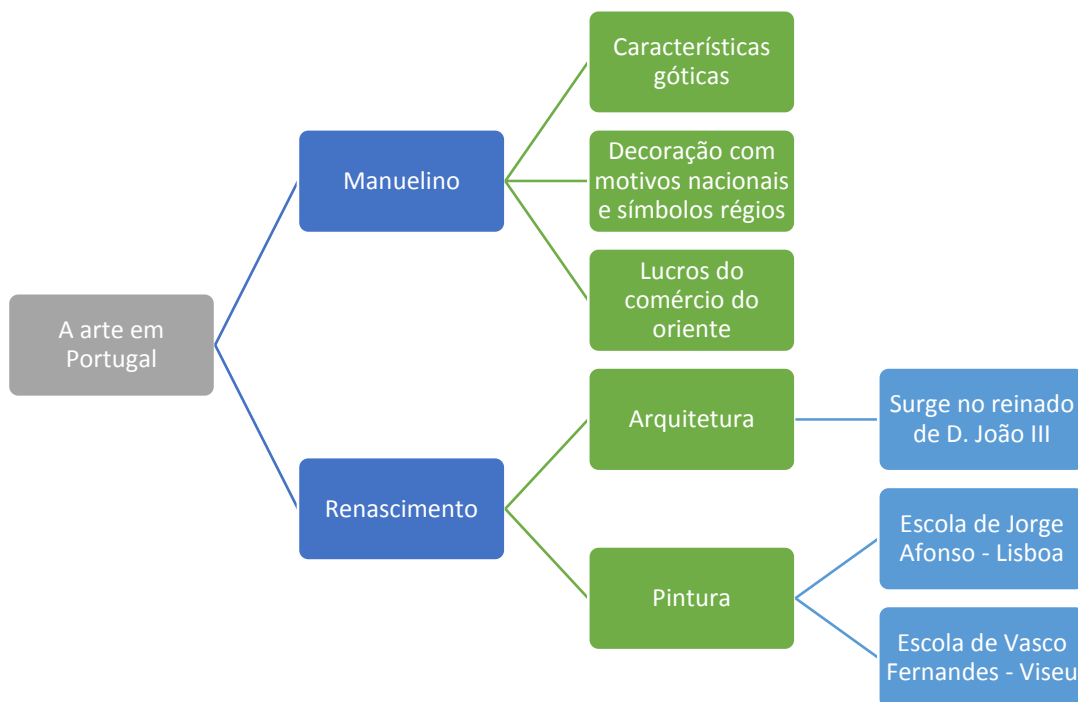


Plano de Aula



| | | | |
|-------------------------------------|--|----------------------|--|
| Ano: 8º | Domínio: Renascimento, reforma e contra-reforma | Turma: A | Sumário: -Revisões sobre a Arte Renascentista. -A persistência do gótico em Portugal: Estilo Manuelino. -A arte renascentista em Portugal: A arquitetura e a pintura |
| Escola: Colégio São Teotónio | Subdomínio: Conhecer e compreender o renascimento | Aula nº: | |
| | | Tempo: 90 min | |
| | | Data: 1-12-14 | |

Esquema conceptual:



Questões – Chave:

- Como se caracteriza o estilo manuelino?

Pré-requisitos:

Ter noção dos seguintes conceitos:

- ✓ Classicismo;
- ✓ Renascimento;
- ✓ Gótico.

Conceitos:

- Manuelino.

Metas de aprendizagem:

7. Caracterizar o estilo manuelino, identificando os seus monumentos mais representativos.

Objetivos específicos

Compreender a persistência do gótico em Portugal;

Identificar novos elementos arquitetónicos nas construções de D. Manuel;

Reconhecer elementos góticos em construções manuelinas;

Determinar novas características de construção no reinado de D. Manuel;

Elencar os motivos de decoração manuelina;

Perceber a ligação ao mar presente em edifícios manuelinos;

Compreender a possibilidade de Portugal poder fazer grandes construções;

Identificar monumentos portugueses como renascentistas;

Conhecer as duas escolas mais importantes a nível nacional de pintura renascentista;

Estratégias/ Atividades

A aula iniciar-se-á com o registo do sumário por parte do professor e dos alunos. De seguida será projetada uma sopa de letras onde os alunos deverão encontrar palavras alusivas às características das

obras renascentistas, bem como os elementos que nelas se podem encontrar. Ainda no mesmo contexto de revisões serão apresentadas palavras cruzadas sobre a pintura e escultura renascentista.

Posteriormente, com recurso ao diálogo vertical, serão abordadas algumas das características presentes na construção gótica para que os alunos entendam que houve elementos góticos que permaneceram nas construções manuelinas dando exemplo dos mesmos. Aqui será ainda dado a conhecer D. Manuel.

Depois, com recurso ao Prezi será feita uma visita por alguns locais de Portugal começando e terminando com as principais construções renascentistas (Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém) e seguindo por outros locais aleatórios como Pelourinho de Arcos de Valdevez, Igreja de Vila do Conde, Igreja da Golegã, Convento de Cristo em Tomar e Sé da Guarda. Com este percurso os alunos serão sensibilizados para os diversos elementos presentes na decoração manuelina, bem como para o papel que o mar e os descobrimentos desempenharam neste novo estilo arquitetónico. Esta apresentação será aproveitada para questionar os alunos sobre o financiamento destas obras. Ainda nesta apresentação será dada a conhecer a Igreja de Nossa Senhora da Graça em Évora como construção renascentista do tempo de D. João III, bem como o claustro do Convento de Cristo em Tomar.

Por fim será abordado, com recurso ao diálogo vertical, o surgimento tardio do renascimento em Portugal com ênfase na pintura e seus principais autores (Jorge Afonso e Vasco Fernandes) ao mesmo tempo que os alunos atentarão na figura 3 da página 76 do manual, bem como, numa imagem presente na apresentação mencionada anteriormente. Será ainda abordado o contributo dos descobrimentos para o renascimento.

Os alunos levarão como trabalho de casa os exercícios presentes na página 76.

Materiais e Recursos:

Caderno Diário

Computador

Projektor

Sopa de Letras

Palavras cruzadas

Apresentação em Prezi

Bibliografia

Oliveira, Ana, et al. (2012). *O Fio da História*. Lisboa: Texto Editores.

Web-Grafia

www.mosteirojeronimos.pt/

<http://www.torrebelem.pt/pt/index.php?s=white&pid=169&identificador=>

<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70210>

http://www.cm-golega.pt/concelho/turismo/item/195-igreja_matriz

Reflexão Crítica

O início da aula, que implicava revisões das duas aulas anteriores, correu de acordo com o previsto, porém os alunos pouco sabiam sobre os conteúdos.

De seguida iniciou-se a apresentação sobre o Estilo Manuelino e os alunos mostraram-se bastante agitados, fazendo intervenções se acordo com as imagens apresentadas mas, de forma pouco ordenada sendo necessário repor ordem de intervenção, foi ainda solicitado a um aluno a “Caderneta do Aluno” devido às suas intervenções sem nexos com a matéria.

Anexo V - Planificação de Geografia

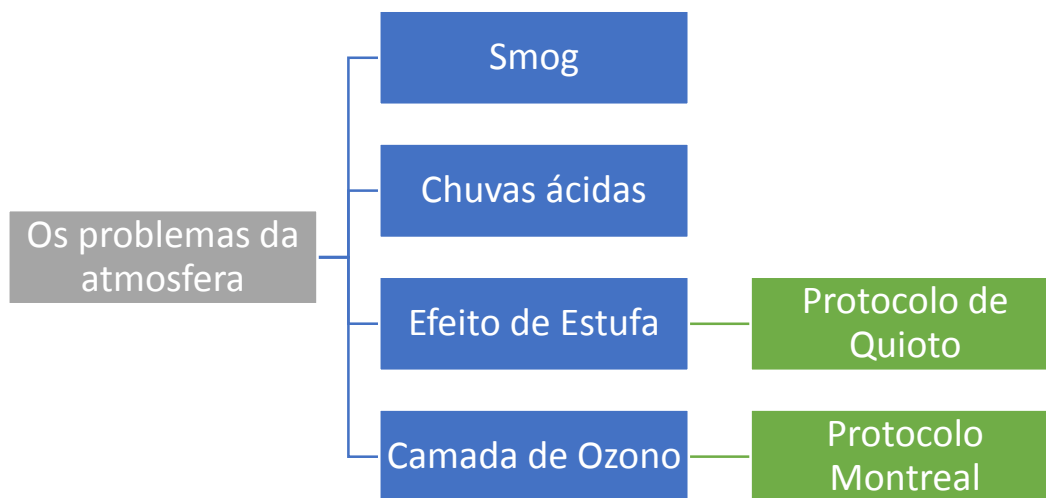


Plano de Aula



| | | | |
|-------------------------------------|--|---|--|
| Ano: 9º | Domínio: Riscos, ambiente e sociedade | Turma: | Sumário: Os principais problemas da atmosfera: O efeito do smog, as chuvas ácidas, o aumento do efeito de estufa e a camada do ozono. Consequências e medidas preventivas dos mencionados problemas atmosféricos. |
| Escola: Colégio São Teotónio | Subdomínio: Riscos Mistos | Aula nº: 84/85 Tempo: 90 min | |
| | | Data: 11-5-2014 | |

Esquema conceptual:



Questões – Chave:

- Quais os principais problemas da atmosfera?
- O que é o smog?
- Como se formam as chuvas ácidas?
- Quais os principais gases efeito de estufas?
- Porque diminui a camada de ozono?
- Quais as principais consequências e medidas de prevenção dos problemas da atmosfera?

Pré-requisitos: Ter uma noção dos seguintes conceitos:

- ✓ Atmosfera;
- ✓ Hidrosfera;
- ✓ Litosfera;
- ✓ Criosfera;
- ✓ Biosfera;
- ✓ Termosfera;
- ✓ Mesosfera;
- ✓ Estratosfera;
- ✓ Troposfera;
- ✓ Radiação Solar;
- ✓ Reflexão;
- ✓ Absorção;
- ✓ Difusão;

Conceitos: Os alunos devem reter os seguintes conceitos:

- Smog;
- Chuva Ácida;
- Efeito de Estufa;
- Gases com efeito de estufa;
- Ozono;
- Clorofluorcarbonetos;

Metas de aprendizagem:

2. Compreender a influência da poluição atmosférica na formação do smog e das chuvas ácidas

Explicar o processo de formação do *smog*.

Analisar as consequências do *smog* para a saúde e qualidade de vida das populações.

Definir chuvas ácidas, dando ênfase ao processo de formação.

Indicar as regiões que são mais afetadas pelas chuvas ácidas à escala planetária e em Portugal.

Analisar as principais consequências das chuvas ácidas.

Identificar medidas de prevenção na formação do *smog* e das chuvas ácidas.

3. Conhecer a influência da poluição atmosférica no efeito de estufa e na camada de ozono

Identificar os gases que contribuem para o aumento do efeito de estufa.

Identificar consequências do aumento dos gases com efeito de estufa nas alterações climáticas globais e locais.

Localizar os países ou regiões que mais contribuem para o aumento dos gases com efeito de estufa.

Identificar os gases responsáveis pela diminuição do ozono.

Identificar as consequências da depleção da camada de ozono.

Reconhecer medidas de mitigação da poluição atmosférica, visando o equilíbrio global do planeta.

Objetivos específicos

- Identificar diferentes tipos de problemas atmosféricos;
- Definir *smog*;
- Localizar cidades onde o *smog* é um problema;
- Conhecer as origens da formação do *smog*;
- Indicar as principais consequências do *smog*;
- Indicar medidas preventivas do *smog*;
- Definir chuvas ácidas;
- Identificar os principais locais onde precipitam chuvas ácidas no mundo;
- Indicar as principais consequências das chuvas ácidas;
- Indicar medidas de prevenção das chuvas ácidas;
- Associar a interferência da atmosfera na radiação solar com o efeito de estufa;
- Elencar os principais gases efeito de estufa;
- Definir gases efeito de estufa;
- Reconhecer o aumento do efeito de estufa como uma consequência da libertação de gases GEE;
- Identificar os GEE que mais contribuem para o efeito de estufa;
- Localizar os países com mais emissões de dióxido de carbono;
- Indicar as principais consequências do efeito de estufa;
- Reconhecer o Protocolo de Quioto como uma forma de limitar a libertação de dióxido de carbono para a atmosfera;
- Localizar a maior concentração de ozono na camada estratosfera;
- Definir clorofluorcarbonetos;
- Caracterizar o efeito dos CFC's na destruição do ozono;
- Indicar as principais causas de depleção do ozono;

- Reconhecer o Protocolo de Montreal como um instrumento que prevê a redução de emissões de CFC's.

Estratégias/ Atividades

A aula iniciar-se-á com a escrita do sumário por parte dos alunos e do professor. De seguida, como estratégia de recuperação, será projetado no quadro uma sopa de letras onde os alunos terão de encontrar conceitos tratados na aula anterior. Depois do exercício terminado será feita a sua correção bem como, a recuperação do significado de cada conceito.

Após a realização deste exercício será dada a entrada a matéria, para tal, recorrer-se-á a uma apresentação em power point. Assim, com recurso à apresentação e ao diálogo vertical serão abordados as duas formas de libertação de gases para a atmosfera, a natural e antrópica. De seguida será apresentado o plano da aula aos alunos, mencionando quais os principais problemas da atmosfera que irão ser estudados.

De seguida iniciar-se-á a caracterização do smog e, com recurso ao diálogo vertical bem como à apresentação, os alunos deverão ficar a compreender o que é o smog e quais os principais contribuintes para o mesmo. Neste momento serão ainda apresentadas as consequências e as medidas preventivas do smog.

Terminado o ponto sobre o smog avançar-se-á para o ponto chuvas ácidas. Aqui, com recurso à apresentação e ao diálogo vertical os alunos deverão definir chuvas ácidas. Depois será apresentada uma imagem que elucida a formação das chuvas ácidas. Será ainda mencionado que as chuvas ácidas podem surgir de origem natural ou antrópica. Neste sentido será mostrada uma pequena notícia sobre o vulcão Telica em Nicarágua que menciona a possibilidade de chuvas ácidas se os materiais expelidos entrarem em contato com a precipitação. De seguida será mostrado um mapa para, com recurso ao diálogo vertical, se localizar as principais áreas de precipitação de chuvas ácidas. Neste momento, será registado no quadro uma breve frase que caracterize o mapa apresentado, para que os alunos registem também no seu caderno diário. Neste momento serão ainda apresentadas as consequências e as medidas preventivas para a diminuição de chuvas ácidas.

Concluído o ponto sobre as chuvas ácidas e com recurso a uma imagem será recordado o papel da atmosfera na incidência da radiação solar, para, desta forma ser introduzido o ponto sobre o efeito de estufa. Assim, serão mencionados quais os principais gases efeito de estufa (GEE). Neste momento será registado no quadro negro a definição de gases efeito de estufa (GEE) que, mais uma vez, os alunos deverão registar no caderno. Após o registo será mencionado o aumento dos GEE após a revolução industrial, no seguimento será mostrado um gráfico que informa sobre a evolução dos GEE por tipo de gás que será analisado com recurso ao diálogo vertical.

Posteriormente será dado a conhecer um mapa com os principais (países) emissores de dióxido de carbono bem como o ranking de países emissores. Após a análise destes dois diapositivos será aberto o *link* <http://www.globalcarbonatlas.org/?q=es/emissions> para os alunos perceberem a evolução da cada país no âmbito de emissões de CO₂. Concluída a visualização do *site* será registado no quadro negro um breve resumo dos três últimos gráficos apresentados (elocução dos GEE, Emissões totais de dióxido de carbono e ranking de países com maior emissão) que os alunos deverão passar para o caderno diário.

Após o registo no caderno diário serão mostrados pequenos trechos do documentário “Uma verdade inconveniente” para introduzir as principais consequências do efeito de estufa, nomeadamente a diminuição das calotes polares, dos glaciares de montanha e os fenómenos meteorológicos extremos, após a visualização dos trechos serão projetadas algumas imagens alusivas. Logo a seguir a serem conhecidas as principais consequências do efeito de estufa será apresentado, com recurso ao diálogo vertical, o Protocolo de Quioto bem como o mapa dos países que o ratificaram.

Finalmente chegar-se-á ao problema da camada do ozono. Neste momento os alunos serão questionados sobre a camada da atmosfera onde se situa o ozono, bem como da importância que este tem para a vida na Terra. De seguida, com recurso à apresentação e ao diálogo vertical serão mencionados os clorofluorcarbonetos como os principais destruidores da camada de ozono mencionando quais os principais emissores. Atentando nos CFC’s será apresentada uma breve explicação de como estes destroem o ozono. Posteriormente serão apresentadas imagens da evolução da camada do ozono no pólo sul. Nesse sentido será aberto o *link* <http://ozonewatch.gsfc.nasa.gov/monthly/SH.html> onde se poderá ver a evolução da camada do ozono ao longo do ano de 2014.

As consequências da camada do ozono serão apresentadas no seguimento bem como o Protocolo de Montreal como o objetivo de que os países que o ratificaram reduzam as emissões de CFC’s.

Para terminar a aula e como estratégia de retroação será elaborado um esquema concetual no quadro negro com recurso ao diálogo vertical que os alunos deverão registar no caderno diário.

Como trabalho de casa os alunos deverão fazer um texto reflexivo sobre atitudes individuais que os levam a promoverem a emissão de CFC’s, e atitudes que possam ter no dia-a-dia que promovam problemas atmosféricos, bem como o que podem fazer para evitar esses comportamentos.

Materiais e Recursos:

Sopa de Letras;

Apresentação Power Point;

Computador com acesso à internet ;

Notícia “Nicarágua alerta para erupção e chuva ácida após explosão em vulcão” em:
<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/nicaragua-alerta-para-erupcao-e-chuva-acida-apos-explosao-em-vulcao.html>

Projeto;

Manual;

Caderno Diário;

Documentário: “Uma verdade Inconveniente”;

Sites:

<http://ozonewatch.gsfc.nasa.gov/monthly/SH.html>

<http://www.globalcarbonatlas.org/?q=es/emissions>

Bibliografia

Barry, Roger & Chorley, Richard. (2010). Atmosfera, tempo e clima. Techbooks.

Gomes, Ana, *et al.* (2015). *Fazer Geografia*. Porto: Porto Editora.

Gribbin, Jhon. (1990). *O buraco no céu: a ameaça do homem à camada de ozono*. Mem Martins: Europa-América.

Leite, José. (2014). *Controvérsias científicas ou negação da ciência?*. São Paulo: Scientle Studia.

Neto, Manuel. (2013). *Influência da atmosfera terrestre na visibilidade: estudo da correlação entre dados atmosféricos e visibilidade*. Dissertação de Mestrado. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

Ribeira, Eva, *et al.* (2015). *GPS*. Porto: Porto Editora.

Ribeiro, Isabel José, *et al.* (2012). *Faces da Terra 9 – Parte 2*. Areal Editores.

Reflexão Crítica

A aula decorreu como o previsto. Os alunos mostraram-se atentos e empenhados.

Aquando da visualização de mapas a sua análise foi completada com o registo, por parte dos alunos da informação nele presente o que lhes possibilitou ficarem com a informação sobre os mesmos. Porém, devo ressaltar que para uma aula só era bastante matéria o que me levou a que no final necessitasse de apressar com vista a conseguir cumprir a planificação.

Anexo VI - Critérios de Correção de História

| Questão | Resposta | Cotação |
|---------|---|---------------------------------|
| 1.1 | A convivência entre as diversas cidades-estado gregas caracterizou-se, num primeiro momento, pela criação da Liga de Delos que não era mais que a união das mesmas com vista a combater um inimigo comum, o Império Persa. Durante a vigência dessa Liga Atenas assumiu uma posição imperialista e hegemónica perante as outras cidades-estado o que levou a que Esparta formasse uma outra Liga, a do Peloponeso que levou ao início da Guerra do Peloponeso onde Atenas sai derrotada | 9 (3+3+3) |
| 2.1 | A frase do documento B que demonstra a imperfeição da democracia ateniense é, "Há na espécie humana indivíduos tão inferiores aos seus semelhantes, como o corpo difere da alma". | 4 |
| 2.2 | O aluno menciona dois dos seguintes tópicos sobre as limitações da democracia ateniense: -Apenas os cidadãos tinham direitos políticos; -Praticava-se a escravatura o que vai contra o princípio da igualdade; -Praticava-se o ostracismo; -Praticava-se a pena de morte; -Com a formação da Liga de Delos Atenas gozou de poder político e económico sobre outras cidades-estado. | 6 (3+3) |
| 3.1 | O documento C refere-se ao cidadão na Grécia como se constata com a frase "Um cidadão define-se pelo seu direito de participar nos julgamentos e no exercício do poder político" e o documento D refere-se a um Plebeu rural como | 15 (1.5+1.5+2+2+2+2+2+2) |

| | | |
|-----|---|------------------|
| | <p>mostra a frase “Tenho um belo terreno e dedico-me à agricultura”.</p> <p>Atentando na classe social cidadãos na Grécia e em Roma pode dizer-se que estes apresentam as seguintes semelhanças, em Roma e Grécia os cidadãos são homens livres, bem como, podem ocupar cargos políticos e administrativos, já as diferenças assentam no facto de que em Roma apenas os escravos não são cidadãos, sendo que os servos libertos o são só a partir de 212 d.C., e na Grécia Metecos, mulheres e escravos não são cidadãos e que a condição para ser cidadão em Roma assentava na sua riqueza, enquanto na Grécia os cidadãos necessitavam de ser filhos de pai e mãe ateniense.</p> <p>Assim, ser cidadão na Grécia estava reservado a uma pequena minoria da população enquanto em Roma todos eram cidadãos, sendo que este grupo se dividia em ordem senatorial, equestre e plebe, mostrando assim a hierarquia da sociedade romana.</p> | |
| 4.1 | O Templo de Zeus em Atenas pertence à ordem arquitetónica coríntia, pois apresenta riqueza decorativa visível no seu capitel decorado com folhas de acanto, o seu fuste apresenta-se elegante e delgado e a coluna apresenta base. | 7 (1+2+2+2) |
| 4.2 | As restantes ordens arquitetónicas são a ordem arquitetónica dórica e a ordem arquitetónica jónica. | 4 (2+2) |
| 5.1 | O mar mediterrâneo apresenta-se como um “autêntico lago romano”, uma vez que durante a monarquia, república e império foram conquistados diversos territórios ao longo das margens deste o que permitiu que este se tornasse numa importante via de comunicação entre os diversos espaços do império. | 8 (4+4) |
| 5.2 | O aluno menciona os seguintes territórios (conquistados durante a República (509 a. C. a 27 a.C)). -Sicília; | 5 (1+1+1+1+1) |

| | | |
|-----|--|------------------------|
| | <p>-Grécia;</p> <p>-Reinos helenísticos da Ásia menor e da Síria;</p> <p>-Norte de África;</p> <p>-Península Ibérica.</p> | |
| 6. | O primeiro imperador de Roma foi Octávio César Augusto. | 4 |
| 7.1 | O imperador de Roma tinha o Poder Absoluto, pois este era o comandante do exército, o chefe da religião, tinha o direito de veto sobre as decisões tomadas pelo Senado (poder tribunicio) como mostra a frase “A maior parte dos poderes do Senado e do Povo passou para as mãos de Augusto”, mas também nomeava os governadores para as províncias, mandava cunhar a moeda e detinha o poder legislativo, executivo e judicial desta forma, “todas as decisões verdadeiramente importantes são tomadas por quem detém efetivamente o poder: o Imperador”. | 9 (1+1+1+1+1+1+1+1) |
| 8.1 | <p>O documento J e o documento K referem-se respetivamente ao direito de cidadania, “Concedo a todos os peregrinos que vivem no território a cidadania romana” (doc.J) e há rede de estradas como fatores de unidade romana. Estes fatores de unificação romana a par de outros tiveram um papel importante:</p> <p>-Integrou os povos e regiões conquistadas no Império e deu poder a uma maior número de habitantes;</p> <p>-A rede de estradas ligou todo o império e facilitou a circulação pelo mesmo (de pessoas, mercadorias, ideias);</p> | 8 (2+2+2+2) |
| 9.1 | <p>O aluno menciona quatro elementos inovadores na arquitetura romana:</p> <p>-Arco de volta perfeita;</p> <p>-Abóbada de berço;</p> <p>-Cúpula;</p> | 4 (1+1+1+1) |

| | | | |
|---------|---|--|-----------------|
| | -Decoração criativa; -Introdução do tijolo e betão; | | |
| 10.1 | <p>Versão1</p> <p>a)F</p> <p>b)F</p> <p>c)V</p> <p>d)F</p> <p>e)V</p> <p>f)V</p> | <p>Versão2</p> <p>a)V</p> <p>b)V</p> <p>c)F</p> <p>d)V</p> <p>e)F</p> <p>f)F</p> | 6 (1+1+1+1+1+1) |
| 10.2 | <p>a) As termas eram um espaço da vida social e cultural dos romanos;</p> <p>b) As termas podiam ser públicas ou privadas;</p> <p>d) Os apartamentos não tinham condições de higiene;</p> | <p>c) Os apartamentos não tinham condições de higiene;</p> <p>e) Nas habitações romanas não existia um espaço dedicado apenas às mulheres.</p> <p>f) As <i>villae</i> eram casa habitadas por famílias abastadas que viviam luxuosamente no campo.</p> | 6 (2+2+2) |
| Escrita | | | 5 |

Anexo VII - Matriz do teste de História

| História - 7º Ano | | |
|--|--|--|
| CONTEÚDOS | METAS/ OBJETIVOS GERAIS A CONCRETIZAR | ESTRUTURA/ COTAÇÕES |
| <p>TEMA 2</p> <p>2.1 O mundo helénico</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atenas e o espaço mediterrâneo - A democracia na época de Péricles - A arte grega - Religião e cultura <p>2.2 Roma e o império</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Mediterrâneo romano nos séculos I e II - Economia, sociedade e poder imperial - A civilização romana | <p>A herança do Mediterrâneo Antigo: O mundo helénico</p> <p>1. Conhecer a organização económica e social no mundo grego</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Identificar as principais atividades económicas da maioria das cidades-estado atenienses (ver o caso ateniense – comercial, marítima e monetária) 2. Conhecer a organização social das <i>poleis</i> gregas, tomando Atenas do século V a.C. como referência 3. Demonstrar as profundas diferenças sociais existentes na sociedade ateniense <p>2. Conhecer o elevado grau de desenvolvimento atingido no mundo grego pela cultura e pela arte</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Descrever a religião politeísta grega 2. Identificar as principais características da arquitetura, da escultura e da pintura gregas <p>3. Conhecer o processo de estruturação do mundo grego e de relacionamento do mesmo com outros espaços civilizacionais</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Referir a instituição de alianças entre cidades-estado, as rivalidades e os conflitos que se verificaram entre as mesmas <p>1. CONHECER E COMPREENDER A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO E O PROCESSO DE ROMANIZAÇÃO</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. LOCALIZAR NO ESPAÇO E NO TEMPO A FUNDAÇÃO DA CIDADE DE ROMA E AS VÁRIAS ETAPAS DE EXPANSÃO DO SEU IMPÉRIO, DESTACANDO O PROCESSO DE CONQUISTA DA PENÍNSULA IBÉRICA. 2. CARACTERIZAR A INSTITUIÇÃO IMPERIAL COMO PODER ABSOLUTO E DE CARÁTER DIVINIZADO. | <p>resposta extensa (COMPOSIÇÃO EXTENSA*)</p> <p>15%</p> <p>itens de construção</p> <ul style="list-style-type: none"> - <u>resposta curta</u> - <u>resposta restrita</u> <p>(alguns dos itens de resposta curta e de resposta restrita podem apresentar-se sob a forma de tarefas com recurso à</p> |

| | | |
|---------------------|---|---|
| - Arte romana | <p>3. EXPLICAR A EFICÁCIA DOS FATORES E AGENTES DE INTEGRAÇÃO DOS POVOS VENCIDOS NO IMPÉRIO, SALIENTANDO A RECIPROCIDADE ASSIMÉTRICA DAS INFLUÊNCIAS ENTRE ROMANOS E ROMANIZADOS.</p> <p>2. CONHECER E COMPREENDER A ORGANIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DA ROMA IMPERIAL</p> <p>1. DEMONSTRAR A INTENSA ATIVIDADE ECONÓMICA NO TEMPO DO REGIME IMPERIAL (BASEADA NUMA ECONOMIA URBANA, COMERCIAL, MONETÁRIA E ESCLAVAGISTA).</p> <p>2. RELACIONAR A ECONOMIA DE MERCADO COM O CRESCIMENTO DE LATIFÚNDIOS E CONSEQUENTE MIGRAÇÃO DOS PEQUENOS PROPRIETÁRIOS PARA AS CIDADES.</p> <p>3. DESCREVER A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO IMPÉRIO ROMANO, SALIENTANDO O CARÁTER HIERARQUIZADO E ESCLAVAGISTA DA SOCIEDADE.</p> <p>4. DESCREVER O QUOTIDIANO DOS VÁRIOS GRUPOS SOCIAIS NA ROMA IMPERIAL.</p> <p>3. CONHECER E COMPREENDER A CULTURA E ARTE ROMANA</p> <p>1. REFERIR AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA ARQUITETURA, ESCULTURA E PINTURA ROMANAS.</p> <p>2. IDENTIFICAR AS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS DA ARTE ROMANA.</p> <p>3. CARACTERIZAR A ORIGINALIDADE ARTÍSTICA DOS ROMANOS, SUBLINHANDO O SEU CARÁCTER PRÁTICO, UTILITÁRIO E MONUMENTAL.</p> <p>4. RECONHECER NA ARTE ROMANA UMA FORMA DE ENALTECER ROMA E O IMPÉRIO.</p> | <p>memorização</p> <p>80%</p> <p>EXPRESSÃO</p> <p>ESCRITA</p> <p>5%</p> |
| Tarefas específicas | <ul style="list-style-type: none"> • Definir conceitos • Descrever conteúdos (COMPOSIÇÃO EXTENSA) * • Localizar os conteúdos no tempo e no espaço | |
| | | |

| | | |
|--------------------------------|---|-------------|
| Materiais de consulta e estudo | Registos da aula e materiais produzidos pelos alunos MANUAL CADERNO DE ATIVIDADES | |
| Total | | 100% |

Anexo VIII - Dia dos Direitos Humanos no Colégio São Teotónio
(Elaboração – núcleo de estágio)




**Anexo IX - Exposição da Viagem de Estudo a Ganfei
(Elaboração – núcleo de estágio)**



**Anexo X - Dia da Liberdade no Colégio
(Elaboração – núcleo de estágio)**



**Anexo XI - Dia da Europa no Colégio
(Elaboração – núcleo de estágio)**



The infographic is titled "Dia da Europa – 9 de maio" and "França". It features the European Union flag on the left and the French flag on the right. The text provides key facts about France's entry into the EU, its capital, and its population, along with a curiosity about its size relative to other European countries.

Dia da Europa – 9 de maio
França

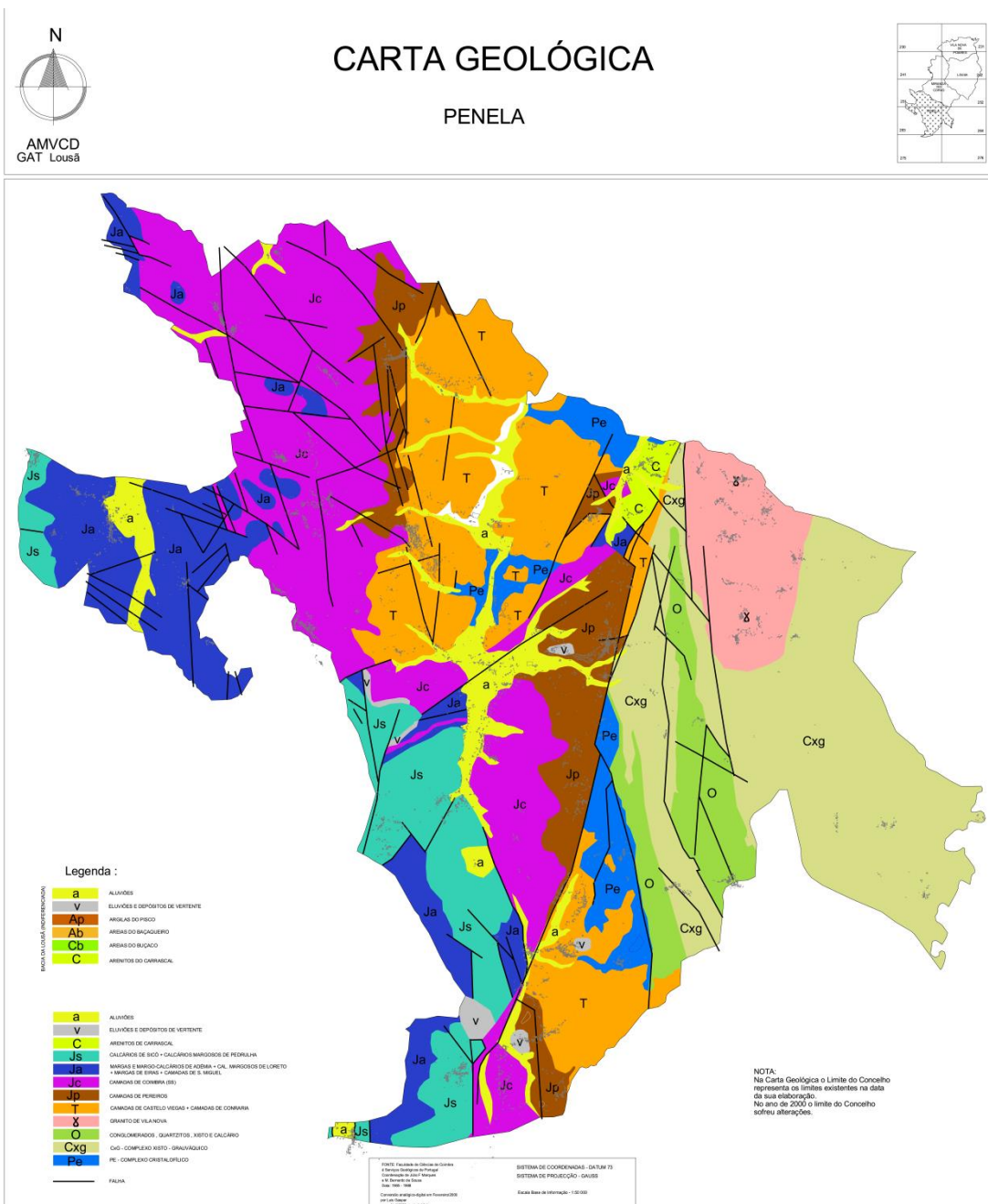
- ✓ Ano de entrada na União Europeia: 1957
- ✓ Capital: Paris
- ✓ População: 65 447 374

Curiosidade: É o maior país da União Europeia e o terceiro maior da Europa, ficando atrás apenas da Ucrânia e da Rússia.

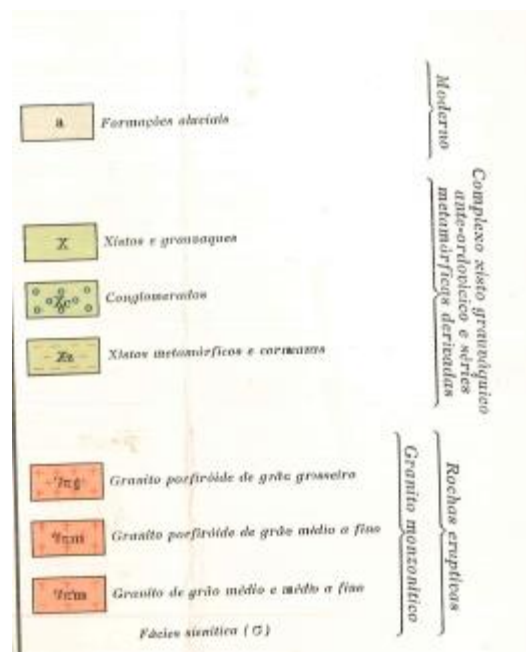
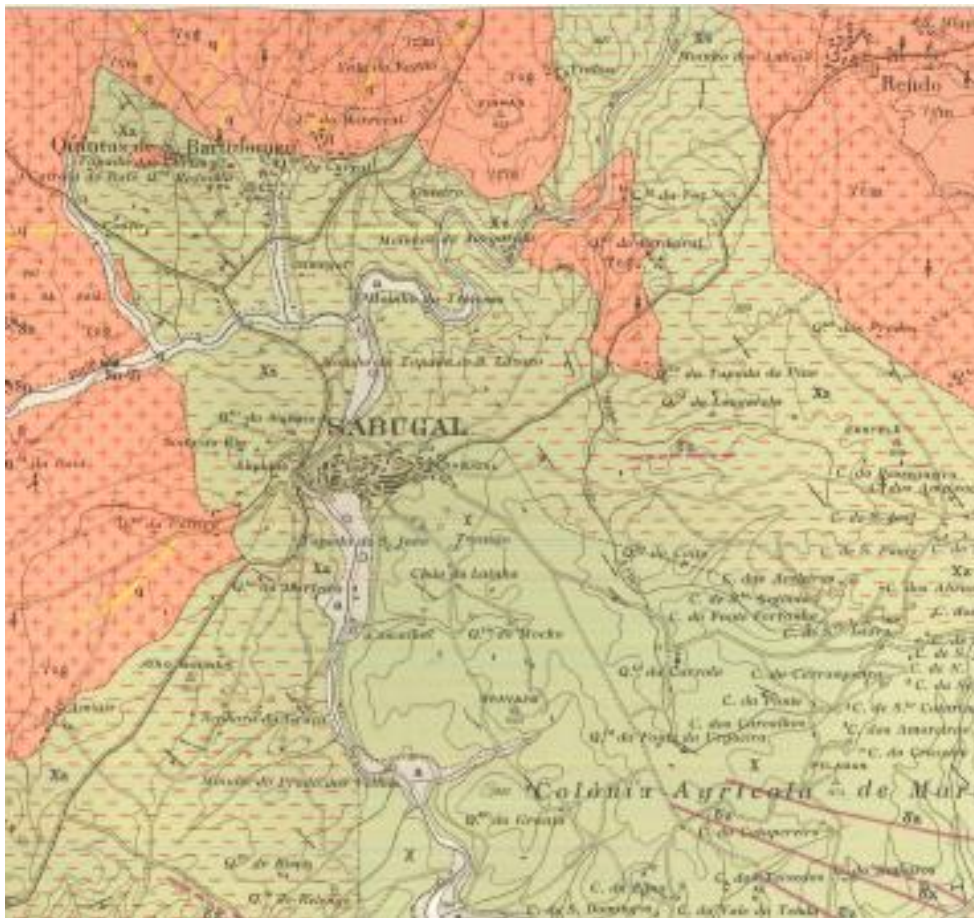
**Anexo XII - Desenhos do Clube de Atividade “Vem Descobrir o P@trimónio”
(Elaboração – núcleo de estágio)**



Anexo XIII -Carta Geológica de Penela



Anexo XIV - Parte da Carta Geológica do Sabugal - 21 – A e
respetiva legenda (Digitalização).



Anexo XV - Torre de Menagem de Penela



Torre de Menagem do Castelo de Penela

Fonte: Elaboração própria

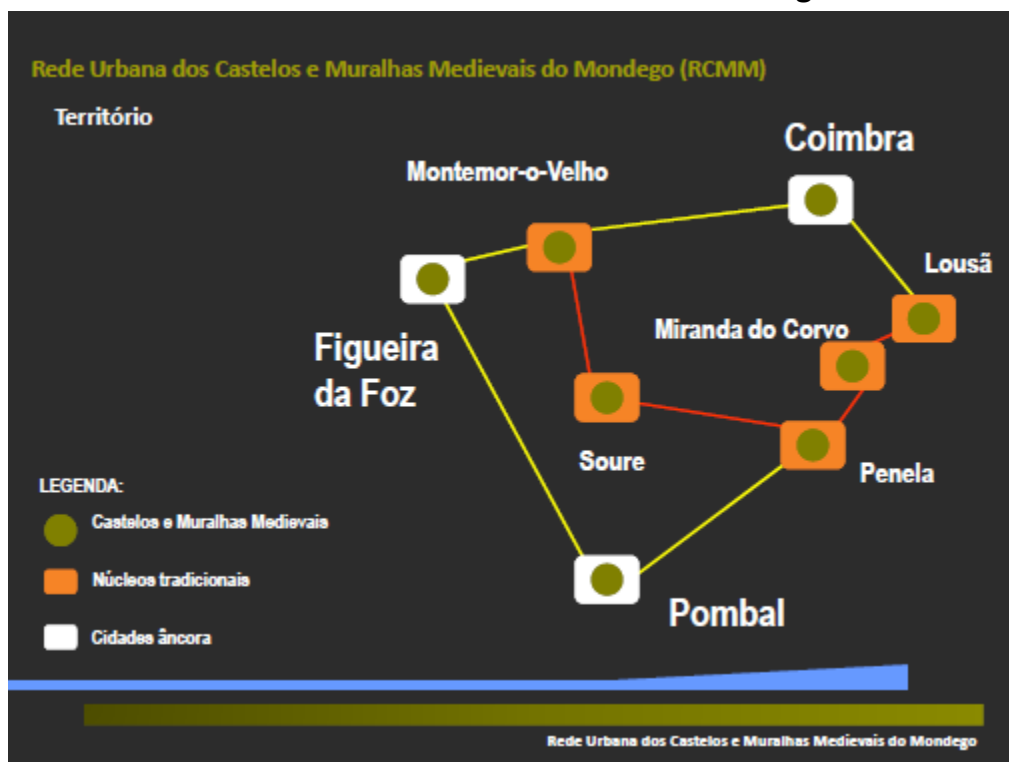
Anexo XVI - Torre de Menagem do Sabugal



Torre de Menagem do Castelo do Sabugal

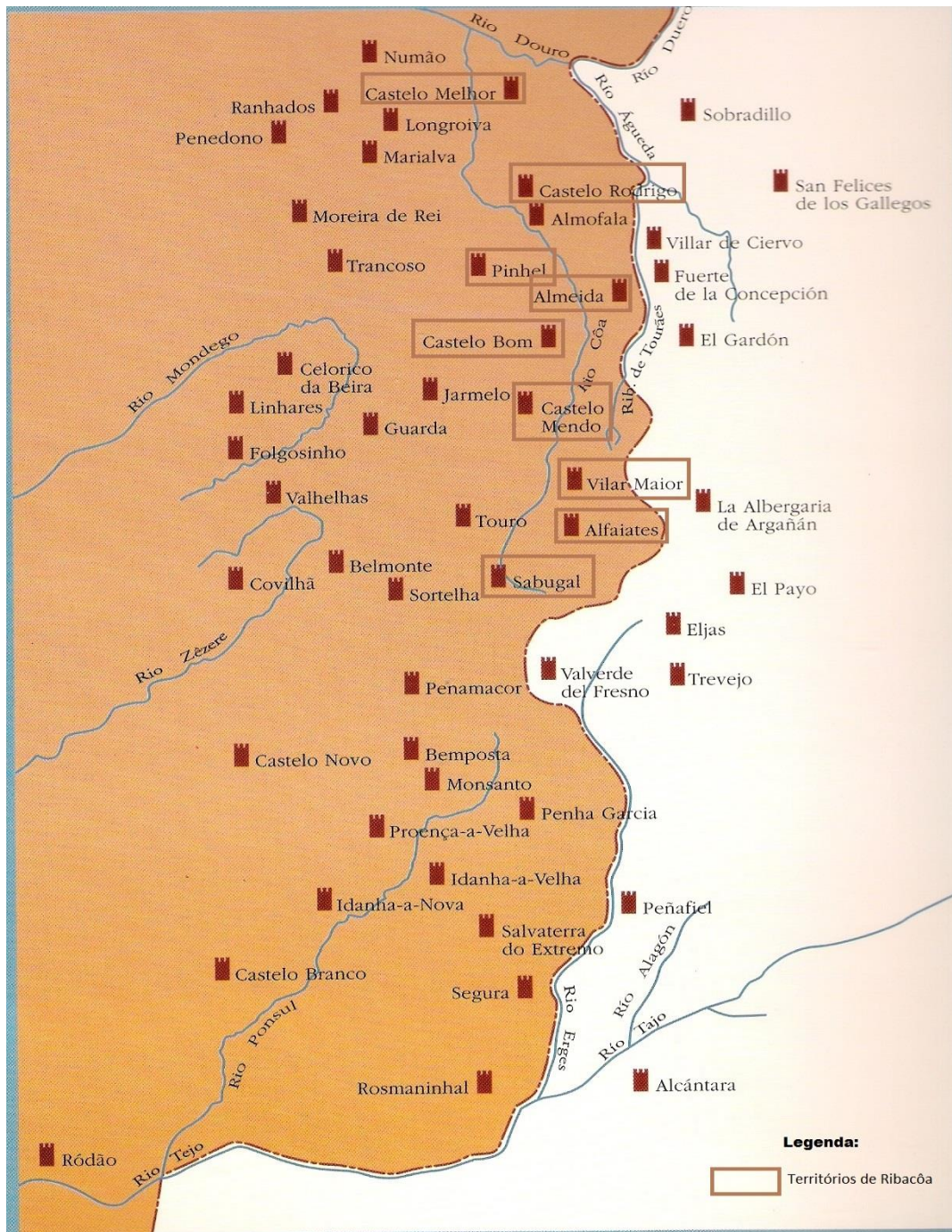
Fonte: Elaboração própria

Anexo XVII – A linha defensiva do Mondego



Fonte: Castelos e Muralhas do Mondego. (s/d). A linha defensiva do Mondego. Obtido de Castelos e Muralhas do Mondego: <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/a-linha-defensiva> Obtido em: 22-5-2015

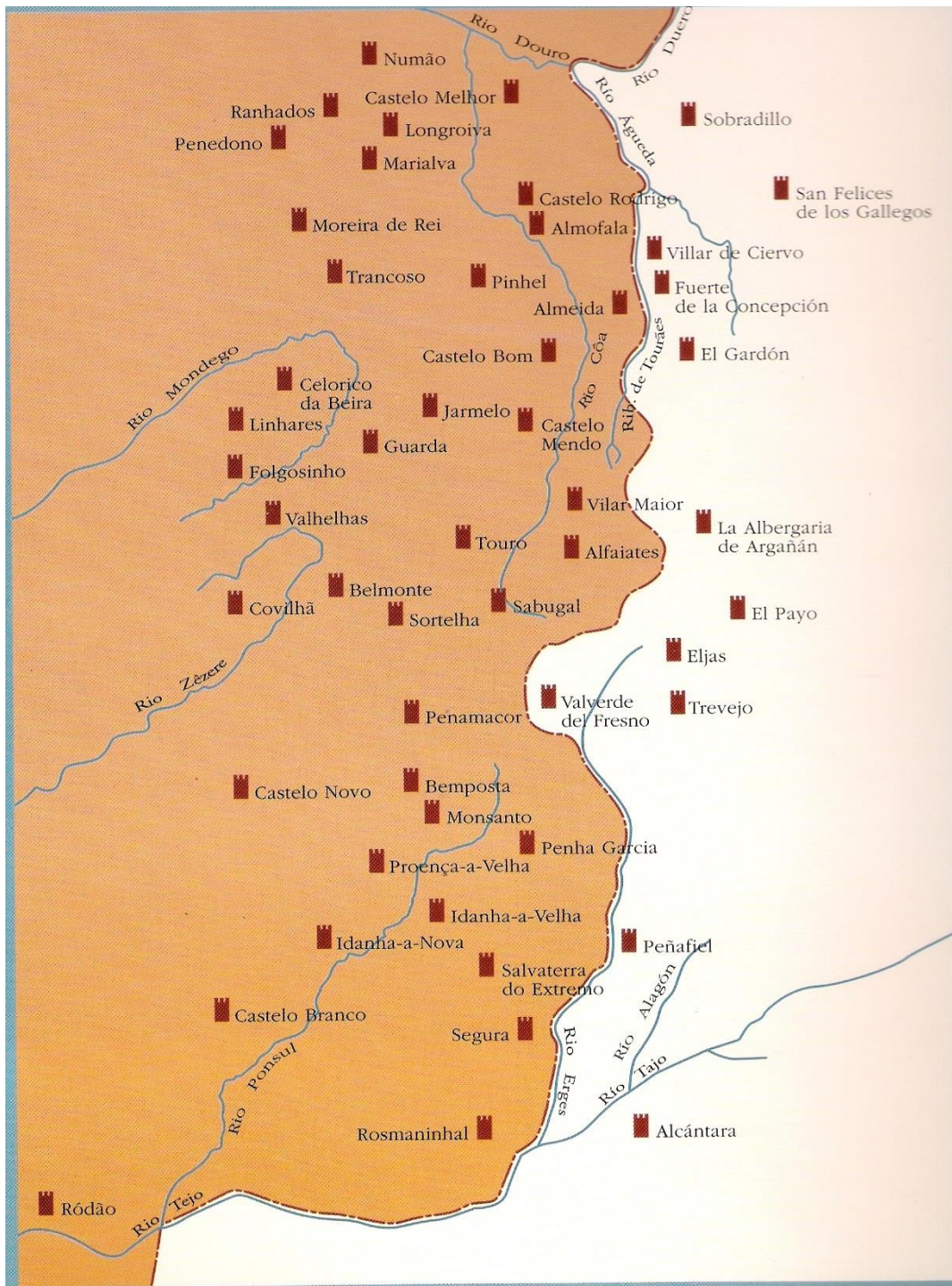
Anexo XVIII – Territórios de Ribacôa



Territórios de Ribacôa

Adaptado de: Gomes, R. C. (1996). Castelos da Raia. Vol. I Beira. Lisboa: Instituto português do património arquitetónico e arqueológico. Pág. 2.

Anexo XIX – Castelos da Raia



Castelos da Raia

Fonte: Gomes, R. C. (1996). Castelos da Raia. Vol. I Beira. Lisboa: Instituto português do património arquitetónico e arqueológico. Pág. 2.

Anexo XX - Igreja de São Miguel em Penela



Igreja de São Miguel no Interior do Castelo de Penela

Fonte: Elaboração própria

Anexo XXI - Penela Presépio



Penela Presépio no interior do Castelo

Fonte: Elaboração própria

Anexo XXII – Guião do Clube de Atividade

Clube de Atividade – Vem Descobrir o P@trimónio

Tema: Os Castelos de Penela e Sabugal: Sua história e funcionalidades

Introdução: No presente ano letivo e no âmbito do clube de atividade Vem descobrir o P@trimónio deverá ser realizado um trabalho com vista à elaboração de um folheto informativo sobre cada castelo. Esse folheto deverá ter alguma informação histórica sobre os mesmos bem como informação geográfica. Deve ter-se em conta que essa informação deverá ser escrita com a finalidade de chegar a turistas que visitem estes dois locais. Mais, além desses folhetos será realizada uma viagem de estudo a cada castelo com o intuito de conhecer melhor o terreno que se trabalha, mas também com vista a conhecer bem o interior da muralha com a finalidade de se pensar num evento turístico a desenvolver dentro do perímetro amuralhado.

Tarefas:

Pesquisa bibliográfica e virtual sobre a localização geográfica do castelo de Penela e do Sabugal;

Pesquisa bibliográfica e virtual sobre o relevo existente em cada localidade;

Pesquisa bibliográfica e virtual sobre as funcionalidades castelares na época medieval e atualmente;

Pesquisa bibliográfica e virtual sobre a história de cada castelo;

Registo de toda a informação pertinente;

Elaboração de um folheto para cada castelo;

Viagem ao Castelo de Penela;

Viagem ao Castelo do Sabugal;

Exposição com fotografias dos locais visitados;

Concluir o folheto com informação recolhida durante a viagem;

Elaboração de uma proposta de desenvolvimento turístico para o interior de cada castelo;

Apresentação às respetivas câmaras do trabalho desenvolvido durante o ano;

Bibliografia/ Web-grafia:

Aqui estão locais/ livros pertinentes para recolha de informação no âmbito da Geografia:

Câmara Municipal de Penela. (fevereiro de 2004). *Revisão do Plano Diretor Municipal: Caracterização Física*. Penela.

Cardoso, P. A. (2011). *As Dinâmicas do Mundo Rural no Virar do Século: O Caso do Conselho do Sabugal*. Coimbra: Dissertação de Mestrado em Geografia Humana Ordenamento do Território e Desenvolvimento sob Orientação do Professor Doutor Noerberto Pinto dos Santos. Faculdade de Letras Universidade de Coimbra.

Castro, E. d., Cunha, L., & Santos, N. P. (2008). "Análise Integrada da Paisagem da Raia Central Portuguesa". *Minerva - Pesquisa e Tecnologia*, pp. 139-147.

Cruken, E. B. (julho de 2011). "Castelos e Fortificações como Documentos Histórico-Arquitetónicos: Símbolos para o Estudo das Estruturas de Poder na Península Ibérica Medieval". *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, pp. 1-12.

Conceição, M., & Oliveira, L. (2005). *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: Castelo do Sabugal e muralhas da vila / Castelo e cerca urbana do Sabugal*. Em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2961

Silva, M. (2006). *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: Castelo de Penela*. Em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1597

Aqui estão locais/ livros pertinentes para recolha de informação no âmbito da História:

Arnaut, S. D., & Dias, P. (2009). *Penela História e Arte*. Penela: Município de Penela.

Barroca, M. J. (1990). "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)". *Portvgalia. Nova Série, Vol. XI-XII*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Barroca, M. J. (s/d). "D. Dinis e a Arquitetura Militar Portuguesa". *Revista da Faculdade de Letras*.

Câmara Municipal de Penela. (s/d). *Castelo de Penela*. Em <http://cm-penela.pt/turismo/castelo.html>

Campos, M. d. (2009). "A Feira Medieval de Penela no âmbito das dinâmicas de promoção turística do município". *Nº Temático - Turismo e Património*. Coimbra: Escola Superior de Educação de Coimbra - Instituto Politécnico.

Castelo do Sabugal. (s.d.). *Castelo do Sabugal*. Em <http://www.castelodosabugal.com/>

Castelos e Muralhas do Mondego. (s/d). *A linha defensiva do Mondego*. Em: <http://www.castelosemuralhasdomondego.pt/website/a-linha-defensiva>

Correia, J. M. (2010). *Terras de Riba-Côa: Memórias sobre o concelho do Sabugal*. Sabugal: Câmara Municipal do Sabugal.

Gomes, C. A. (1996). *Forais do Sabugal*. Sabugal: Câmara Municipal.

Gomes, R. C. (1996). *Castelos da Raia. Vol. I Beira*. Lisboa: Instituto português do património arquitetónico e arqueológico.

Monteiro, J. G. (1999). *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média*. Lisboa: Edições Colibri: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Silva, M. (2006). *Sistema de Informação para o Património Arquitetónico: Castelo de Penela*. Em: http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1597

Anexo XXIII - Guião de Visita de Estudo

Chegados ao castelo de Penela é preciso prestar atenção ao que está ao em redor de âmbito histórico e geográfico. Para isso o professor deve explicar em traços gerais a localização geográfica, as funções atuais do castelo, isto no âmbito da Geografia e no âmbito da História o professor deve explicar em traços gerais a história do castelo, como surgiu, as funções primordiais.

Das explicações dadas pelos professores os alunos devem tirem notas do que for mais relevante. Além das notas que achem pertinentes devem ainda tentar dar resposta aos seguintes tópicos:

Geografia

Ao entrarmos no castelo que tipo de informação geográfica está disponível ao turista que não entrou em contacto com o posto de turismo?

Onde se localiza, geograficamente o castelo?

O castelo situa-se em que tipo de relevo?

Qual a rocha que foi usada para a construção do castelo?

E que medida o terreno foi aproveitado para a implementação do castelo?

Qual a principal funcionalidade do castelo atualmente?

Tendo em conta o espaço interior da muralha que evento turístico aí se podia desenvolver?

História

Ao entrarmos no castelo que tipo de informação histórica está disponível ao turista que não entrou em contacto com o posto de turismo?

Em que época da história surgiu o castelo? Aponta o século e a personalidade que encetou a sua construção.

Tendo em conta a localização do castelo qual o espaço político em que o mesmo está inserido?

Indica qual o motivo que terá levado à construção do castelo neste local.

Qual a principal funcionalidade do castelo na época da sua construção?

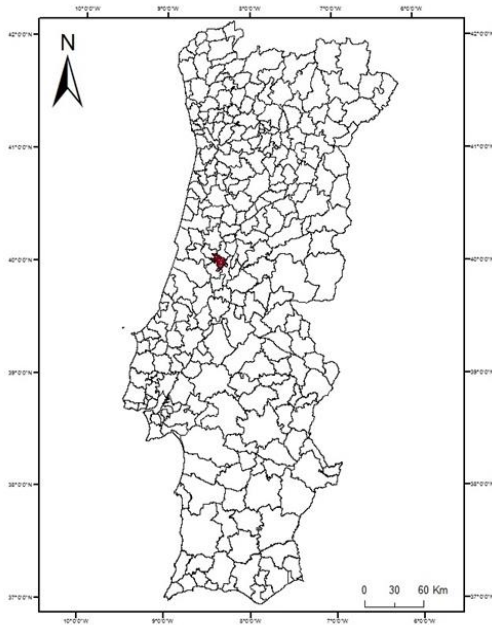
Quais os principais elementos do castelo?

Aponta o principal motivo que levou a população a fixar-se junto da fortaleza.

Em que ano foi concedido o primeiro foral a Penela?

Após terem as respostas às perguntas anteriores os alunos devem circular pela fortaleza com o intuito de tirarem fotografias que ilustrem algumas das respostas bem como outras que achem pertinentes.

A localização espacial de Penela em Portugal



Fonte: Elaboração própria

ELABORAÇÃO

Alunos do clube de atividade

Escola:

O Castelo de Penela



Fonte: Elaboração própria

A Geografia

Localização

Localizado perto do litoral português, na Nut II Centro e pertencente ao distrito de Coimbra está o concelho de Penela integrante da Nut III Pinhal Interior Norte.

Aproveitamento do terreno

O concelho de Penela se desenvolve sobre materiais geológicos da orla Meso-Cenozóica e Maciço Hespérico e situa-se no alto de um morro. O escarpado natural presente no terreno foi aproveitado na sua construção, ficando assim a muralha do castelo com uma altura compreendida entre os 7 e 19 metros encaixada no terreno. Como se vê na imagem.



Fonte: Elaboração própria

A História

Localização e surgimento:

O castelo de Penela surgiu no ano de 1064 após a conquista de Coimbra às mãos de D. Sesnando governador da cidade. Politicamente o castelo está inserido na linha defensiva do Mondego constituída por um conjunto de castelos (Montemor-o-Velho, Arouce, Miranda do Corvo, Soure) que preveem a defesa da cidade de Coimbra. Esta localização é estratégica no sentido de que foi construído em ponto de passagem inimiga.

Do seu tempo os historiadores acreditam que ainda sobreviva a irregular torre de Menagem.



Fonte: Elaboração própria

O povoamento

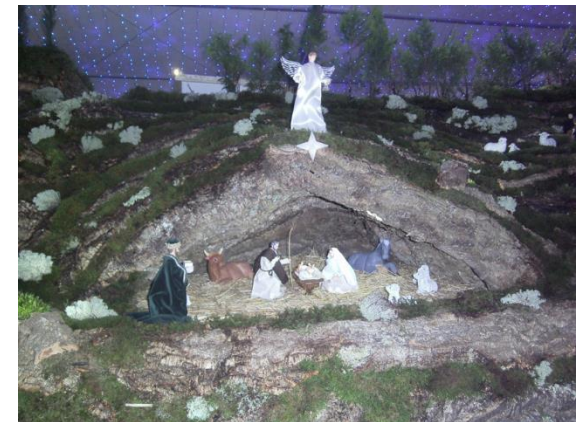
O povoamento deste local foi fomentado desde a construção da sua fortaleza. Desde logo D. Afonso Henriques atribuiu foral (1137) para que as pessoas povoassem o local com vista a defender da melhor maneira o local e, conseqüentemente a cidade de Coimbra.

As funcionalidades do castelo na época medieval e atualmente

As funções do castelo na época medieval prendem-se muito com a defesa do território no caso de ataque inimigo.

Atualmente as funções do castelo são de âmbito turístico e cultural. Desta forma apresentamos dois eventos que anualmente se realizam no interior do castelo:

- Penela Presépio
- Feira Medieval de Penela



Penela Presépio no interior do Castelo

Fonte: Elaboração própria

Anexo XXV – Gráficos Termopluviométricos da estação da Guarda e Coimbra

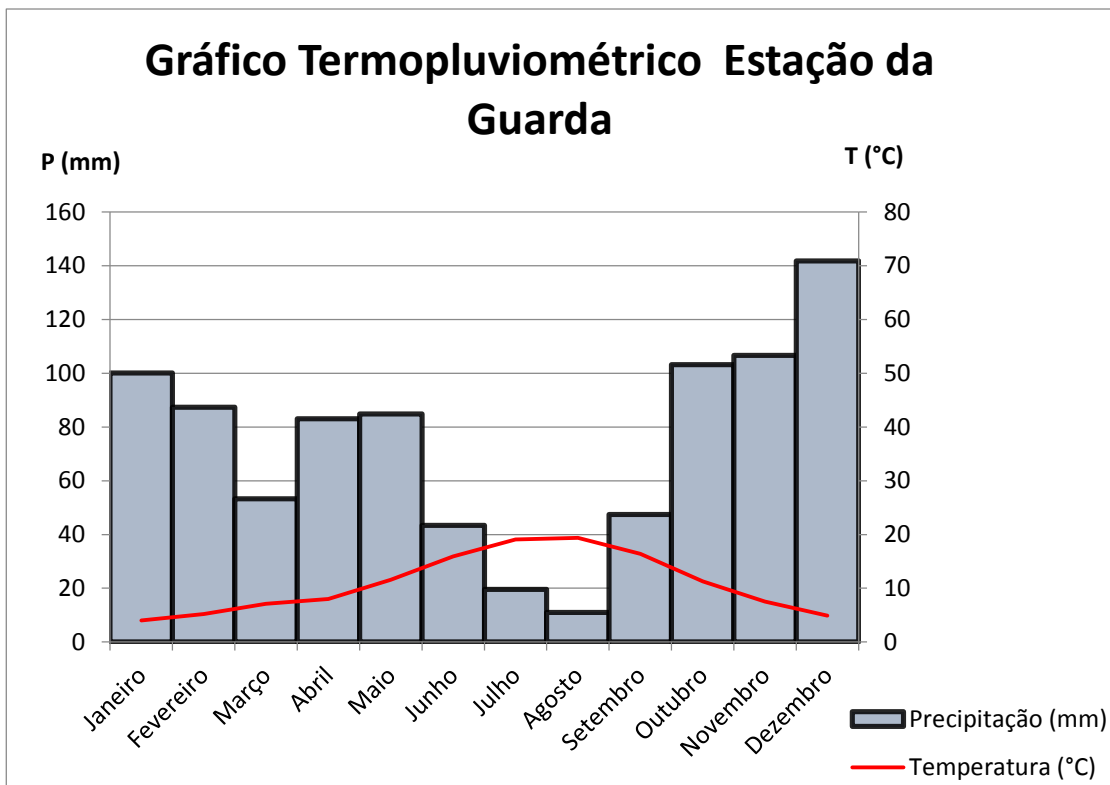


Gráfico 2 - Termopluviométrico da Estação da Guarda
 Fonte: Elaboração própria - Dados: www.ipma.pt

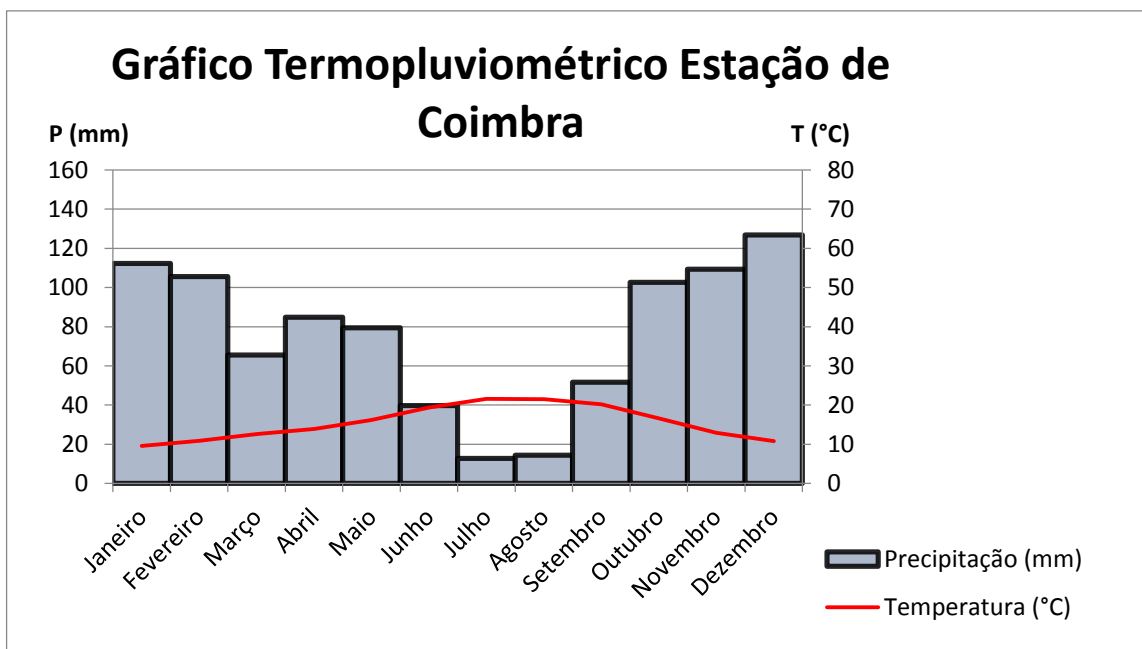
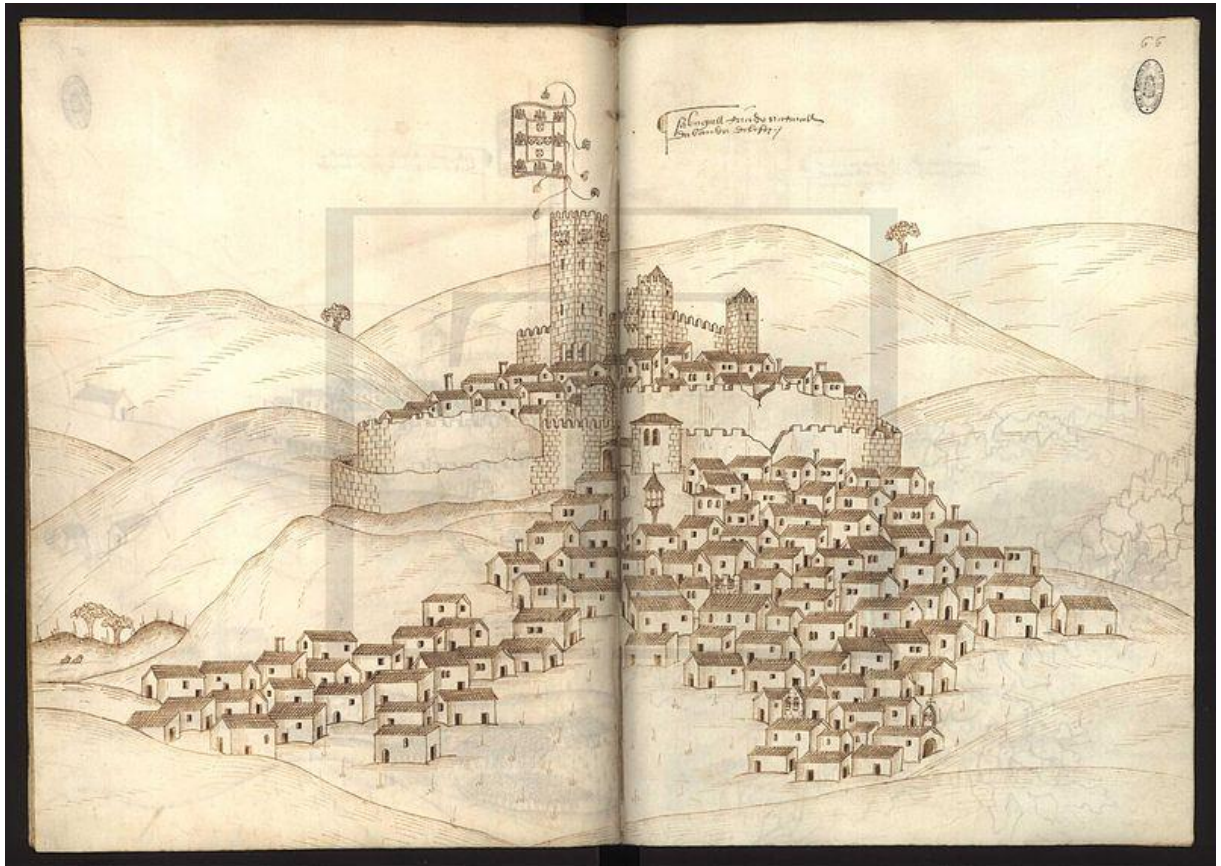


Gráfico 1 - Termopluviométrico da Estação de Coimbra
 Fonte: Elaboração própria - Dados: www.ipma.pt

Anexo XXVI – Castelo do Sabugal



Castelo do Sabugal. Obtido de: *Livro das Fortalezas* (Duarte de Armas, 1510). Fac-simile do Ms. da Casa Forte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. 2.ª edição. Edições Inapa, 1997

Anexo XXVII – Castelo de Penela

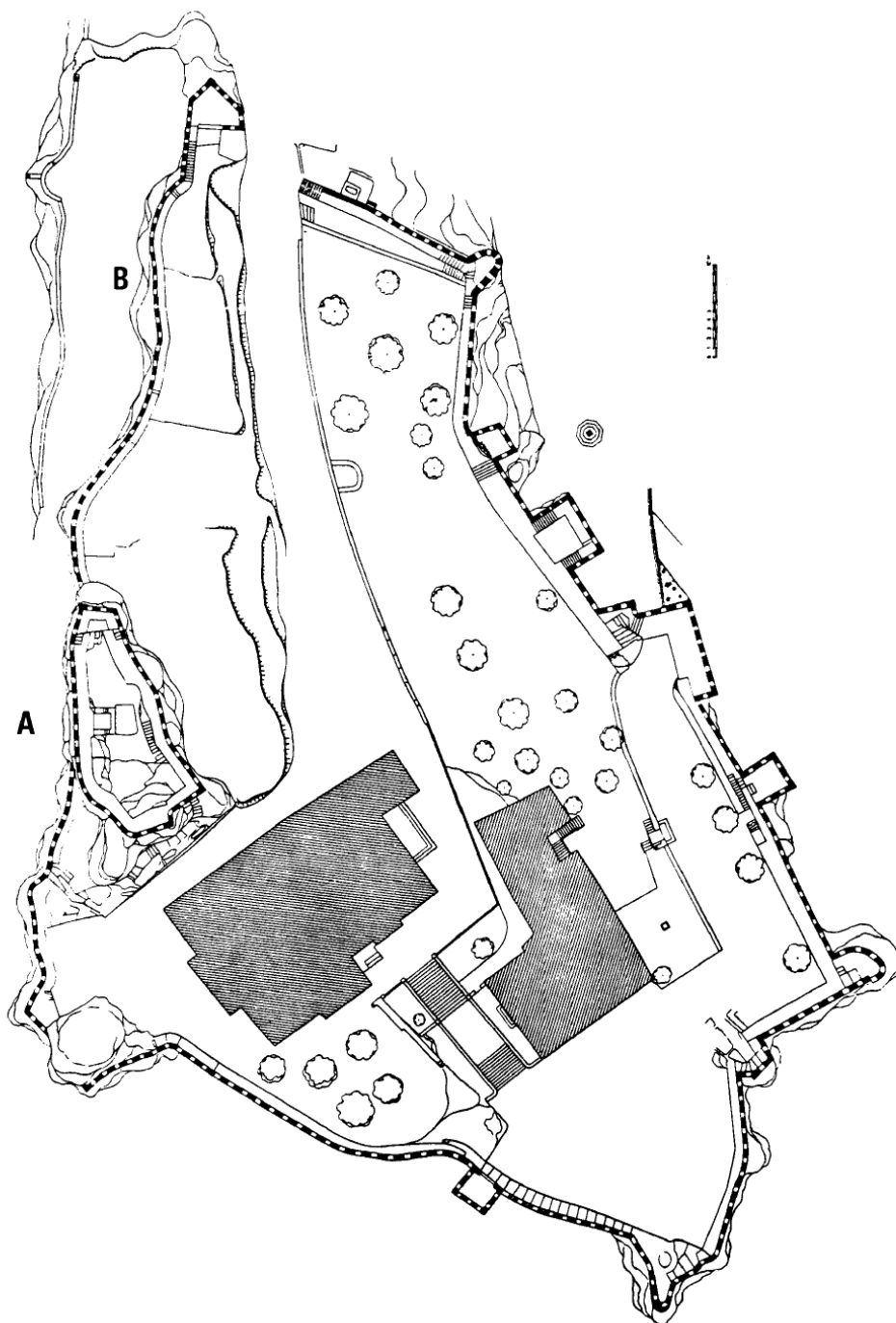


Fig. 2 — Castelo de Penela — Planta da D.G.E.M.N.
A = Castelo de D. Sesnando;
B = Habitat do Jardim das Lapas.

Planta do Castelo de Penela obtida de: Barroca, M. J. (1990). "Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)". *Portvgalia. Nova Série, Vol. XI-XII*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. (p.106).

